

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

CRISTIANE OLEGÁRIO BARBOSA

**VALORES E SIGNIFICADOS DO TRABALHO PARA
ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS**

FRANCA/SP

2020

CRISTIANE OLEGÁRIO BARBOSA

**VALORES E SIGNIFICADOS DO TRABALHO PARA
ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Mundo do Trabalho e Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares.

**FRANCA/SP
2020**

B238v

Barbosa, Cristiane Olegário

Valores e significados do Trabalho para
adolescentes e suas famílias / Cristiane Olegário
Barbosa. -- Franca, 2020

160 p. : tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca

Orientadora: Profª Drª Ana Cristina Nassif Soares

1. Trabalho. 2. Valores. 3. Significado. 4. Serviço
social. 5. Programas de aprendizado. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CRISTIANE OLEGÁRIO BARBOSA

VALORES E SIGNIFICADOS DO TRABALHO PARA ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Mundo do Trabalho e Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____

Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares

1º Examinadora:_____

Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

2º Examinadora:_____

Profa. Dra. Maria Cherubina de Lima Alves

Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

3º Examinadora:_____

Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra de Oliveira

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp/Franca

4º Examinadora:_____

Profa. Dra. Maria Cristina Piana

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp/Franca

Franca, 04 de setembro de 2020.

Dedico este trabalho aos meus amigos e aos meus avós maternos que foram a força motriz para realização desse ciclo, e aos jovens que construirão o novo mundo que está por vir, lutando.

AGRADECIMENTOS

Foram anos de muitos acontecimentos que me ensinaram o que parece clichê, mas real, a apreciar o caminho, agradecer por cotidianamente aprender que só se chega ao objetivo caminhando.

Nessa travessia tiveram algumas mãos que me ampararam e cuidaram para que eu chegasse ao final dessa etapa. Por isso, essa tese de doutorado é uma efetivação, também, coletiva. A minha gratidão se estende a todos que escolheram trilhar esse caminho comigo.

Agradeço a Deus que por ser humano conhece nossas fraquezas e através de tantos amigos, me fortaleceu para seguir nas muitas vezes que pensei que não ia conseguir.

Aos *meus avós maternos* que são meu lar e me desafiam diariamente a me aprofundar na minha humanidade, responsáveis pelas minhas primeiras construções sobre os valores e significados sobre Trabalho. Agradeço aos *meus familiares* que nos apoiaram nos momentos de adversidades que fizeram parte dessa trajetória.

Agradeço por ter amigos que se dedicam a serem os melhores amigos que podem ser:

*“Oásis nas piores fases quando some o chão e as bases
Quando tudo vai pro espaço” (Emicida).*

“Cris, bora”! Kassia Siqueira, Nathalia Brant e Thiago Simoni, que trio! Oh sorte, tê-los como amigos. Foi no espaço criado por eles que tive a força necessária para caminhar. Obrigada por tanto, por serem um oásis de afeto e se dedicarem a impulsionar o que há melhor em mim!

Danielle Mércuri, minha mais fiel leitora, cuidadosa e carinhosa sempre, obrigada por ser meu suporte e por sua amizade em todas as circunstâncias.

Sarah Andrade, obrigada pela sua disponibilidade, por olhar os detalhes, pela nossa irmandade.

Tem alguns momentos nas trilhas da vida que a gente precisa se jogar, saltar abismos, pontes e nesse momento a gente precisa de paraquedas, alguém que amortença nossas quedas, eu tenho alguns: obrigada *Dominique Monge, Edvanilce Ramalho, Ricardo Mercuri e Tassiane Vaismenos*, por suavizarem minhas quedas, sempre me colocando a caminho!

Ana Cristina Soares, nossos caminhos deram meia volta e se cruzaram novamente, tinha que ser. Obrigada por me acolher, confiar, orientar os caminhos para chegarmos juntas até aqui. Reverencio sua força, humanidade, simplicidade, disponibilidade. Gratidão por escolher me estender à mão para atravessar esse caminho que se finda aqui e abre novas trilhas a seguir. Agradeço à Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares por todos os anos dedicação na formação de profissionais que sem dúvida aprenderam a buscar o que faz sentido e dar sentido às suas caminhadas.

Minha gratidão e profunda admiração às professoras *Maria Lúcia Martinelli, Maria Cherubina Lima, Maria Cristina Piana e Nayara Hakime* por fazerem parte da minha história, da construção da minha identidade profissional, obrigada por

cooperarem na minha formação; são exemplos que tenho a honra de ter comigo nesse momento tão especial. Aproveito para agradecer ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Famílias (GEPEFA) que colaborou muito para a minha formação, e me ensinou a qualificar minha prática por meio da pesquisa.

Aos *Adolescentes e Familiares* que protagonizaram os diálogos registrados nas próximas páginas e que me inspiraram a vislumbrar novas trajetórias a serem criadas, minha gratidão. Agradeço *ESAC Franca*, por abrir as portas para o este trabalho e à querida *Walquíria* que gentilmente intermediou a realização da pesquisa de campo.

Agradeço à Unesp - Franca por ser um espaço que me desinstalou e me formou uma profissional inquieta e inconformada. Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, pelo suporte e compreensão nos períodos de dificuldade, me proporcionando condições de defender esta tese com muita satisfação. Por fim, agradeço à companhia das minhas colegas de turma: *Anabella, Bruna, Cleusimar, Erika, Fabrícia, Joice, Lucélia, Thaís e Valéria* por todas as partilhas e apoio.

Para os que Virão

*Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.*

*Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.*

*Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular - foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural.*

*Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.*

*É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.*

*Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.*

Thiago de Mello

BARBOSA, Cristiane Olegário. **Valores e significados do Trabalho para adolescentes e suas famílias**. 2020. 160.f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

RESUMO

Neste trabalho, nos propusemos a investigar os valores e significados atribuídos ao Trabalho por adolescentes, de 15 e 16 anos, e suas famílias iniciados no processo de preparação e formação profissional por meio de um programa de pré-aprendizagem, executado por uma entidade socioassistencial de Franca/SP. Esta formação preparatória, garantida através da Lei da Aprendizagem, se destina à inserção de jovens de 15 a 19 anos no mercado de trabalho, em busca do primeiro emprego. A reflexão central de nossa tese se referiu à influência das relações intrafamiliares (entre responsáveis e adolescentes) na reprodução dos valores e significados atribuídos ao trabalho. Constituímos a discussão da tese por meio de alguns pontos específicos: o conhecimento do perfil socioeconômico dos jovens e de suas famílias, identificando o lugar social dos participantes, assim como a formação de suas percepções relativas ao Trabalho, a revelação da importância dos significados ou valores do trabalho para os participantes da pesquisa – se há ou não relevância e como se dá - e a identificação dos significados do Trabalho transmitidos pelas famílias, segundo a visão das mesmas e dos jovens ingressantes, observando se existe ou não essa transmissão. Ao longo do texto notamos os caminhos pelos quais foram construídos os valores e significados do trabalho para os adolescentes e seus familiares. A partir das reflexões trazidas pelos participantes elaboramos a construção da análise da pesquisa destacando as seguintes categorias de análise: Trabalho, Questão Social e a Educação Técnica oferecida aos jovens, filhos da classe trabalhadora. Os resultados alcançados nos levaram a refletir sobre as contradições na relação entre famílias e trabalho na sociedade capitalista servindo ao processo de riqueza social sob o anúncio de recompensas, como liberdade e autonomia, no entanto a riqueza se acumula nas mãos dos detentores do capital, assim como os nossos sonhos. Os diálogos entre teoria e realidade por meio das falas dos participantes promoveram análises que levaram a proposições práticas com intuito de colaboração na trajetória de formação profissional dos adolescentes inseridos em Programas de Aprendizagem.

Palavras-chave: Trabalho. Valores. Significado. Serviço social. Programas de aprendizados.

BARBOSA, Cristiane Olegário. **Valores y significados del trabajo para adolescentes y sus familias**. 2020. 160.f. Tesis (Doctorado em Trabajo Social) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

RESUMEN

En este trabajo, nos propusimos a investigar los valores y significados atribuidos al Trabajo por adolescentes y sus familias, iniciados en el proceso de preparación y formación profesional por medio de un programa de preaprendizaje, ejecutado por una entidad de asistencia social de Franca/SP, Brasil. Esta formación preparatoria, garantizada por medio de la Ley de Aprendizaje, se destina a la inserción de adolescentes/jóvenes de 15 a 19 años en el mercado de trabajo, en busca del primer empleo. La reflexión central de nuestra tesis se refirió a la influencia de las relaciones intrafamiliares (entre tutores y adolescentes) en la reproducción de los valores y/o significados atribuidos al trabajo. Constituimos la discusión de la tesis por medio de algunos puntos específicos: el conocimiento del perfil socioeconómico de los jóvenes y sus familias, con la identificación del lugar social de los participantes, así como la formación de sus percepciones relativas al Trabajo; la revelación de la importancia de los significados o valores del trabajo para los participantes de la investigación –si hay o no relevancia y cómo ocurre–; y la identificación de los significados del Trabajo transmitidos por las familias, según la visión de las mismas y de los jóvenes ingresantes, al observar si existe o no esa transmisión. A lo largo del texto notamos los caminos por los cuales se construyeron los valores y significados del trabajo para los adolescentes y sus familiares. A partir de las reflexiones brindadas por los participantes, elaboramos la construcción del análisis de la investigación, destacando las siguientes categorías de análisis: Trabajo, Cuestión Social y la Educación Técnica ofrecida a los jóvenes, hijos de la clase trabajadora. Los resultados alcanzados nos llevaron a reflexionar sobre las contradicciones en la relación entre familias y trabajo en la sociedad capitalista, que sirve al proceso de riqueza social bajo el anuncio de recompensas, como libertad y autonomía, así como nuestros sueños. Los diálogos entre teoría y realidad por medio de las hablas de los participantes promovieron análisis que llevaron a proposiciones prácticas con el intuito de colaboración en la trayectoria de formación profesional de los adolescentes inseridos en Programas de Aprendizaje.

Palabras clave: Trabajo. Valores. Significados. Trabajo Social. Programa Aprendizaje.

BARBOSA, Cristiane Olegário. **Work values and meanings for teenagers and their families.** 2020. 160.f. Thesis (Doctorate in Social Service) – School of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

ABSTRACT

In this study, we aim to investigate the values and meanings attributed to Work by teenagers and their families, initiated in the process of professional preparation and education through a pre-learning program, carried out by a social assistance entity in Franca/SP. This preparatory education, guaranteed by the Learning Law, aims to insert teenagers/young adults from 15 to 19 years-old in the job market, seeking their first job. The main reflection in our dissertation was about the influence of intra-family relationships (between guardians and teenagers) in the reproduction of the values and/or meanings attributed to work. We composed the discussion of the dissertation through some specific points: knowledge of the teenagers and families social-economic profile, identifying the participants' social position, as well as the construction of their perceptions regarding Work, the revelation of the importance of the work meanings or values to the research participants – if it is relevant or not – and the identification of the Work meanings transmitted by the families, according to their point of view, observing if there is transmission or not. Throughout the text, we observe the paths by which the work meanings and values were constructed by the teenagers and their families. From the reflections raised by the participants, we elaborated the construction of the research analysis, highlighting the following categories: Work, Social Issue and Technical Education offered to the teenagers/young adults, children from the working class. The results lead us to reflect on the contradictions in the families and work relations in a capitalist society, serving the social wealth process under the guise of rewards, such as freedom and autonomy. However, the wealth is accumulated in the hands of capital holders, as well as our dreams. The dialogues between theory and reality through the participants' discourse promoted analyses that led to practical propositions with the intent of collaboration in the professional education path of teenagers inserted in Learning Programs.

Keywords: Work. Values. Meanings. Social Services. Learning Program.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Dados de caracterização dos participantes adolescentes.....	44
Quadro 2 –	Dados de caracterização dos participantes familiares.....	46
Quadro 3 –	Participantes da pesquisa de campo – Famílias (Adolescentes e Familiares).....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rendimento médio no trabalho principal, por sexo, razão do rendimento das mulheres em relação aos homens e proporção de mulheres, segundo as áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade.....	74
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Projeção Populacional de Crianças e Adolescentes 2016 – 2018..... 39

Gráfico 2 – Projeção Populacional de Crianças e Adolescentes 2019 – 2025..... 39

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Franca destacando as regiões e bairros onde residiam os participantes.....	50
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAP	Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODACE	Comitê de Datação de Ciclos Econômicos
CRAS	Centro Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAD	Educação à Distância
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EJ	Estatuto da Juventude
ESAC	Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca
EUA	Estados Unidos da América
Fundação CASA	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JEIA	Justiça Especializada na Infância e Adolescência
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDDHCA	Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNPETIPAT	Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador
PPE	Programa Primeira Etapa
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SISUTEC	Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRT	Tribunal Regionais do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho
Uni-FACEF	Centro Universitário Municipal de Franca

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	19
• Mulheres na pesquisa e o recorte racial: os lugares de onde falamos	
• Mudança de rumo: o atual projeto de pesquisa de doutorado	
• Coronavírus: escrevendo a tese durante a pandemia	
 CAPÍTULO 1 – ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS: O CONTEXTO PARA A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.....	 35
1.1 Adolescente trabalhador: o cenário para inserção no mundo do trabalho.....	 36
1.2 Participantes da pesquisa: os construtores de valores e significados do trabalho.....	 43
1.3 Metodologia.....	50
 CAPÍTULO 2 – A TRAMA DOS VALORES E SIGNIFICADOS DO TRABALHO TECIDA POR ADOLESCENTES E FAMILIARES.....	 55
2.1 Trabalho: construindo a trama.....	57
2.1.1 <i>Gênero: um dos fios da trama.....</i>	<i>73</i>
2.1.2 <i>Famílias: um dos bastidores que sustentam o entrelaçamento dos fios.....</i>	<i>81</i>
2.2. Questão Social: as expressões fundantes da trama.....	86
 CAPÍTULO 3 – O ALINHAVAR DE NOVOS PONTOS: PROPONDO MUDANÇAS NO ROTEIRO DA TRAMA.....	 107
3.1 Educação Técnica: roteiro atual a trama.....	108
3.2 Guia Anticapitalista para o Jovem Trabalhador.....	121
3.2.1 <i>O Olhar: a compreensão do contexto.....</i>	<i>123</i>
3.2.2 <i>Como Fazer? criar um novo desenho para tecer.....</i>	<i>130</i>
3.2.3 <i>Desafios: alinhando novos rumos.....</i>	<i>132</i>
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 135
 REFERÊNCIAS.....	 143

APÊNDICES.....	151
Apêndice A – Roteiro para Entrevista com os Jovens do PPE.....	152
Apêndice B – Roteiro para Entrevistas com membros da Família.....	154
 ANEXOS.....	 156
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	157
Anexo B – Termo de Assentimento.....	158

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

É Preciso Fazer Alguma Coisa

Thiago de Mello

[...]

*Sei porque canto: se raspas o fundo
do poço antigo de sua esperança,
acharás restos da água que apodrece.*

*É preciso fazer alguma coisa,
livrá-lo dessa sedução voraz
da engrenagem organizada e fria
que nos devora a todos a ternura,
a alegria de dar e receber,
o gosto de ser gente e de viver.*

É preciso ajudar.

*Porém primeiro,
para poder fazer o necessário,
é preciso ajudar-me, agora mesmo,
a ser capaz de amor, de ser um homem.
Eu que também me sei ferido e só,
mas que conheço este animal sonoro
que profundo e feroz reina em meu peito.*

As temáticas centrais que propusemos nesta investigação, “Família e Trabalho”, são eixos fundamentais para a construção desta pesquisa sobre o cotidiano dos seres sociais inseridos nessa realidade regida pelo modo de produção capitalista. Entendemos que as relações são dialéticas e se movimentam, não havendo ruptura entre razão e emoção quando buscamos apreender a construção do ser social. Dizemos isso para justificar que nos transformamos quando realizamos esta pesquisa e que não há neutralidade, ou rigor científico, ou metodológico que controle essa relação.

“Falar de família, nos parece tão familiar¹”, frase que nos provoca lembranças, memórias, afetos, sonhos, visões de mundo e institui mudanças, que vêm de dentro para fora, tanto em nós quanto, imaginamos, também nos participantes desta pesquisa. Nossa relação com famílias e trabalho, enquanto objetos de pesquisa, teve início em nosso curso de graduação em Serviço Social, quando desenvolvemos uma pesquisa sobre o conceito de família para os profissionais das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Essa trajetória começa para nós como uma queda de muros abrindo um vasto horizonte diante dos escombros. O desenvolvimento do referido “trabalho de pesquisa” elaborado para a conclusão do nosso curso de graduação despertou nosso desejo, no momento da entrevista de campo, de oportunizar aos participantes a ampliação de sua reflexão sobre as temáticas família e trabalho, mobilizando para os mesmos o sentimento de utilidade, do fazer e refazer, de produzir o novo.

O conceito clássico de Trabalho em Marx como o movimento modificador da natureza e de desenvolvimento de potencialidades nos sujeitos realizadores, nos permite compreender que a capacidade de transformação através do Trabalho vai além das formas primitivas e materiais. Como Marx (1996, p. 297) conceitua no Capital:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo

¹ Frase usada pela docente Dra. Nayara Hakime Dutra Oliveira nas discussões sobre a temática família em encontros do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Famílias (GEPEFA).

tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva.

Essa definição segue para nós nesta tese, como a referência para conhecer as manifestações do Trabalho que transformam o ser social, tal como o autor diz.

Os conceitos, valores e pressupostos cristalizados por nós e pelos participantes daquela pesquisa sobre famílias, realizada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foram sendo desconstruídos e analisados, contribuindo para a formação de uma nova visão de mundo, a partir do estudo sobre as relações sociais e como os padrões de comportamento são construídos socialmente.

O nosso curso de graduação em Serviço Social, concluído em 2010, teve significativa importância para nossas construções futuras a respeito de desconstrução de conceitos e valores, pois este nos apresentou a um mundo novo, ensinando a olhar para o horizonte aberto com profundidade. Aliados posteriormente à nossa experiência profissional, outros questionamentos surgiram. O principal deles foi assim sistematizado por nós: “é possível realizar uma transformação através do Trabalho, a produzir o inédito, enquanto grande parte das relações que rege a sociedade capitalista é marcada pela alienação?”

Nossa busca por essa resposta segue referenciando as pesquisas propostas desde então.

Chamamos de Trabalho alienado o processo de expropriação, ou seja, a apropriação pelo capitalista da força criadora do trabalho e a incorporação dela ao capital, bem como o consumo dessa força de trabalho pelo capitalista que se transforma em mercadoria e capital (MARX, 1996).

Nossa pesquisa de mestrado, intitulada “**Família e Cooperativismo**: o *ethos* cooperativista na região de Franca/SP”, defendida no ano de 2015, surgiu nesta perspectiva, pois nos propusemos a analisar o impacto do cooperativismo para famílias inseridas no movimento cooperativista, entendendo o cooperativismo como uma forma de organização para o trabalho.

O interesse foi despertado a partir de nossa experiência de trabalho e a aproximação com o meio rural: produtores, trabalhadores do campo e de uma

cooperativa agropecuária. A observação cotidiana dos hábitos e relações estabelecidas nesta cooperativa despertou nosso olhar para as afinidades entre os sujeitos e o trabalho desenvolvido por estes, bem como seu reflexo nas famílias. Compreender como se dá a construção dessa relação em sua complexidade foi nosso desafio naquela pesquisa.

Durante aquele processo, a intensa atividade de administrar nosso exercício laboral e a pesquisa no mesmo ambiente exigiu o dispêndio de ainda mais energia para o desenvolvimento da referida investigação.

As considerações finais trazidas por nós demonstraram o traço a ser desenvolvido em buscas futuras:

Pretende-se, com o presente trabalho, chamar a atenção dos leitores para o potencial socioeducativo que o movimento cooperativista tem, disseminando valores e princípios de coletividade, cidadania e, a prática de uma economia solidária, alinhado às possibilidades inúmeras oferecidas pelo núcleo familiar na transmissão de valores, na reprodução e produção da vida, no encaminhamento ao trabalho. Considera-se, por fim, que esta realidade não é recorrente nas famílias cooperadas, inseridas no movimento cooperativista. Observa-se muitas vezes, que a dedicação, a paixão pela atividade profissional que é produzir café, é perpetuada. Todavia, o aprofundamento no universo cooperativista não acontece [...] (BARBOSA, 2015, p. 102).

As pegadas desta pesquisa abriram caminhos para a presente discussão: há transmissão de valores do Trabalho para as gerações futuras? A investigação ganha corpo e forma a partir, mais uma vez, das nossas observações e experiências profissionais.

Neste período de reflexões, encontramos um novo espaço sócio-ocupacional, no qual as relações estabelecidas serviam de alimento para nossa curiosidade de pesquisadora.

Em nossa experiência profissional como assistente social da Fundação CASA de Franca², instituição responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, atuamos com os adolescentes em cumprimento da medida de internação, por meio dos quais observamos a complexidade da questão

² A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), instituição vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, tem a missão primordial de aplicar medidas socioeducativas a adolescentes que cometeram ato infracional, de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (Fundação CASA, 2014).

social, com ênfase em uma de suas manifestações, o aprofundamento da violência em suas vidas.

Este novo espaço nos proporcionou observar o cotidiano institucional, em busca da compreensão do significado do trabalho para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. Eles verbalizam a vontade e a necessidade de realizarem atividade laboral e, na maioria dos casos, a busca é pelo retorno financeiro rápido e compensatório para o consumo. Vimos que a necessidade de sobrevivência e os estímulos ao consumo colocam os adolescentes, como todos nós, diante das relações do trabalho alienado, tão perversas, e nos distanciam da necessidade humana ontológica de se transformar por meio do trabalho.

Refletindo sobre a realidade anteriormente vivenciada, aquela da cooperativa, observamos no cotidiano dos produtores rurais a transmissão da cultura da produção rural enquanto valor do trabalho e a sucessão familiar no cultivo da cafeicultura, fatores que se mostram mais fortes do que a transmissão dos princípios do cooperativismo. E por outro lado, conhecendo a vivência dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, observamos que a luta por sobrevivência da maioria das famílias pobres advindas substancialmente da classe trabalhadora, expõe outra relação com o trabalho, expressa pelos adolescentes através da busca pelo consumo, do básico ao supérfluo, e pelo fomento às necessidades criadas pelo capitalismo.

A partir dessas reflexões e observações, surgiu nossa primeira proposta para o projeto de doutoramento, unindo os universos diferentes em um só objetivo e proposição, retomando essa base fundante, a família como produtora e reprodutora da vida, considerando toda a sua diversidade. Neste sentido, vinculamos as considerações da pesquisa anterior e as impressões trazidas pela nossa experiência profissional desenvolvida no trabalho com as famílias dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Foi esse encontro que nos despertou a curiosidade de analisar como as famílias ligadas ao cooperativismo e as famílias advindas do trabalho operário em bancas de calçados domésticas³ (famílias de egressos da Fundação CASA) da cidade de Franca/SP, vivenciam o significado do trabalho a partir de todas as mudanças nas relações trabalhistas, políticas e sociais nas últimas décadas.

³ As bancas de calçados são fabriquetas ou microempresas formais ou informais especializadas em alguma parte específica do processo de produção do calçado, comumente constituídas em espaços domésticos e entre os trabalhadores membros da família.

As famílias advindas do trabalho operário em bancas de calçados domésticas foram escolhidas por serem um número representativo entre as atividades laborais desenvolvidas pelas famílias dos adolescentes internos a Fundação CASA.

Inicialmente, delimitamos este universo considerando a realidade do município de Franca, SP, que tem como representativos os setores produtivos: agropecuário e industrial calçadista. Para fazer um recorte que possibilitasse o desenvolvimento da pesquisa, elencamos o cooperativismo agropecuário e as famílias trabalhadoras na modalidade de bancas de calçados, que são em sua maioria, espaços ocupacionais improvisados no interior de suas residências e que prestam serviços terceirizados às indústrias de calçados.

Considerando a nossa trajetória profissional e acadêmica, buscamos o exercício da práxis, através da relação teoria e prática, entre trabalho profissional e pesquisa acadêmica. Seguimos este percurso a fim de qualificarmos a prática profissional pela pesquisa acadêmica, ou seja, enfrentamos os dilemas e as contradições ligados à nossa manutenção na pesquisa para a qualificação do nosso trabalho profissional.

A partir desta reflexão, destacamos o trabalho das mulheres na academia e na pesquisa acadêmica, por sermos mulheres, trabalhadoras e negras e estarmos no universo acadêmico da pós-graduação.

- **Mulheres na pesquisa e o recorte racial: os lugares de onde falamos**

As mulheres abriram espaços significados no mercado de trabalho qualificado e já representam o maior contingente na vida acadêmica:

Segundo os dados do censo escolar de 2015, nos últimos dez anos, houve um crescimento de 73% do número de profissionais, estudantes e técnicas mulheres nos quadros das universidades brasileiras. Entre os 8.033.574 matriculados, 55,6% são mulheres (HOLLANDA, 2018, p. 209).

Ainda que as mulheres tenham significativa representatividade no meio acadêmico entre o corpo discente, docente e técnico-administrativo, quando a matéria é gestão, cargos de poder e prestígio, a narrativa muda. Dos números apresentados a respeito das chefias das instituições federais em 2016, em apenas um terço havia reitoria feminina.

Quando acrescentamos a estes dados, a interface racial e de gênero, “[...] as estudantes negras são minoria entre as alunas; numa escala de cor/sexo, em primeiro lugar estão as mulheres brancas, seguidas por homens brancos, vindo então as mulheres negras e por último, os homens negros” (HOLLANDA, 2018, p. 209).

No Brasil, entre 2016 e 2018, a proporção de estudantes negros de 18 a 24 anos de idade cursando Ensino Superior, passou de 50,5% para 55,6%. Esse patamar, contudo, ainda ficou abaixo dos 78,8% de estudantes na população branca de mesma faixa etária nesse nível de ensino (IBGE, 2019).

Estudantes pretos ou pardos passaram a compor maioria nas instituições de Ensino Superior da rede pública do País (50,3%), em 2018. Embora, a população preta tenha conquistado números inéditos quanto à inserção e permanência no Ensino Superior, mantém-se em desvantagem, uma vez que constitui 55,8% da população, o que legitima a existência das medidas que ampliam e democratizam o acesso à rede pública de Ensino Superior (IBGE, 2019).

Isso tudo demonstra os desafios de sermos mulheres pesquisadoras em um ambiente que, embora os números de mulheres com formação acadêmica sejam crescentes, o assentamento em cargos de chefia, de tomada de decisão ainda é inferior proporcionalmente à presença feminina nas universidades.

As diferenças de gênero podem ser observadas também em relação às áreas do conhecimento, nas quais 40% das acadêmicas estão dedicadas às áreas Humanas e Biológicas, contudo, representam menos de 25% dos estudantes de Exatas, segundo relatório publicado em 2017 pela consultoria holandesa Elsevier, que analisou mais de 5,5 milhões de estudos (GRANDELLE, 2019).

No ambiente universitário, escrever e publicar, é o que promove e circunscreve as relações de poder na academia. Além da docência, disputar espaços de publicação, dedicar tempo de trabalho para a redação de relatórios de pesquisa e de artigo são tarefas da profissão. Como em todas as suas atividades profissionais, as mulheres na academia têm que enfrentar uma complexa dupla jornada de trabalhos domésticos e cuidados com filhos. Uma política de publicação que contemple mulheres autoras é uma forte demanda, e o incentivo à publicação de pesquisas com perspectivas de gênero e ou feminista vem sendo um esforço recorrente (HOLLANDA, 2018, p. 221).

Os homens predominam entre quantidade total de pesquisadores, patentes registradas e colaborações internacionais. E por mais que entre os estudantes que ingressam no Ensino Superior 57% sejam mulheres, os homens ocupam os principais

espaços na academia: formam a maioria do corpo docente (54%) e têm mais bolsas de produtividade em pesquisa (64%), segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a iniciativa “*Parent in Science*”⁴.

Entre outras demandas, as mulheres, além da maternidade, também deixam mais o trabalho do que o homem para cuidar da saúde de membros da família.

Olhar para a conjuntura das mulheres na pesquisa, e agora trazendo para nossa realidade, enquanto pesquisadoras e trabalhadoras do Serviço Social, nos faz refletir sobre como profissionais podem qualificar a prática pela pesquisa e como as mulheres se mantêm na pesquisa para qualificar o trabalho diante de tantos desafios estruturais, considerando também o recorte racial.

Podemos dizer que esta é a nossa realidade, bem como a de várias estudantes trabalhadoras que apreendem as perspectivas que formam a profissão e lutam para permanecerem nos espaços acadêmicos de construção de conhecimento, alimentando a práxis cotidiana do assistente social.

Destacamos a relevância da ocupação do espaço universitário pela mulher negra, principalmente nos cursos de Serviço Social. Ao ocupar este espaço, esta mulher deixa, em alguma medida, de ser público-alvo das ações sociais e torna-se agente de efetivação de direitos. Embora, sua presença ainda seja pequena, já representa a conquista de um lugar.

Em anos de vida acadêmica na Unesp de Franca observamos o aumento do acesso e permanência de estudantes negras. Contudo, na outra ponta, a ocupação não acontece da mesma forma, dado que falta representatividade entre docentes negras, principalmente no curso de Serviço Social. Além disso, embora a inserção de estudantes negras na pós-graduação exista, ainda ocorre em menor número.

Percebemos que essa falta de identificação contribuiu para a construção morosa ou tardia da nossa identidade enquanto mulher negra na pós-graduação e trabalhadora do Serviço Social.

Na prática, a rotina de ser mulher, assistente social, inserida no mercado de trabalho que intensifica cada dia mais a relação capital x trabalho, associa-se a

⁴ “O *Parent in Science*” surgiu com o intuito de levantar a discussão sobre a maternidade (e paternidade!) dentro do universo da ciência do Brasil. Iniciamos nossas ações para preencher um vazio, de dados e de conhecimento, sobre uma questão fundamental: o impacto dos filhos na carreira científica de mulheres e homens (GRANDELLE, 2019).

expressões da questão social inacreditavelmente mais perversas, cumulando retrocessos sociais ligados ao enfraquecimento do coletivo. Tudo isso aumenta nossa exigência e compromisso com o projeto ético-político profissional, qualificando as dimensões do trabalho em seu caráter teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Ao mesmo tempo, evidencia a complexidade de ser e estar mediando e intermediando as relações sociais dessa realidade.

Acreditamos ser importante reforçar que:

[...] assistente social é também um(a) trabalhador(a) assalariado(a), qualificado(a), que depende da venda de sua força de trabalho especializada para a obtenção de seus meios de vida. A objetivação dessa força de trabalho qualificada enquanto atividade (e trabalho) ocorre no âmbito de processos e relações de trabalho, organizados por seus empregadores, que detêm o controle das condições necessárias à realização do trabalho profissional. Assim, as alterações que incidem no chamado “mundo do trabalho” e nas relações entre o Estado e a sociedade - que têm resultado em uma radicalização da questão social -, atingem diretamente o trabalho cotidiano do assistente social (IAMAMOTO, 2004, p. 21).

É neste contexto que o gênero, a raça, o trabalho profissional e a pesquisa formam seres sociais únicos, que enfrentam os dilemas e desafios que entrefazem a mediação das relações sociais onde estamos inseridos.

- **Mudança de rumo: o atual projeto de pesquisa de doutorado**

Quando nos colocamos à prova para o processo de doutoramento, mais uma vez inspiradas pela atuação profissional, depositamos no projeto de pesquisa apresentado no processo de seleção tudo que nos apaixonava, junto com a intenção de dedicação exclusiva à pesquisa, através de bolsa de fomento.

A crise, o sucateamento e os cortes na educação superior brasileira já estavam se agravando ainda mais e, apesar das tentativas, não obtivemos sucesso com a solicitação de apoio. Assim, continuamos como estudante-trabalhadora cumprindo as disciplinas, a carga horária de trabalho em duas instituições como assistente social e, ainda, a jornada de trabalho familiar.

A nossa vida profissional e acadêmica estava em intensa movimentação com a saída de um emprego e a carga reduzida no outro, e isto nos colocava em uma situação de frustração profissional e trabalho precarizado. Em busca de outras

oportunidades encontramos uma nova colocação profissional, novos rumos e desafios, inclusive, com referência à pesquisa do doutorado, para a qual decidimos construir caminhos diferentes para que este trabalho pudesse representar um olhar e uma perspectiva mais próxima da qual comungamos. Com isso houve, além de um novo projeto, a mudança da orientadora, iniciando os trabalhos nos primeiros meses do ano de 2019, assim consequentemente enfrentamos o encurtamento dos prazos a serem cumpridos.

Como referido na pesquisa citada acima (GRANDELLE, 2019), nós mulheres, encaramos os desafios e reveses da vida profissional, acadêmica e familiar tentando “malabarizar” ou equilibrar as demandas, para atender a todas as necessidades que nos são colocadas.

Nesse processo de equilibrar os papéis surgiu a necessidade de cuidarmos da saúde de um dos membros da nossa família; desde a investigação de possíveis enfermidades ao diagnóstico médico de demência, nos foi exigido mais uma vez concentrar as energias para os cuidados familiares emergentes com a rápida progressão e o agravamento da doença.

Nós, enquanto trabalhadoras sociais e pesquisadoras necessitamos de nos humanizar diante da perversa dinâmica que nos é imposta pelos mecanismos ditados pelo sistema capitalista, que nos desumaniza e nos afasta de nós mesmas. Precisamos lutar para que nosso pertencimento e reconhecimento como seres singulares e coletivos não se perca, processo que nos suga as forças para o enfrentamento da barbárie que se coloca.

Acreditamos que é só através da força do coletivo que podemos nos sustentar e lutar para nos mantermos de maneira consciente no meio acadêmico, mercado de trabalho e ambiente familiar.

A construção do conhecimento, do nosso trabalho profissional e desta pesquisa, em especial, perpassa pela construção cotidiana da complexa realidade que vivemos e intervimos. E assim, mais uma vez, a práxis profissional indicou-nos o caminho para a construção da presente pesquisa.

O trabalho realizado por nós de preparação de adolescentes⁵ para o mercado de trabalho, nos despertou o interesse de conhecer o significado do trabalho para eles

⁵ Em nosso trabalho profissional desenvolvemos em parceria com a entidade promotora do Programa de Aprendizagem e a cooperativa nossa empregadora, um projeto organizado em oficinas temáticas que abordam a cultura cooperativista e a educação financeira.

e de compreender quais as referências eles trazem de suas famílias acerca desta questão.

Trabalhamos na construção das bases de novo projeto através da pesquisa e leituras de conteúdos referentes à criança e ao adolescente, à aprendizagem profissional, à realidade territorial.

Realizamos reuniões com a coordenação do Programa de Aprendizagem com o intuito de apresentar os objetivos da pesquisa e elucidar eventuais questões levantadas pela entidade, e tivemos a autorização e aprovação do trabalho pela entidade sem ressalvas.

O novo projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP/Franca-SP e teve a aprovação para a realização da pesquisa de campo.

Assim, o primeiro capítulo da tese foi destinado a apresentar o universo dos participantes da pesquisa, os números nacionais referentes ao trabalho infanto-juvenil baseados no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019-2022) (BRASIL, 2018), e dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2019). Tais informações traçam o perfil de adolescentes trabalhadores e suas famílias que buscam colocação profissional na adolescência.

Partimos para análise dos números locais, das características territoriais nas quais os participantes estão inseridos. Nesse momento, apresentamos o objetivo desta tese que buscou apreender os significados e valores atribuídos ao trabalho pelos adolescentes e famílias inscritos no curso de Pré-aprendizagem oferecido pela Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca (ESAC).

Elencamos, também, todas as oportunidades de formação para adolescentes no município de Franca por meio da Lei da Aprendizagem, nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000), bem como descrevemos como é feita a adesão de adolescentes pela ESAC no seu programa de preparação para o mercado de trabalho.

Após compartilharmos as informações sobre o cenário do adolescente trabalhador, apresentamos os participantes desta pesquisa que eram iniciantes do curso de pré-aprendizagem, ou seja, para a maioria deles este era o primeiro contato com o mundo do trabalho. Anunciamos também os familiares participantes da pesquisa. Agrupamos as famílias e indicamos as regiões do município onde residem os participantes.

Descrevemos os procedimentos para a realização da pesquisa, o percurso metodológico desenvolvido no cotidiano da atividade de campo. Assim, concluímos a primeira etapa desse processo de investigação e descobertas.

O segundo capítulo foi se formando a partir dos diálogos intensivos das categorias de análise alcançadas por meio de nossa escuta e leitura atentas do conteúdo oferecido pelos participantes da pesquisa.

Com o objetivo de favorecer o entendimento do leitor a respeito da construção analítica que fizemos, decidimos interagir com as entrevistas e referencial teórico, através da reflexão de três categorias: Trabalho, Questão Social e Educação técnica.

No diálogo estabelecido por meio do item Trabalho, discorremos sobre o conteúdo das entrevistas de maneira a evidenciar as origens históricas dos conceitos trazidos pelos participantes, suas limitações e contradições. Analisamos de que maneira ocorrem os processos de alienação no cotidiano de familiares e jovens.

Percorremos o caminho oferecido pela historicidade das experiências dos nossos sujeitos para demonstrar as mudanças ocorridas no âmbito do trabalho e as consequências objetivas e subjetivas para todos nós.

Nessa trajetória imposta pela realidade dos participantes da pesquisa, e que representa a realidade concreta da nossa sociabilidade, consideramos imprescindível colocarmos a reflexão relacionada à questão de gênero, a constatação de que o gênero é fundante para entender as relações entre famílias e trabalho, e reflexões feitas por nossos participantes.

Outro elemento central que destacamos é a categoria “Famílias”, suas construções e contradições na historicidade do ser social e dos nossos sujeitos; esta categoria tornou-se ponto de reflexão e problematização nessa trajetória.

A questão social por meio de suas expressões permeia toda e qualquer relação de trabalho, assim como intersecciona com gênero, famílias e educação, enfim, as expressões da questão social são consequências das relações contraditórias vivenciadas nessa sociabilidade. Nesse segundo capítulo, através dessa categoria apresentamos a construção do mundo do trabalho sob os moldes do modo de produção capitalista.

Dialogamos com as reflexões trazidas por nossos participantes e como elas se contextualizam na dinâmica das manifestações da questão social. Por meio dos relatos dos adultos referentes aos seus processos de trabalho, verificamos a

incidência em suas vidas cotidianas da degradação do trabalho na atualidade, construída historicamente.

Nesta perspectiva, apresentamos dados sobre a crise do emprego no Brasil, seus impactos na vida das pessoas, assim como o agravamento da crise política e do próprio modo de produção capitalista.

Abordamos também, de forma breve, a crise sanitária em curso provocada pelo vírus denominado COVID-19, que se espalhou pelo mundo resultando em milhares de mortes, colapsando os sistemas de saúde, no aprofundamento da crise econômica mundial. No Brasil, ressaltamos que o cenário se mostra caótico em decorrência dos embates políticos e negligência do governo brasileiro no combate à crise sanitária e na contenção dos impactos devastadores da crise econômica, bem como em outras áreas. Fizemos essa concisa análise de conjuntura, já que estamos ainda em plena pandemia, ou seja, estamos no processo de compreender os desafios históricos que esse momento tem nos impactado. Partimos, então, para o capítulo terceiro.

Na última etapa desta tese apresentamos os caminhos da educação técnica no Brasil, principalmente, a intencionalidade com a qual é incentivada a população brasileira.

Destacamos os Programas de Aprendizagem destinados aos adolescentes que buscam por formação para o trabalho no modo de produção vigente e procuramos apresentar como são vistos socialmente, sob o olhar dos participantes jovens e adultos da pesquisa.

Nesse processo de formação proposto pela Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000 são apontados diretrizes e conteúdos a serem trabalhados com os jovens em formação. Ao avaliarmos os assuntos considerados relevantes pela lei, ousamos iniciar a proposição da leitura desses tópicos sob uma diferente perspectiva do que a alinhavada nos programas.

Com isso, partimos para as considerações finais da tese retomando as construções e proposições suscitadas pelo diálogo com os protagonistas da pesquisa, adolescentes e familiares, que nos permitiram refletir sobre nossa relação entre família e trabalho.

Desejamos que o leitor também possa refletir sobre suas construções relacionadas à interface família e trabalho, observando como a todo momento na sociabilidade capitalista somos estimulados a servir ao processo de produção de riqueza sob um anúncio de conquistas de benefícios, como por exemplo, a “felicidade

do consumo”, enquanto temos significativa parte dessa riqueza gerada socialmente acumulada pelos detentores do capital, que expropriam não só nossa força de trabalho, mas também nossos sonhos de liberdade e autonomia.

Aos trabalhadores sociais que se dedicam a executar as políticas de inserção de jovens no mercado de trabalho, esperamos poder contribuir para a ampliação do olhar, para que sejam abertos espaços que estimulem a formação dos nossos adolescentes para além das limitações do roteiro capitalista de formação profissional.

Que a leitura desse trabalho inspire ações propositivas mobilizadoras de reflexões e ações individuais ousando a pensar, discutir e agir coletivamente a partir de uma perspectiva mais crítica.

- **Coronavírus: escrevendo a tese durante a pandemia**

Até o início mês de março do ano de 2020, o Brasil acompanhava o movimento de um novo vírus que teve seus primeiros casos na China, mais precisamente em Wuhan, capital da província de Hubei. Este vírus chegou até à Europa e aos Estados Unidos provocando uma crise sanitária mundial com milhares de vidas perdidas.

A COVID-19, um novo tipo de coronavírus com altas taxas de contágio, se espalhou pelo mundo, exigindo que os países tomassem medidas sanitárias para conter a sua propagação que, em curto prazo, bateu números trágicos de mortes, milhares por dia.

O contágio do vírus, segundo o Ministério da Saúde, acontece pelo contato entre pessoas doentes com pessoas saudas, “por meio de: toque do aperto de mão contaminada; gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, talheres, maçanetas, brinquedos, teclados de computador etc.” (BRASIL, 2020).

A principal medida orientada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é o distanciamento social, pois evitar o contato físico entre as pessoas é a ação necessária que tem salvado muitas vidas, bem como realizar medidas de higiene, como por exemplo, lavar sempre as mãos com água e sabão. Idosos e adultos com algumas comorbidades são mais vulneráveis às complicações trazidas pela infecção do vírus, assim como crianças e jovens podem contrair o vírus e de forma assintomática serem vetores para outras pessoas.

A diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Carissa F. Etienne destacou em entrevista à própria entidade, a necessidade de um tripé de ações para controlar a pandemia nas Américas: manter as medidas de distanciamento social, melhorar a vigilância e fortalecer os sistemas de saúde (DISTANCIAMENTO..., 2020).

Autoridades de saúde e governamentais no mundo todo buscam por estratégias e meios de conter o vírus, com o intuito de evitar um colapso nos sistemas de saúde dos países. Quando um paciente de COVID-19 é internado em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) precisa em média de 14 dias para sua recuperação, necessitando de ventilação mecânica.

A dirigente Carissa ainda diz que:

Somos uma região de sistemas de saúde pública frágeis e subfinanciados, que lidam com muito mais do que a COVID-19. Estamos lidando com malária, sarampo, dengue e muitas outras doenças. Isso significa que devemos ser especialmente determinados e adaptáveis às circunstâncias únicas de nossa região, muito diversificada. E devemos lembrar que nem todos os países, cidades e comunidades são afetados da mesma maneira (DISTANCIAMENTO..., 2020).

A prioridade deveria ser salvar vidas, contudo, a crise do novo coronavírus aprofundou a crise econômica em nosso país e no mundo, desvelando a perversidade do sistema capitalista já em colapso, e no Brasil os abismos sociais se mostram mais fatais que a própria pandemia.

Quando uma das orientações básicas de proteção é lavar as mãos e milhares de pessoas vivem sem saneamento básico no Brasil, sem água encanada, podemos projetar as consequências para a população.

Conforme os números que apresentamos anteriormente, parcelas substanciais da população que vivem do trabalho, não têm acesso ao mesmo ou se valem da informalidade. Considerando que os empregos formais já estavam sob ataques ferozes, com as regras de distanciamento social, as empresas demitiram muitos trabalhadores, fechando milhares de postos formais de trabalho.

Dados preliminares apresentados pela OIT projetavam a perda de 195 milhões de empregos em tempo integral já no segundo trimestre de 2020 (veremos que de fato serão efetivamente muitos mais, dada a invisibilidade odiosa que caracteriza o mundo do trabalho em nosso

tempo), sendo que 1,6 bilhão de pessoas, que viviam na informalidade, já estavam sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias (ANTUNES, 2020c).

No Brasil, o auxílio emergencial aprovado pelo Congresso para apoiar os trabalhadores informais, autônomos, desempregados, mães chefes de famílias demorou chegar e para muitos não chegou. Isso obrigou milhares de trabalhadores a saírem em busca de trabalho expondo-os ao contágio e a levarem a doença para dentro de suas casas e famílias. Dependendo de um sistema de saúde precarizado e em vias de colapso.

A despeito do Sistema Único de Saúde (SUS) ser a possibilidade pública no país que por anos vem sendo enfraquecido, recentemente teve os investimentos congelados por 20 anos através da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 241 (PEC), e atualmente, esse sistema de saúde tem salvado todas as vidas possíveis arriscando as vidas de seus servidores no exercício da política pública.

O governo federal brasileiro tem tratado a pandemia como mais uma peça no jogo político de disputa de poder. Os discursos destoantes do Presidente da República e Governadores colaboram para o agravamento da crise sanitária e tensão econômica se agiganta a cada dia. A estratégia do governo federal é se valer da pandemia para avançar com as ações de desmonte e destruição de políticas e direitos fundamentais.

Nessa conjuntura econômica, política e social estão nossos adolescentes participantes que sonham ser inseridos nesse mundo trabalho, assim como também é o desejo de seus familiares, contudo, o contexto apresentado nos revela a precariedade cada vez maior dessa introdução no universo das pessoas economicamente ativas.

CAPÍTULO 1 ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS: O CONTEXTO PARA A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

[...] “necessidade de se descobrir a estrutura científica intrínseca do conhecimento popular, das regras do know-how popular e do senso comum enquanto elementos para alcançar as metas de uma sociedade melhor e um mundo mais justo.” (Fals Borda)

1.1 Adolescente trabalhador: o cenário para inserção no mundo do trabalho

Conforme versa o artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF), a família, a sociedade e o Estado devem:

“assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 2015).

Destacamos, também, na citada CF, que o texto desta autoriza o trabalho a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz e, a partir dos 16 anos, desde que, nesses casos, o trabalho não seja insalubre, perigoso ou noturno, nem se enquadre nas piores formas de trabalho infantil, conforme Decreto n. 6.481/2008 (BRASIL, 2008).

A partir deste marco histórico e legal, podemos notar o crescimento da luta para a erradicação do trabalho infantil. Devemos considerar, ademais, que ainda nos dias de hoje, é a população pobre brasileira que inicia a vida economicamente ativa cedo. Via de regra, esse ingresso precoce está associado às famílias de menor renda e baixo grau de instrução da pessoa de referência da unidade familiar. Isto é, estes são os indicadores que aumentam o risco de ingresso precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho (BRASIL, 2018).

Crianças e adolescentes submetidos à criminalidade, ao tráfico, à exploração sexual e às situações equivalentes ao trabalho escravo, dentre outras atividades classificadas como as piores formas de trabalho infantil, revelam a persistência de um pensamento cultural perverso no país, capaz de negar a condição de cidadãos às gerações futuras.

No Brasil, em 2016, segundo informações do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019-2022) (BRASIL, 2018), somando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2019), de um total de 40,1 milhões de crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos), 1,8 milhão estavam no mercado de trabalho. Isso significa dizer que a taxa de trabalho infantil no Brasil, em 2016, era de 4,6%. Porém, considerando a “produção para o próprio consumo”, 716 mil crianças de 5 a 17 anos também realizaram trabalhos. Destacamos ainda, no PNPETIPAT, que 2 milhões e

390 mil crianças aproximadamente estavam no mercado de trabalho, o que implica uma taxa de trabalho infantil de 5,96%.

Dito isso, dentre os adolescentes de 16 e 17 anos, 1,3 milhão estavam em situação de trabalho irregular. Ou seja, dos 2.390.846 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, 57,07% têm 16 ou 17 anos. Por sua vez, os de 14 e 15 anos, aproximadamente, 575 mil encontravam-se em trabalho infantil em 2016 (24,05%). Já no grupo de 10 a 13 anos, eram, aproximadamente, 374 mil (14,51% do total do trabalho infantil se encontram nessa faixa etária) e, entre as de 5 a 9 anos, notamos um quantitativo aproximado de 104 mil crianças em trabalho infantil (4,35%). Do total de crianças e adolescentes que estavam no mercado de trabalho em 2016, 36% (aproximadamente, 839 mil) eram mulheres e 67% (aproximadamente, 1,5 milhões) eram homens.

Destacamos os dados quanto à característica de cor ou raça, pois foi observada uma proporção considerável de crianças e adolescentes pretos e pardos, correspondendo a 66,2% do total do grupo identificado em situação de trabalho infantil.

Em relação ao perfil econômico das famílias nas quais as crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos) em situação de trabalho infantil se encontravam, observamos que 49,83% tinha rendimento mensal per capita menor que 1/2 salário mínimo, sendo, pois, consideradas família de baixa renda. Ademais, 27,80% se encontravam em famílias que têm renda per capita inferior a 1 salário mínimo. Disso, considera-se que 77,63% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil se encontravam em famílias que auferiam renda per capita inferior a 1 salário mínimo.

Assim definimos o objetivo para o estudo que se configura em apreender o significado e valor do trabalho para jovens ingressantes do Programa Primeira Etapa (PPE) e suas famílias. O PPE se caracteriza como um curso de pré-aprendizagem do Programa de Aprendizagem da Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca (ESAC).

Tal objetivo é constituído por alguns pontos específicos, como: conhecer o perfil socioeconômico dos jovens e de suas famílias, identificando o lugar social dos participantes assim como a formação de suas percepções relativas ao trabalho; revelar qual a importância do significado e valor do trabalho para os participantes da pesquisa – se há ou não relevância e como se dá - e identificar o significado do

trabalho transmitido pelas famílias, segundo a visão das mesmas e dos jovens ingressantes, observando se existe ou não essa transmissão.

A partir das reflexões trazidas pelos participantes trabalhamos na construção da análise pesquisa, buscando verificar os pontos específicos e identificar as categorias que se destacaram para serem analisadas.

Identificamos um público que está iniciando ou se preparando para a entrada no mercado de trabalho. São jovens de 15 a 19 anos, alunos do Programa de Pré-Aprendizagem da Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca (ESAC).

O Estatuto da Juventude (EJ) instituído pela Lei nº 12.852/2013 (BRASIL, 2013), considera jovem a pessoa de 15 a 29 anos de idade; já as pessoas de 15 a 18 anos são nomeadas adolescentes e protegidas pela Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990), o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), salvo quando não houver algum conflito com as normas de proteção integral do adolescente. Para efeitos desta pesquisa consideramos a definição do ECA, pois a nossa amostra entrevistada tem entre 15 e 16 anos⁶.

Antes de apresentar o referido Programa de Aprendizagem, observamos – segundo informações do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Franca (PDDHCA) para 2016 a 2026 (FRANCA, 2016) – o cenário da infância e juventude e a oferta de oportunidades de aprendizagem no município.

Analisar o diagnóstico e as propostas para a juventude em Franca, nos auxilia na construção do perfil e apreensão da realidade e das oportunidades do público-alvo da pesquisa.

O PDDHCA reúne o diagnóstico social da realidade da criança e do adolescente do município de Franca/SP, com base nos marcos legais, princípios e políticas de proteção à infância e juventude. Assim como integra um plano de ação, avaliação, monitoramento e controle do cumprimento das diretrizes deste planejamento decenal.

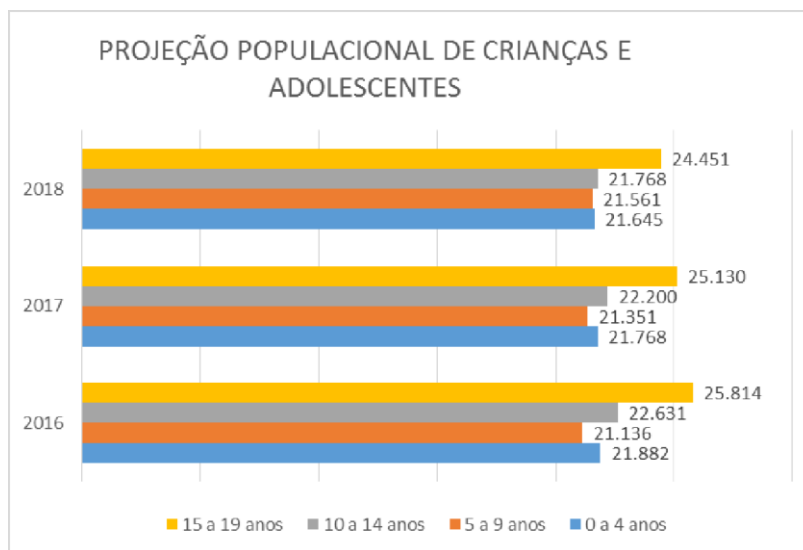
O instrumento foi aprovado em agosto de 2016, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e transformado pelo legislativo

⁶ Optamos por usar também a palavra jovem ao longo do texto, por entendermos os termos como sinônimos, já que a adolescência é fase inicial da juventude, onde transitam jovens de diferentes faixas etárias. Além disso, de ser este é o termo usado pelos Programas de Aprendizagem que oferecem formação para o Jovem Aprendiz.

municipal em dispositivo legal, convertendo em Política Municipal o acompanhamento do referido CMDCA e de toda a sociedade.

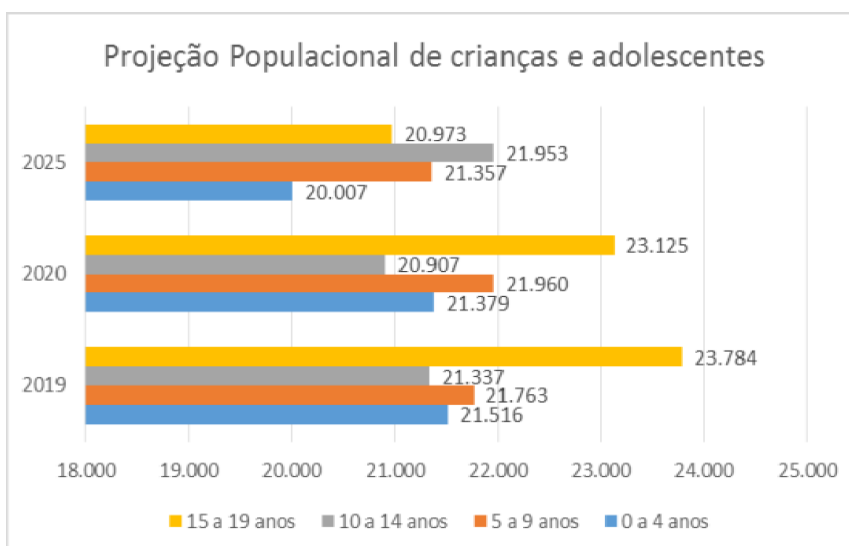
A projeção populacional de Crianças e Adolescentes no Município de Franca para o período de 2016 a 2025 pode ser observada nas informações contidas nos gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Projeção Populacional de Crianças e Adolescentes 2016 – 2018



Fonte: (FRANCA, 2016, p. 22-23).

Gráfico 2 – Projeção Populacional de Crianças e Adolescentes 2019 – 2025



Fonte: (FRANCA, 2016, p. 22-23).

A projeção populacional apresentada no PDDHCA foi obtida através do Plano Municipal de Educação que estimou a população de crianças e adolescentes no intervalo de 2016 a 2025.

Quanto à oferta dos programas de ensino e aprendizagem voltada para os adolescentes de 15 a 19 anos, o PDDHCA apresenta o trabalho de entidades que possuem o curso designado ao Programa de Aprendizagem em Franca/SP, reconhecido pelo extinto Ministério do Trabalho, sendo estas: Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Escola de Aprendizagem e Cidadania (ESAC). Vejamos como eles funcionam.

O CIEE oferta o curso de iniciação ao mercado de trabalho, atendendo 1.264 pessoas, entre 14 e 24 anos, incluindo adultos, pois o trabalho é aberto, ou seja, a qualquer tempo são inseridos jovens nos cursos e em estágios, desde que haja oferta de estágio pelas empresas.

Ao CIEE cabe a oferta dos cursos, o acompanhamento e a gestão dos estágios. Portanto, o vínculo do estagiário é com o CIEE e não com a empresa. A instituição segue as normas estabelecidas pela nova lei do estágio. Além desse trabalho, o CIEE também oferece cursos de educação à distância (EAD) aos estagiários, os quais devem, uma vez por semana, frequentar as atividades realizadas pelo curso, além das atividades à distância. Além do curso de EAD, o CIEE também desenvolve o Programa Aprendizagem, atendendo 448 aprendizes em Franca. Este programa recebe adolescentes encaminhados pelo Centro Referência da Assistência Social (CRAS) e pela Justiça Especializada na Infância e Adolescência (JEIA) (FRANCA, 2016).

O SENAI oferece os cursos a partir da demanda registrada em seu banco de dados. Para se candidatar ao ensino da aprendizagem e demais cursos, o jovem deve cursar o ensino médio e passar por um processo seletivo.

O SENAC tem parceria com o Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA), o qual encaminha adolescentes para atendimento e inserção nos cursos ofertados. O SENAC oferece cursos de auxiliar de escritório, aprendizagem na área de vendas, área de administração e de supermercado, atendendo, aproximadamente, 1.020 pessoas anualmente. O aprendiz só é inserido a partir dos 14 anos, não havendo processo seletivo. Para ser gratuito, o adolescente precisa se inscrever dois meses antes do início do curso. A instituição lança o curso, recebem-se as inscrições

por ordem de inscritos, até completar o número de vagas estabelecido, que é definido por curso, pela organização. (FRANCA, 2016)

A Prefeitura Municipal de Franca criou o Programa Primeira Chance, o qual disponibiliza vagas de estágio para adolescentes e os encaminham para os programas de aprendizagem das entidades elencadas anteriormente:

[...] foi instituído pelos Decretos Municipais nº 7.627 e 7.636 e o Decreto Municipal nº 9.738 de 2012, permitindo que o Município realize contratação de jovens aprendizes, por tempo determinado, pelo prazo de 02 anos, após prévia realização de processo seletivo (FRANCA, 2016, p. 233 - 234).

O Programa Primeira Chance objetiva a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens, por meio da aprendizagem no âmbito da Administração Pública, oferecendo a eles oportunidade de iniciação profissional. Deste modo, o aprendiz exerce a função de Auxiliar Administrativo nas diversas áreas administrativas da Prefeitura Municipal. Os candidatos às vagas do Programa devem seguir os seguintes critérios: ter entre 14 e 18 anos e estar regularmente matriculado e frequentando o ensino médio, ou tê-lo concluído (FRANCA, 2016).

O jovem aprendiz do Programa Primeira Chance é inscrito em um dos programas de aprendizagem reconhecidos pelo extinto Ministério do Trabalho e Emprego, através de convênio com instituição legalmente reconhecida pelos órgãos competentes. A prefeitura é a organização que tem a maior cota de contratação de jovens aprendizes do município.

Segundo o PDDHCA, o programa oferta 80 vagas anualmente. Em 2014, a instituição que realizou a formação desses jovens foi o SENAC, e em 2015, a entidade responsável foi o CIEE de Franca.

A ESAC, entidade socioassistencial fundada em 1969, desenvolve suas atividades na área da Assistência Social. A administração é realizada de forma voluntária pelo Rotary Club de Franca⁷ e já atendeu mais de 40 mil pessoas diretamente.

O Programa Jovem Aprendiz prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação e acompanhamento da ESAC. A Aprendizagem é regida

⁷ O Rotary é uma rede global de líderes comunitários, amigos e vizinhos que se unem e entram em ação para causar mudanças duradouras em si mesmas, nas suas comunidades e no mundo todo (ROTARY, 2019).

pela Lei nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000), a qual estabelece que as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar jovens entre 14 e 24 anos. Através de um contrato especial de trabalho por no máximo dois anos, os jovens, na qualidade de aprendizes, exercem atividades de acordo com o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), do extinto Ministério do Trabalho.

Para se tornar um aluno do Programa de Aprendizagem é necessário que os jovens de ambos os sexos tenham idade entre 15 e 17 anos, estejam regularmente matriculados na rede pública de ensino ou sejam bolsistas em colégios particulares, que estejam cursando o ensino médio, e suas famílias se enquadrem em situação de vulnerabilidade social.

O jovem passa inicialmente pelo Programa Primeira Etapa (PPE), que funciona como um processo de pré-aprendizagem, em que o aluno recebe formação para inserção no mundo do trabalho, através de oficinas de *marketing* pessoal e profissional, ética e cidadania, higiene, saúde e responsabilidade social, arte e cultura, esporte e lazer, comunicação na prática, comunicação oral e escrita, redação e rotinas administrativas. O PPE tem duração de seis meses e a entidade oferece duas turmas anualmente, com início em janeiro e julho, disponibilizando de 180 a 200 vagas.

Após o período de formação básica, os jovens são encaminhados para entrevistas nas empresas parceiras da ESAC para se tornarem aprendizes, de acordo com a Lei da Aprendizagem.

O Programa Jovem Aprendiz está cadastrado no Programa Nacional de Aprendizagem sob o número 51291; este sistematiza a lei da aprendizagem, tendo o Arco Ocupacional de Auxiliar Administrativo, Classificação Brasileiras de Ocupações (CBO) 4110-05, com carga horária total de 1840 horas, distribuídas em três módulos: Introdutório (80 horas); Atividades Teóricas e Complementares (472 horas) e Atividades Práticas (1288 horas), por um período de 15 meses.

O diferencial da entidade é que o jovem participa do Programa Primeira Etapa ESAC durante 06 (seis) meses, antes de ser encaminhado para a primeira entrevista e a ESAC vai além do cumprimento da legislação da aprendizagem profissional, possui um compromisso e investimento na formação cidadã de cada jovem participante. O acesso dos usuários é realizado por preenchimento de ficha de inscrição e ficha social e após análise da situação socioeconômica e de vulnerabilidade pelo Setor Social da ESAC, o jovem é convocado a fazer parte do Programa Primeira Etapa. Após 06 (seis) meses são encaminhados para as empresas e inicia o Programa Jovem Aprendiz (ESAC FRANCA, 2019).

Conforme manifestado no Plano Decenal, a ESAC apresenta intenção de ampliar o atendimento, mas para isso precisa contar com a parceria de outros atores sociais. Assim sendo, pretende aumentar o número de vagas para os próximos dez anos (2016-2026); também aponta interesse em implementar novas modalidades de serviços e estágios, conforme demanda das empresas (FRANCA, 2016).

Nossa escolha por investigarmos este grupo de sujeitos se dá pela riqueza de expectativas alimentadas pelos adolescentes que muitas vezes chegam ao programa sem informações objetivas relativas às ocupações da área administrativa para qual estão se qualificando, levando com eles as percepções e valores transmitidos pela família e pelos demais espaços de socialização, não menos importantes.

Propusemos, assim, a pesquisa para os ingressantes no PPE e suas famílias, em busca de saber qual é o significado do trabalho para eles, e a partir disso refletirmos sobre quais condições são formadas essas impressões sobre o trabalho.

Observando o cenário de inserção do jovem no mercado de trabalho, a realização de nossa pesquisa em uma entidade de formação de aprendizes apresenta-se como um solo fértil para conhecermos como é construído o significado do trabalho para esta amostra estudada.

O projeto de pesquisa passou por processo de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Unesp/Franca, através da inserção deste na Plataforma Brasil recebendo o aval para a realização da pesquisa de campo.

1.2 Participantes da pesquisa: os construtores de valores e significados do trabalho

Apresentamos agora os participantes da pesquisa expondo quadros elaborados por nós, com todos os dados de caracterização dos sujeitos desta pesquisa, por segmento:

Quadro 1 – Dados de caracterização dos participantes adolescentes

Participantes da Pesquisa - Adolescentes							
Nome fictício	Gênero	Idade	Bairro em Franca/SP	Cidade de nascimento	Escolaridade	Estado Civil	Quantas pessoas vivem com você?
João	Masculino	16	Centro	Franca	2º E.M	solteiro	2
Bruno	Masculino	15	Jd. Pinheiros	Franca	2º E.M	solteiro	4
Fernanda	Feminino	15	Jd. João Liporoni	Franca	2º E.M	solteira	3
Lúcio	Masculino	16	Jd. Brasilândia	Franca	2º E.M	solteiro	4
Helena	Feminino	16	B. City Petropolis	Franca	2º E.M	solteira	3
Roberto	Masculino	15	Jd. Luiza I	Franca	2º E.M	solteiro	3
Ana	Feminino	16	Recreio Campo Belo	Franca	2º E.M	solteira	3
Barbara	Feminino	16	Jd. Brasilândia	Franca	2º E.M	solteira	6
Laís	Feminino	16	Jd. São Luís II	Franca	2º E.M	solteira	4
Manuela	Feminino	15	Pq. V. Leporace I	Franca	1º E.M	solteira	3

Fonte: Elaborado por Cristiane Olegário Barbosa

Iniciamos a descrição pela adolescente Barbara que quando entrevistada residia com os pais, dois irmãos e uma prima, cursava o 2º ano do Ensino Médio, tinha 16 anos e até aquele momento não tinha nenhuma experiência profissional anterior.

João, jovem de 16 anos na data da entrevista, cursava 2º ano do Ensino Médio, residia com a avó paterna e a tia-avó. Ele relatou não ter nenhuma experiência de trabalho e falou sobre a expectativa de conseguir trabalho.

Bruno tinha 15 anos, estava no 2º ano do Ensino Médio, residia com os pais e duas irmãs, sendo gêmeo de uma delas que também cursava o PPE. Em sua entrevista, o adolescente verbalizou sua expectativa em realizar-se através do trabalho superando as experiências familiares.

Manuela era aluna do 1º ano do Ensino Médio, morava com os pais e irmãos e tinha 15 anos.

Fernanda nos contou que tinha 15 anos, cursava o 2º ano do Ensino Médio, morava com a mãe, o padrasto e a irmã. Narrou que se dedicou para garantir a oportunidade de realizar o curso, fazendo plantão no computador para realizar a inscrição que era feita *on-line*.

Laís era aluna do 2º ano do Ensino Médio, morava com os pais e irmãos e tinha 16 anos.

O adolescente Lúcio tinha 16 anos, cursava o 2º ano do Ensino Médio. Este relatou que já realizou outra formação de Aprendizagem e trabalhou por um ano como aprendiz na área industrial. Também contou sobre a sua experiência profissional e outras oportunidades a partir dela.

Helena foi o nome escolhido por outra adolescente de 16 anos, estudante do 2º ano de Ensino Médio, residente no bairro City Petrópolis, com os pais e o irmão mais velho. Contou que gosta de estudar e espera aprender lições para a vida com a futura experiência de trabalho.

O adolescente Roberto, de 15 anos, cursava o 2º ano do Ensino Médio, residia com os pais e irmão. Ele nos contou sobre as primeiras impressões do curso de pré-aprendizagem, dizia ser muito tímido, mas conseguiu se relacionar com os demais jovens de sua turma; falou também sobre a referência que o irmão é para ele.

Ana, adolescente de 16 anos, estudante do Ensino Médio, morava com a mãe e dois irmãos. Ela falou sobre a expectativa do primeiro emprego e a perspectiva de independência financeira por meio do trabalho.

Os participantes da pesquisa fazem parte da turma do Programa Primeira Etapa (PPE) da ESAC iniciada no mês de julho de 2019.

Os jovens formam um grupo de 168 adolescentes que se inscreveram no PPE via internet no site direcionado pela entidade. A turma foi composta por 78 jovens do sexo masculino e 90 jovens do sexo feminino, todos eles na faixa etária de 12 a 17 anos.

E os jovens selecionados refletem o perfil geral da turma, sendo 60% do sexo feminino e 40% masculino. Quanto a idade, eles variam entre 15 e 16 anos.

Quanto à escolaridade da turma, 96,43% são alunos de escolas públicas. Com relação à escolaridade dos selecionados, todos são estudantes do ensino médio em escolas públicas.

Apresentamos aqui as características dos participantes adultos, os familiares dos jovens que aceitaram participar da pesquisa. São estes:

Quadro 2 – Dados de caracterização dos participantes familiares

Participantes da Pesquisa - Familiares									
Nº	Parentesco	Nome fictício	Gênero	Idade	Bairro em Franca/SP	Cidade de nascimento	Escolaridade	Estado Civil	Quantas pessoas vivem com você?
1	Tia-avó do João	Maria	Feminino	83	Centro	Franca	Fund.I	solteira	2
2	Avó paterna do João	Benedita	Feminino	85	Centro	Franca	Fund.I	viúva	2
3	Pai do Bruno	Marcelo	Masculino	44	Jd. Pinheiros	Franca	E.M compl.	casado	4
4	Mãe do Bruno	Val	Feminino	47	Jd. Pinheiros	Franca	Fund I compl.	casada	4
5	Mãe da Fernanda	Lídia	Feminino	35	Jd. João Liporoni	Ouro Verde/MG	E.M inc.	união estável	3
6	Mãe do Lúcio	Jane	Feminino	41	Res. Júlio D'Élia	Franca	SUP.	casada	4
7	Avó paterna do Lúcio	Nilza	Feminino	64	Jd. Brasilândia	Franca	SUP.	casada	1
8	Mãe da Helena	Rita	Feminino	50	B. City Petropolis	Franca	E.M	casada	3
9	Pai da Helena	Brandon	Masculino	52	B. City Petropolis	S. José da Bela Vista	E.M	casado	3
10	Mãe do Roberto	Jéssica	Feminino	39	Jd. Luiza I	Franca	E.M compl.	casada	3
11	Mãe da Ana	Keila	Feminino	38	Recreio Campo Belo	Franca	E.M	separada	3

Fonte: Elaborado por Cristiane Olegário Barbosa

Maria e Benedita, tia-avó e avó paterna de João, tinham 83 e 85 anos respectivamente; elas nos contaram suas experiências com o trabalho e a expectativa da iniciação profissional de João.

Os pais de Bruno são Marcelo e Val, de 44 e 47 anos, respectivamente. Ambos eram representantes comerciais de produtos cosméticos para salão de beleza. O casal relatou como foi a experiência de deixar os empregos no setor calçadista e empreender como autônomos no ramo de comércio de cosméticos. A família era composta pelo casal e seus três filhos; eles contaram como vivenciaram e transmitiram suas experiências com o trabalho para os filhos.

Lídia, 35 anos, mãe de Fernanda, nos recebeu em sua residência. Seu companheiro também participaria da pesquisa, contudo teve que atender um chamado para uma entrevista de emprego; ele trabalhava como motorista/caminhoneiro e Lídia como *freelance* em uma fábrica de bolos.

Jane, mãe de Lúcio, casada com três filhos, formada em Pedagogia, no momento não estava exercendo nenhuma função laboral. A participante nos recebeu na residência dos sogros, onde funcionava o escritório do esposo, advogado.

Na ocasião, a avó paterna de Lúcio aceitou participar da pesquisa e também nos concedeu entrevista: Nilza, 64 anos, casada, professora aposentada, embora continuasse a dar aulas para Educação Fundamental I na rede municipal em Franca/SP.

Rita e Brandon, 50 e 52 anos são, respectivamente, os pais de Helena. A família nos recebeu em um imóvel recém adquirido por eles; estava reformando-o para abertura de um lava-jato que ficaria sob administração do filho mais velho. Rita era secretária em um hospital do município e Brandon trabalhava como autônomo na área de construção civil. O casal falou sobre suas percepções e perspectivas relacionadas ao trabalho e como consideram transmitir suas experiências aos filhos.

Jéssica, mãe de Roberto, 39 anos, estava casada e com dois filhos, trabalhando como autônoma. A participante nos contou sobre seu histórico de trabalho até o período quando se deu a entrevista, além de sua relação com os filhos e o significado do trabalho para ela e sua família.

A mãe da Ana, Keila, 38 anos, estava separada, trabalhava como empregada doméstica, residindo com três filhos na região Norte de Franca. Ela nos recebeu em sua residência e contou sobre seu histórico de trabalho no setor calçadista e que, com a crise deste setor nos últimos anos, ficou sem colocação e começou a trabalhar como diarista e doméstica para sustentar a casa.

Observamos que os familiares em sua maioria, 33%, têm entre 35 e 44 anos, seguidos dos grupos de 45 a 54 anos e 55 a 64 anos com 27% de cada e 13% correspondem à parcela de familiares acima de 65 anos.

Vale ressaltarmos que a faixa etária da maior parte dos familiares, 35 a 44 anos, representa poucas gerações antes de seus filhos. Essa geração de familiares vivenciou as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho nesses últimos 40 anos, bem como as conquistas de direitos trabalhistas trazidas pela Constituição Federal de 1988, legislação trabalhista e o próprio ECA garantindo os direitos do adolescente trabalhador. Recentemente, vivem e sofrem os retrocessos das conquistas trabalhistas capitaneadas pelos governos atuais.

Quanto à escolaridade verificamos que todos são alfabetizados, constatando que a maior parcela dos participantes concluiu o Ensino Médio.

Notamos durante as entrevistas e conversas com os participantes que estes incentivavam a formação regular e profissional dos jovens, consideravam importante a conclusão do Ensino Médio e viam os cursos extracurriculares, técnicos e profissionais como oportunidades para a construção de seus filhos enquanto cidadãos.

A despeito de todos os familiares indicarem o trabalho com o aspecto fundamental para a construção da vida adulta, também consideram os estudos indispensáveis para que os adolescentes tenham possibilidades de oportunidades.

Averiguamos que, em sua maior parte, os participantes eram casados, configurando famílias nucleares com dois filhos ou mais. Os demais compõem famílias monoparentais femininas, constituída por mulheres chefes de famílias e seus dependentes, e extensas - que correspondem ao grupo familiar relativo ao núcleo, pais e filhos, compartilhada por outros graus de parentesco, como avós e netos.

Com relação às configurações familiares apresentadas, observamos famílias com três configurações conhecidas: a extensa, monoparental feminina e nuclear.

A família extensa ou ampliada é definida no parágrafo único do artigo 25 do ECA como “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”.

Este mesmo artigo do Estatuto conceitua as famílias monoparental: “[...] qualquer deles (pai ou mãe) e seus descendentes”, e nuclear “formada pelos pais [...] e seus descendentes”.

Segundo Mioto, Campos e Carloto (2015, p. 135), na obra *Familismo, Direitos e Cidadania*, o IBGE conceitua o núcleo familiar como:

[...] o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar.

Agrupamos as famílias destacando-as por numeração, para melhor visualização dos grupos familiares. Chamamos a atenção no quadro para as adolescentes Bárbara, Manuela e Laís que foram entrevistadas, porém nenhum de seus familiares se dispôs a participar da pesquisa. Mantivemos as jovens no quadro de participantes considerando que aceitaram o convite, embora suas respostas aos tópicos do roteiro de entrevista não tenham sido relacionadas com as reflexões trazidas pelos participantes adultos.

Goldenberg (2015, p. 102, grifo do autor) destaca ser:

[...] importante analisar tanto o que foi dito como o “não dito” pelos pesquisados. É preciso interpretar este “não dito”, buscar uma lógica da “não resposta”. É hora de exercitar o olhar crítico sobre a pesquisa

e verificar quais foram os objetivos iniciais e o que realmente foi alcançado. Somente após explicitar o que se pretendia e os limites do que foi pesquisado, pode-se começar a análise do material coletado. Muitos relatórios de pesquisa parecem isentos de dificuldades porque se restringem aos resultados alcançados, sem registrar o que não foi conseguido. A pesquisa parece mais fácil e, também, mais pobre, ao ser isolada de todo o processo feito pelo pesquisador.

Conforme avaliado pela autora, apresentamos essa pesquisa também com as nossas dificuldades enfrentadas para a realização, por consideramos as ausências parte da realidade investigada.

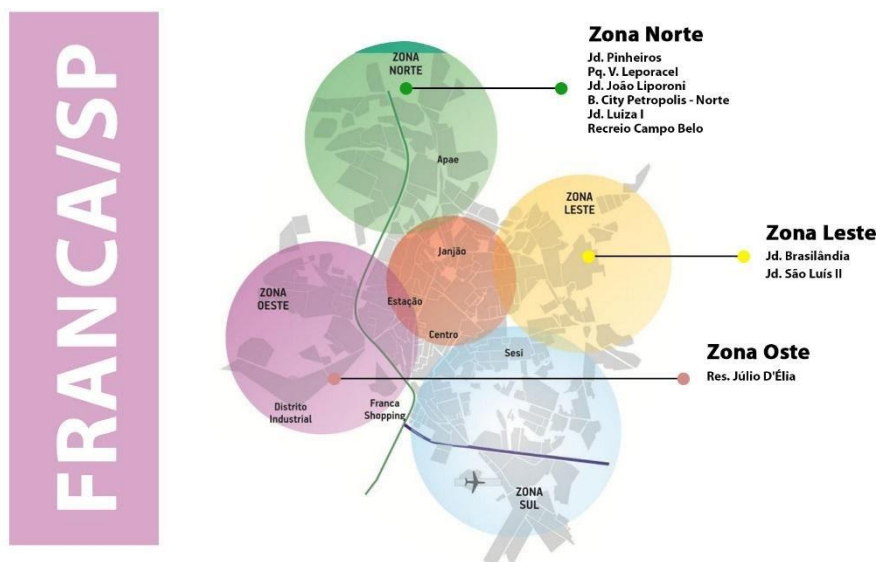
Quadro 3 – Participantes da pesquisa de campo – Famílias (Adolescentes e Familiares)

Participantes da Pesquisa - Famílias							
Famílias	Nome fictício	Gênero	Idade	Bairro em Franca/SP	Cidade de nascimento	Escolaridade	Estado Civil
1	João	Masculino	16	Centro	Franca	2º E.M	solteiro
	Maria	Feminino	83		Franca	Fund.I	solteira
	Benedita	Feminino	85		Franca	Fund.I	viúva
2	Bruno	Masculino	15	Jd. Pinheiros	Franca	2º E.M	solteiro
	Marcelo	Masculino	44		Franca	E.M compl.	casado
	Val	Feminino	47		Franca	Fund I compl.	casada
3	Fernanda	Feminino	15	Jd. João Liporoni	Franca	2º E.M	solteira
	Lídia	Feminino	35		Ouro Verde/MG	E.M inc.	união estável
4	Lúcio	Masculino	16	Jd. Brasilândia	Franca	2º E.M	solteiro
	Jane	Feminino	41	Res. Júlio D'Élia	Franca	SUP.	casada
	Nilza	Feminino	64	Jd. Brasilândia	Franca	SUP.	casada
5	Helena	Feminino	16	B. City Petropolis	Franca	2º E.M	solteira
	Rita	Feminino	50		Franca	E.M	casada
	Brandon	Masculino	52		S. José da Bela Vista	E.M	casado
6	Roberto	Masculino	15	Jd. Luiza I	Franca	2º E.M	solteiro
	Jéssica	Feminino	39		Franca	E.M compl.	casada
7	Ana	Feminino	16	Recreio Campo Belo	Franca	2º E.M	solteira
	Keila	Feminino	38		Franca	E.M	separada
8	Barbara	Fêmea	16	Jd. Brasilândia	Franca	2º E.M	solteira
9	Laís	Fêmea	16	Jd. São Luís II	Franca	2º E.M	solteira
10	Manuela	Fêmea	15	Pq. V. Leporace I	Franca	1º E.M	solteira

Fonte: Elaborado por Cristiane Olegário Barbosa

De acordo com dados do último Censo divulgado pelo IBGE (2010), o município de Franca contava com uma população de 318.640 mil habitantes; em 2019, sendo que houve uma projeção populacional de 353.187 mil habitantes.

Mapa 1 – Franca destacando as regiões e bairros onde residiam os participantes



Fonte: Elaborado por Marcelo Rodrigues de Siqueira

Com relação à região de moradia dos jovens e suas famílias, observamos que a maior concentração dos mesmos em nossa pesquisa está na região Norte do município, representando 65%, e depois nas regiões Leste e Centro, respectivamente.

A região Norte do município de Franca é composta por grande aglomeração populacional, tendo sido a primeira região que obteve maior expansão através de conjuntos habitacionais. Já foi considerada uma das regiões com maior índice de violência do município. Ressaltamos que os bairros onde ficam as residências de nossos participantes são periféricos.

1.3 Metodologia

O contato com a ESAC foi realizado através de reuniões presenciais e conversas via aplicativo de celular com a coordenadora do Programa de Aprendizagem. Ela viabilizou a assinatura do termo de autorização da pesquisa na entidade, bem como foi a fonte dos dados sobre a turma.

Foram selecionados dez jovens por meio de sorteio aleatório em site da internet⁸ e a coordenadora disponibilizou os telefones de contato dos jovens e

⁸ Os jovens foram selecionados através do site: <https://sorteador.com.br/embaralhador/>.

familiares. Com a autorização da coordenação, fomos ao encontro dos participantes no curso do PPE para apresentar a pesquisa. As aulas aconteciam às terças, quartas e sextas-feiras nas dependências da Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF).

Apresentamos a proposta da pesquisa para um grupo de alguns participantes e outros individualmente, todos sorteados. Nesta conversa, explicitamos os objetivos da pesquisa, os documentos Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Assentimento⁹ (Apêndices A e B), sendo destacada a importância da autorização e participação de dois familiares/responsáveis, para que não se centralizasse em um único membro das famílias.

Neste primeiro encontro conseguimos o aceite de nove dos dez sorteados; o décimo participante havia faltado. Também realizamos duas entrevistas iniciais, no sentido de exercitarmos melhor nossa própria “desenvoltura” com relação ao roteiro e à qualidade do mesmo, bem como agendamos a primeira visita com os familiares. Estas duas entrevistas realizadas com João e Barbara foram aceitas após nossa análise conjunta: pesquisadora e orientadora.¹⁰

Após essa primeira conversa, momento em que se deu o convite a quase todos os participantes e as entrevistas iniciais, continuamos mantendo contato por telefone (via aplicativo de celular) para agendarmos as demais entrevistas a serem realizadas com os familiares.

Na segunda visita da pesquisadora à instituição foram realizadas mais algumas entrevistas; dias depois um adolescente entrevistado desistiu de participar da pesquisa, assim como nos deparamos com a desistência do curso por outro jovem que foi sorteado inicialmente.

Realizamos, então, um segundo sorteio para a escolha de dois novos nomes a serem convidados a participar da pesquisa, usando o mesmo site do primeiro sorteio. Encaminhamos os novos nomes à coordenação do curso, explicando os motivos dessa segunda chamada e solicitando os contatos dos jovens.

Uma nova visita ao local do curso foi necessária para conhecer e apresentar a pesquisa para as duas adolescentes que foram aleatoriamente sorteadas.

⁹ Documentos referentes à autorização de adolescentes e familiares dos mesmos, do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da UNESP – Franca, onde o projeto de pesquisa foi aprovado.

¹⁰ Os nomes dos participantes da pesquisa são fictícios, escolhidos pelos próprios participantes no momento da entrevista.

Agendamos as entrevistas com os familiares por contato telefônico (via app). Realizamos as primeiras entrevistas com as parentas de João, que também serviram de parâmetro para as demais entrevistas com membros das outras famílias.

A entrevista com Jéssica, mãe de Roberto, foi realizada na sede da ESAC. Apresentamos os objetivos da pesquisa para a participante, e como em todas as entrevistas, solicitamos a autorização para gravarmos em áudio de modo a facilitar a posterior transcrição.

Os pais de Bruno são Marcelo e Val e escolheram realizar as entrevistas em uma praça ao lado do local do curso.

Com os familiares de Barbara marcamos o encontro três vezes, chegamos a ir até a residência da família, mas não tivemos sucesso, e após os desencontros desistimos do contato.

Solicitamos às jovens Laís e Manuela, como fizemos com os demais, que contatassem seus familiares para a realização das entrevistas, contudo estas não conseguiram intermediar o contato. Agendamos com a mãe de Manuela algumas vezes, porém não conseguimos efetivar a entrevista, o que culminou com a desistência desta de participar da pesquisa. Com a família de Laís, tentamos o contato sem sucesso. Realizamos uma nova visita ao local do PPE para tentarmos conversar com a jovem sobre a necessidade da participação dos familiares em nossa pesquisa; Laís argumentou que não conversou com a mãe e que não estava ficando muito em casa, assim como o contato que ela havia passado atribuindo ser o telefone celular da mãe era um número inexistente, portanto não insistimos mais nesta entrevista.

Através de contato telefônico, aplicativo de conversa e por meio dos próprios adolescentes realizamos as entrevistas com os familiares em local e hora marcados pelos mesmos.

Assim, totalizamos 10 entrevistas com os adolescentes e 11 entrevistas com os seus familiares. Dos familiares que concederam a entrevista, tivemos pelo menos um representante do núcleo familiar.

Os participantes, adolescentes e familiares, que nos receberam em suas residências e espaços vinculados à unidade de ensino, compartilharam suas experiências e expectativas referentes à profissionalização dos jovens, enfatizaram as mudanças ocorridas nos últimos anos comparando a sua inserção no mercado de trabalho e as oportunidades e proteção ao trabalho do adolescente na atualidade.

De maneira geral, todos os familiares concordaram e apoiaram a inserção do adolescente em sua iniciação ao trabalho através do acesso ao conhecimento, para se preparar como jovem trabalhador.

Notamos, durante as entrevistas e conversas com os participantes adultos (familiares) que estes incentivavam a formação regular e profissional dos jovens, consideravam importante a conclusão do ensino básico e viam os cursos extracurriculares, técnicos e profissionais como oportunidades para a construção de seus filhos enquanto cidadãos.

A despeito de todos os familiares indicarem o trabalho com o aspecto fundamental para a construção da vida adulta, também consideram os estudos indispensáveis para que os adolescentes tenham melhores oportunidades na vida laboral.

Com o objetivo de identificar os significados do trabalho para adolescentes e familiares, e como consequência verificarmos as influências dos conceitos auferidos pelos membros das famílias, a pesquisa partiu de uma questão central: há ou não há transmissão do valor/significado do trabalho dos familiares responsáveis para o adolescente?

A partir das respostas dos participantes percebemos que seus conceitos partem de condições objetivas específicas para pensar o trabalho, sendo que essas condições se manifestam por meio das expressões da questão social; assim, seus conceitos são determinados pela vivência do trabalho alienado e elementos que constituem manifestações da questão social, como descreveremos nos próximos capítulos.

A questão social se manifesta através das desigualdades provocadas pela relação capital x trabalho, relações sociais (coesão social), contradições e entre outros marcadores sociais de diferença.

Assim é preciso investigar, além das manifestações subjetivas apresentadas pelos sujeitos, a emergente expressão da questão social que é a crise do trabalho/emprego, tendo como referência empírica os relatos ditados pelos participantes com as suas experiências relacionadas ao trabalho.

Não há como falar de trabalho descolado da questão social, da formação de suas expressões e das relações instituídas pelo mercado de trabalho.

A partir dessa leitura, nossa proposta de análise é desconstruir e ressignificar os conceitos atribuídos pelos participantes a partir das condições objetivas

socialmente dadas para se pensar o trabalho, considerando essas expressões como manifestações da questão social: a crise do emprego no Brasil contemporâneo e a formação técnica imediatista dada ao jovem para servir aos interesses do Capital.

Iniciamos, agora, a apresentação das entrevistas, reflexões e análises feitas a partir das categorias apreendidas do conteúdo empírico que são: o trabalho, a questão social e a formação técnica para os jovens.

CAPÍTULO 2

A TRAMA DOS VALORES E SIGNIFICADOS DO TRABALHO
TECIDA POR ADOLESCENTES E FAMILIARES

Morro Velho - Milton Nascimento

No sertão da minha terra, fazenda é o
camarada que ao chão se deu
Fez a obrigação com força, parece até
que tudo aquilo ali é seu
Só poder sentar no morro e ver tudo
verdinho, lindo a crescer
Orgulhoso camarada, de viola em vez
de enxada
Filho do branco e do preto, correndo
pela estrada atrás de passarinho
Pela plantação adentro, crescendo os
dois meninos, sempre pequeninos
Peixe bom dá no riacho de água tão
limpinha, dá pro fundo ver
Orgulhoso camarada, conta histórias
pra moçada
Filho do senhor vai embora, tempo de
estudos na cidade grande
Parte, tem os olhos tristes, deixando o
companheiro na estação distante
Não esqueça, amigo, eu vou voltar,
some longe o trenzinho ao deus-dará
Quando volta já é outro, trouxe até
sinhá mocinha pra apresentar
Linda como a luz da lua que em lugar
nenhum rebrilha como lá
Já tem nome de doutor, e agora na
fazenda é quem vai mandar
E seu velho camarada, já não brinca,
mas trabalha.

Apresentamos nesse capítulo o processo de construção da análise das categorias originadas através relatos dos participantes, a partir da escuta e leitura atenta do conteúdo, o qual procuramos analisar com o olhar crítico verificando o alcance dos objetivos iniciais e para além destes, identificando as limitações da pesquisa.

Para a realização das entrevistas foram utilizados dois roteiros, sendo um para o jovem e outro para o(s) familiar(es).

Os roteiros incluem dados de caracterização do participante: nome completo, endereço, telefone, sexo, idade, nacionalidade, cidade, escolaridade, estado civil, o número de pessoas residentes com o participante, filiação e a sugestão de nome fictício para ser usado na tese, em função das questões éticas ligadas à pesquisa.

Conduzimos, então, de acordo com os tópicos dos roteiros (Apêndice 1) para trazer objetividade às reflexões dos participantes. Os itens norteadores são:

Adolescentes

- Conceito de trabalho
- Importância do trabalho para a família
- Mudanças relativas ao trabalho na família ao longo do tempo
- Influência da família em sua concepção de trabalho
- Motivos da procura pelo Programa de Aprendizagem

Adultos (familiares)

- Emprego atual
- Tempo
- Histórico de trabalhos anteriores
- Sentimentos relativos ao trabalho
- Conceito de trabalho
- Importância do trabalho para a família
- Mudanças relativas ao trabalho na família ao longo do tempo
- Influência da família em sua concepção de trabalho
- Motivos da procura pelo Programa de Aprendizagem

Consideramos que a formação de blocos com as respostas dos participantes nos proporcionou uma análise coesa do conteúdo a ser apresentado. Buscamos acompanhar a historicidade, ou seja, o conjunto de fatos que compõem as falas dos nossos participantes e, a partir das mesmas, atribuímos três categorias para análise: Trabalho, Questão Social e Educação Técnica, sendo que esta última será desenvolvida no terceiro capítulo.

2.1 Trabalho: construindo a trama

Neste primeiro bloco, apresentamos falas que trazem reflexões comuns tanto de adolescentes quanto dos familiares, relacionadas ao conceito do trabalho e à importância do mesmo para a família.

Para João, trabalho é

[...] algo que pode dignificar sua vida, trazer melhores condições para a sua vida, também fazendo você amadurecer, trazendo novas experiências. É meio que ter um título para poder se sustentar, com um você pode... dizer que pode ser sustentar.

O adolescente define o trabalho como algo que remete à busca por amadurecimento através de novas experiências e também por sobrevivência, melhores condições de vida. Quando ele fala sobre a importância do trabalho para sua família revela:

Minha família apoia muito em relação ao trabalho, meio que tem o mesmo pensamento que eu acabei de descrever. Que dignifica, que o jovem completando 16 anos precisa trabalhar (João).

Nas duas reflexões feitas por João tanto relacionadas ao significado pessoal quanto às impressões da família sobre o trabalho, o jovem usa o verbo dignificar. Observamos que esse qualificador usado pelo adolescente representa valores inerentes que contribuem para a construção dessas definições dadas por ele.

Dignificar, tornar-se digno, valoroso, engrandecido, elevado, nobre, esses são alguns significados do verbo citado por João.

O trabalho é socialmente reconhecido com eixo fundamental que objetiva a satisfação econômica e moral da pessoa, como um ser produtivo que consegue se prover financeiramente, se estabelecendo em um lugar social.

Essa versão sobre o “trabalho dignificante” trazida por João tem suas raízes no pensamento religioso protestante, como discutido por Jessé Souza (2018, p. 35) que diz:

Qualquer trabalho é digno desde que exercido da melhor maneira possível. Aí, está o núcleo da mensagem protestante. Aqui já se nota a semente do processo de secularização do protestantismo se transformando em utilitarismo, na medida em que aos olhos de Deus, o trabalho ganha o sentido de trabalho útil exercido em favor do bem comum.

Ou seja, traz um novo valor ao trabalho produtivo realizado estritamente por escravos e servos até o final da Idade Média, nesse momento sem grandeza ou importância alguma. A nobreza era conhecida e legitimada pela contemplação e ócio.

A perspectiva da moralidade protestante revolucionou o ideário social da época que, juntamente com a divisão social do trabalho do modo capitalista de produção foram transformando as concepções de trabalho ao longo do tempo.

Podemos ver traços dessa influência em outras falas, como a de Bruno ao se referir à importância e às mudanças que o trabalho trouxe a sua família; este também empregou um qualificante que merece destaque:

Olha, na minha família a mudança do trabalho aconteceu muito drástica, porque meu pai trabalhava na fábrica e passava bastante dificuldade. Aí, “**com a luz de Deus**”, ele arrumou um serviço melhor, por conta. Mudou a vida radicalmente, bem, comprou móveis que nunca pensou em comprar, carro bom que ele nunca pensou. Mudou uma coisa bastante, minha mãe saiu da fábrica também, era uma coisa que nem era para ter acontecido e aconteceu, e hoje ela “**dá graças a Deus**” que está trabalhando com o meu pai, tem a empresa deles, são bem assim de vida, praticamente. E isso é, mudou muito, da “**noite para o dia**”. Antes, ele trabalhava fazendo borracha na fábrica, hoje ele trabalha como “**microempresário**”, uma coisa assim (Bruno, grifo nosso).

A fala do adolescente é carregada de elementos que contribuíram para a construção das concepções de trabalho vivenciadas na atualidade. Como cita Souza (2018, p. 34, grifo do autor):

Martinho Lutero e, em seguida, todas as vertentes do protestantismo invertem por completo o sentido do trabalho. Em vez de desonroso e desrespeitoso, o trabalho passa ser visto, enquanto meio de realização do desígnio de Deus na terra, como “sagrado” e fonte principal de toda honra, prestígio e respeito social.

No século XVI, a reforma protestante luterana foi articulada por um monge católico, Martinho Lutero, que havia se incomodado com algumas práticas como a conduta amoral do clero, a simonia e a venda de indulgências, que significava o comércio da absolvição dos pecados para a salvação da alma. Enfim, essas como outras eram atividades estimuladas pelo Papa Leão X com objetivo de arrecadação de fundos para as construções e manutenções da Igreja. Lutero criticou o Papa e a crise moral que a Igreja enfrentava, principalmente quanto à coerência do que era ensinado e do que era realizado, a distância do discurso e da prática; por isso o objetivo da reforma de Lutero era a moralização da Igreja e com isso ele divulgou 95 teses que se embasavam na predestinação e na fé, a fé como sinal da salvação.

A reforma protestante esteve relacionada a causas políticas, econômicas e teológicas motivadas pela corrupção existente na instituição católica, vindo ao encontro de interesses políticos dos nobres em promover uma ruptura com a autoridade papal, bem como a obrigação dos impostos cobrados pela Igreja.

Portanto, o que está em debate é um fenômeno cultural que, a longo prazo, também teve repercussão sobre as estruturas econômicas, um novo *éthos*, que representa a quebra da visão tradicional do trabalho e da atividade econômica. A disposição interna dos seres humanos foi revolucionada e a dedicação ao trabalho tornou-se central (RIESEBRODT, 2012, p. 159, grifo do autor).

Ao longo do tempo, com os acontecimentos culturais, políticos e econômicos, um novo olhar sobre o trabalho foi se tornando recorrente. E na mesma época havia movimentações construtoras de uma nova forma de vida.

Encontramos em outras falas, agora de familiares, discursos próximos a essa construção de pensamento. Jane, mãe de Lúcio, também conceitua o trabalho:

[...] acho que ele “**edifica a pessoa**”, uma coisa feita para ajudar a família, ajudar a melhorar, ter um conforto. Não adianta só trabalhar, né. Você pode até ter um trabalho voluntário, desde que você tenha um trabalho fixo, que você possa garantir. O trabalho é necessário na vida do ser humano, sem o trabalho... (Jane – mãe de Lúcio, grifo nosso).

Neste caso, ela explica que o trabalho “edifica a pessoa”, algo feito para auxiliar a família a garantir melhora e conforto para o núcleo, por isso segundo Jane ele é necessário ao ser humano. O verbo edificar significa construir, erguer e é muito usado socialmente para qualificar o trabalho por considerá-lo a maior base material que constrói novas possibilidades em todas as áreas da vida.

Outros familiares classificam o trabalho da seguinte maneira:

Olha, eu acho que é uma das coisas mais importantes para uma pessoa. Se uma pessoa não trabalha, se ela não tem um ofício, se ela não tem nada pra fazer, acho que ela fica com a mente vazia. Seja qual for o serviço, não importa. Sendo um “**serviço digno**”, eu acho que ele é muito “**merecedor**” pra pessoa e ela se sente muito bem. E eu sempre zelei por isso, porque eu sempre trabalhei, assim, entre aspas [as aspas citadas destaca que ela não se refere ao trabalho dela diretamente, mas ao dos pais], mas eu sempre vi minha mãe, meu pai, pessoas em minha volta sempre trabalharam, então, eu aprendi isso de pequena. E consegui passar isso para os meus filhos, né? Então, hoje eles têm dificuldade em arrumar emprego que é mais difícil do que na minha época. Então, a gente passa isso né? O que a gente passou, o que os pais passaram pra gente, a gente consegue passar para frente (Jéssica – mãe do Roberto, grifo nosso).

Extremamente importante, o trabalho entra na nossa vida, além do financeiro, “**ele dignifica**”. Pra mim, ele é muito importante, ele me ajuda como pessoa, me coloca de uma maneira diferente no mercado, né? Acho que levanta até a autoestima (Rita – mãe da Helena, grifo nosso).

Observamos que nas falas das duas mães encontramos o termo dignidade em derivações, ou seja, é uma qualificação moral, uma virtude que representa honra, honestidade, entre outros, indicando que o sujeito procede de maneira decente e, por isso, pode ser um exemplo para os demais.

Jéssica exemplifica em seu relato o empenho na transmissão dos valores morais familiares relacionados ao trabalho para as gerações futuras.

Rita atribui ao trabalho a possibilidade de crescimento pessoal, um direcionamento de postura e o aumento da autoestima.

As participantes valorizam características comportamentais e morais conferidas ao trabalho desassociado da relação econômica.

A perspectiva moral relacionada ao valor do trabalho apresentada nas falas demonstra particularidades da moral religiosa como partícipe na historicidade deste olhar para o trabalho.

A tradição judaico-cristã constrói uma noção de individualidade que atribui o pensamento do mundo como parte de si mesma, bem como a capacidade de percepções para que faça suas próprias escolhas.

Assim,

a ideia que fazemos de nós mesmos, hoje em dia, como indivíduos dotados de vontade própria está longe de ser um fato natural, como o nascer ou o pôr do sol. Como todas as concepções importantes que movem nossa vida, a ideia de que somos indivíduos que possuem vontade própria é resultado de uma construção histórica (SOUZA, 2018, p. 26).

É através dos mandamentos divinos pregados pelo Cristianismo que se constrói uma consciência moral individual que impõe cumprir ou não cumprir os preceitos da divindade.

Deste modo, nasce a moralidade no que tange à inserção de um problema moral individual que significa a pessoa decidir pela própria vida, definindo qual caminho seguir; até aquele momento, marco do século XVI, a população se percebia como um grupo social indiviso, não tendo vontade própria.

Ao se perceberem seres individuais que podem decidir sobre o rumo da própria vida, os indivíduos se constroem sob os moldes introduzidos pela religião seus princípios morais, aprofundados pelo Cristianismo.

Na Idade Moderna, que data do início do século XV ao XVIII, onde se situa o começo de intensos conflitos e guerras, as reformas religiosas acrescem o pressuposto de igualdade para o alcance da salvação abarcando toda a humanidade. O caminho traçado pelo Cristianismo através da virtude insere a ideia de bem e mal sendo necessário o controle de suas características humanas para chegar à salvação. Daí em diante, o Cristianismo ganha o mundo espalhando sua mensagem, trazendo a sua ideia à prática cotidiana que visa interesses materiais, o comportamento compatível que garante a salvação eterna.

Ora, a moralidade é, por definição, social, ou seja, pressupõe ao menos duas pessoas com expectativas recíprocas de comportamento. Nesse sentido, todo indivíduo já nasce dentro de um contexto moral, o qual ele incorpora de modo insensível e irrefletido pela socialização familiar, e depois escolar, como algo afetivo e sagrado, uma vez que transmitido por pessoas próximas e amadas (SOUZA, 2018, p. 31).

A moralidade surgiu da religiosidade, historicamente e não de modo linear, e passa a ser secular. A partir de Santo Agostinho, o bem que está associado ao espírito virtuoso configura agora um espaço interno, e é por meio dessa interioridade que chegamos a Deus e o que não é virtude é inferior, instintivo.

Esse indivíduo construído de sua individualidade, moralidade, autonomia e subjetividade vêm a sofrer profundas mudanças com a Reforma Protestante que vai caracterizar a individualidade ocidental: “O protestantismo está na origem dos aprendizados históricos que vão marcar indelevelmente a versão secularizada da individualidade ocidental” (SOUZA, 2018, p.33).

Com o passar do tempo, consequências trazidas pelos movimentos religiosos que provocam mudanças na maneira de pensar e agir, acompanhadas das transformações impostas pela revolução produtiva burguesa e capitalista, redefinem a concepção de indivíduo, ser social e do valor do trabalho.

Observamos nas falas citadas a forte influência desta consciência protestante que transforma o trabalho em virtude, que promove autoestima e *status* social. Esta concepção se torna uma consciência secular absorvida pelo discurso capitalista.

De modo geral, pouco a pouco, durante a passagem da Idade Média para Idade Moderna, a população urbana de camponeses pobres, artesãos e comerciantes passa a reproduzir a ideia de que o trabalho é o valor individual fundante, destituindo privilégios da nobreza.

O trabalho como vivemos na atualidade, se originou e continuou se transformando ao longo do tempo através de um processo histórico conhecido como Revolução Burguesa,

[...] inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia, conformando-se numa nova classe social, o que se processa entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII e XVIII, quando a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia político-cultural e reúne as condições para o enfrentamento direto com a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França) (NETTO, 2012, p. 87).

Os chamados burgueses eram os comerciantes e mercadores que durante o período feudal, foram reivindicando protagonismo econômico e auxiliados pela a reforma protestante construíram a hegemonia também das ideias, formando nova classe dominante que articulou a base político-cultural necessária para o

desenvolvimento de novas forças produtivas, ou seja, de um modo de produção que tem com uma de suas classes fundantes a burguesia. Surge assim o modo de produção capitalista baseado na produção de mercadorias.

A ideia contida nas raízes da concepção do trabalho humano é a de que ele não é apenas a força que gera produtos e serviços com valor para si e ou para os outros, mas, sobretudo um esforço consciente e com propósito dirigido para isso. Assim, o trabalho é uma atividade que pertence unicamente ao homem (RIZZO; CHAMON, 2011).

Para Marx,

[...] o trabalho é um processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção do favo de suas colmeias. Mas, o que distingue de antemão o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e portanto, comum a todas as suas formas sociais [...] (MARX, 1996, p. 150).

De acordo com Marx (1996), o Trabalho é a capacidade do ser humano de modificar a natureza, de mudar o mundo externo e assim modificar a si próprio, de dar sentido e desenvolvimento à sua existência.

O trabalho se realiza na junção de dois processos: o subjetivo, onde é pressuposta a projeção da atividade e o processo objetivo que é a transformação do material natural, objetivando assim o resultado dos planos subjetivo e objetivo.

Não basta prefigurar idealmente o fim da atividade para que o sujeito realize o trabalho; é preciso que ele reproduza, também, idealmente, as condições objetivas em que atua [...] e possa transmitir a outrem essas representações (NETTO, 2012, p. 45).

De tal modo, que a partir das vivências imediatas proporcionadas pelo trabalho, o sujeito experimenta novas trocas, adquire novos conhecimentos e se sente impulsionado e instigado a aprender e compartilhar.

Destacamos que o trabalho é uma atividade coletiva com maior ou menor grau de organização, de maneira que a inserção de trabalhadores em atividades laborais pressupõe o compartilhamento de conhecimentos e informações, a divisão de processos e tarefas através da **comunicação articulada** que configura o caráter coletivo do trabalho que é o social, - a criação de riqueza social; é através do trabalho que se satisfazem socialmente as necessidades e se constitui a própria humanidade como a conhecemos hoje (NETTO, 2012).

Podemos observar os adolescentes construindo seus olhares sobre o trabalho a partir de experiências individuais próprias e próximas a eles:

Trabalho pra mim, não sei explicar... (Entrevistadora pede para que ela dê um exemplo) ... É um local assim onde você aperfeiçoa aquilo que você gosta, tem muita gente que trabalha no que não gosta. Eu acho que cada um tem que trabalhar no que a pessoa gosta, sabe, que tem interesse em crescer naquilo (Fernanda).

O trabalho pra mim, ele é um objetivo. Ele não é um negócio que você precisa pra ter, mas você pode sonhar em ter um. Ele não é uma igualdade, não é todo mundo que vai ter um na vida. Vai ter gente que vai nascer e vai morrer sem um. Pra mim trabalho é uma meta que você deve ter e todo mundo. (Entrevistadora pede um exemplo da meta) ... Quando você faz uma faculdade daquilo que cê quer e tenta buscar aquela área que você quer. Ou senão, trabalhar com artesanato, não é um trabalho empresarial, mas é uma coisa que você gosta então você vai tentando fazer, buscar, aprender fazer um artesanato pra vender aquilo. É um trabalho, também é isso, você fazer algo pra chegar nessa meta (Lúcio).

As falas dos participantes nos remetem a diferentes compreensões do trabalho - *“Local assim onde você aperfeiçoa aquilo que você gosta”* (Fernanda), *“Pra mim trabalho é uma meta que você deve ter e todo mundo”* (Lúcio) -, como um lugar de aperfeiçoamento, de algo feito com e por prazer e realização pessoal, enquanto Lúcio entende o trabalho com uma meta, algo a ser alcançado.

Destacamos o valor simbólico trazido nessas falas referenciando o trabalho com um objetivo a ser alcançado, como um lugar de conquista pessoal, contudo, segundo Lúcio “não é para todos” tal realização, para esses jovens o trabalho é como propósito imediatamente alheio às condições objetivas.

As falas de Fernanda e Lúcio demonstram traços de formações conceituais alienadas, ao observarmos que as referências apresentadas nas falas dos jovens trazem vários elementos do imaginário social resultantes das relações sociais.

Segundo José Paulo Netto (2012, p. 56-57, grifo do autor),

Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo com algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. [...] *entre homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre o criador e a criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador.*

Essa inversão caracteriza o fenômeno histórico da **alienação**.

A alienação a qual nos referimos aqui é um fenômeno construído socialmente, próprio de relações sociais constituídas nas bases fundantes do sistema capitalista - a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção -, como nos é sabido neste modo de organização social, o produto resultante da força de trabalho não pertence ao trabalhador, ou seja, onde há exploração do homem pelo homem (NETTO, 2012).

Esse fenômeno expressa as manifestações ideais e materiais produzidas socialmente promovendo uma cultura alienada que envolve tudo e todos, condicionando o ser humano a objetivação do próprio homem.

Marx (1982), no prefácio de sua obra “Para a Crítica da Economia Política”, apresenta duas estruturas que regem as relações sociais:

[...] na produção social da vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem determinadas formas de consciência social.

A reflexão sobre a realidade social nos leva a identificar essas estruturas teórico-metodológicas no cotidiano, sendo a atividade humana (trabalho, e tudo o que o envolve) a base material, ou seja, a infraestrutura responsável pelo controle e reprodução das forças produtivas e dos meios de produção. Já a organização para sobrevivência fica a cargo de uma denominada superestrutura político-jurídica e acrescentamos ideológica, transmissora de valores morais e éticos determinados pelo modo de produção.

Por este olhar, nesse momento histórico, podemos dizer que o modo capitalista de produção, “[...] é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1982).

O processo de expropriação, ou seja, a apropriação capitalista do trabalho humano e a transformação em mercadoria se realiza na sustentação da relação entre a base material e relações sociais produtivas. Essa relação que para muitos é invisível coordena e alimenta o ser social, responsável pela criação da riqueza social.

No próximo bloco de reflexões trazidas pelos participantes adultos podemos observar o processo de alienação do trabalho disseminada pelo sistema capitalista que mercantiliza as relações em qualquer oportunidade.

Brandon, pai de Helena, diz:

Eu gosto do que eu faço, também, eu gosto da área de construção civil. Eu sempre gostei de serviço que a gente não fique atrelado ali, ficar fechado o dia, 8h por dia, como em fábrica e empresa. Então, eu optei por esse serviço, além desse ser um serviço que eu gosto, eu sou meu patrão, eu vou trabalhar a hora que eu quero. Não que eu vou, que eu trabalhe depois do horário. É que eu não tenho aquele horário exato para chegar no serviço, pra sair mesma coisa. Quando eu quero sair, eu saio, voltar a mesma coisa. Então, é um serviço que é gratificante pra mim. E na parte financeira a mesma coisa, quanto mais eu trabalho mais eu vou ganhar. Num local fechado a gente não tem esse tipo de oportunidade, de você ter um ganho maior. Além de gostar, é um serviço que é mais rentável, uma área também, que não falta serviço que é a construção civil. A área mais que está sobressaindo agora nessa crise é a construção civil.

Ele conta que gosta do que faz e valoriza a flexibilidade de tempo e espaço proporcionada pela atividade que realiza, acredita ser o “patrão de si mesmo” e assim tem liberdade para administrar o tempo e espaço em que quer estar, embora essa liberdade esteja condicionada à demanda de trabalho para obter melhor renda.

A flexibilização do trabalho ou do tempo do trabalho que na realidade é a ampliação da jornada, embora seja compreendida no imaginário capitalista como liberdade, não é nada mais que o rompimento do espaço que divide o tempo do trabalho, o tempo livre e ou o tempo de vida.

Essa dissociação do tempo do trabalho e do tempo de vida é naturalizada e voluntariamente as jornadas são prolongadas por diversas razões, sobretudo, pelo dinheiro que atende às necessidades básicas do trabalhador, além do estímulo ao

consumo que na atualidade se tornou essencial à existência humana e industrial. Uma vez que se não consumirmos, as indústrias fecham, o capitalista deixa de lucrar e o empregado fica sem condições de se manter, sem ter onde vender sua força de trabalho.

Para Val, mãe de Bruno, mudanças relativas ao ambiente de trabalho, lhe proporcionaram,

[...] uma sensação de liberdade, ir trabalhar por conta, sabe, você ter um tempo para cuidar da casa, dos filhos, antes eu não tinha tempo nem pra eles. Saía de noite praticamente, de madrugada, chegava de noite, cansada, querendo dormir. Então, é a sensação de liberdade.

Val e o marido Marcelo, pais de Bruno, em uma das várias crises do ramo calçadista de Franca deixaram o trabalho na indústria e começaram a trabalhar como representantes de produtos cosméticos para salão de beleza, primeiro ele e depois ela. O casal avalia essa transição do mercado formal de emprego para o trabalho autônomo como benéfica para todos. Val trabalhava em fábrica de calçados e carregava um sentimento de culpa por não cuidar da família como acreditava ser necessário, assim entende que apesar do receio de empreender, tal decisão foi uma libertação que lhe proporcionou flexibilidade de horários para cuidar da casa e dos filhos como almejava.

Antunes (2019, p. 156) assim se refere a este fenômeno:

Compreendemos a flexibilidade em suas contradições: como uma estratégia de acumulação que sempre esteve presente na história do capitalismo ao mesmo tempo que era reivindicada pelos trabalhadores para melhorar suas condições de trabalho dentro das fábricas.

Com a percepção ilusória trazida pela flexibilidade de estar desempenhando seu trabalho de forma livre no sistema socioeconômico em que vivemos, ainda mais com a massificação do consumo imposta como sinônimo da felicidade, as pessoas acreditam que se dedicarem mais tempo ao trabalho terão mais dinheiro para consumir mercadorias e desfrutar do seu tempo livre, que, vale lembrar, também é mercantilizado.

Nesse caminho, destacaremos a seguir falas trazidas por participantes adolescentes e adultos, que nos permitem refletir sobre a historicidade da produção mercantil, a partir deles próprios.

Encontramos conceitos por meio dos quais observamos a relação de compra e venda de força de trabalho, bem como valor de uso e valor de troca. Ao perguntarmos a Roberto sobre seu conceito de trabalho, ele nos responde:

Pelo meu esforço produzir alguma coisa e ganhar uma recompensa por isso. (A entrevistadora pede um exemplo) Você produz algum móvel, você vende ele e recebe da pessoa que comprou o móvel que você produziu.

Ao verbalizar o seu significado de trabalho, Roberto exemplifica uma característica fundante da produção capitalista, a mercadoria que é a unidade externa que satisfaz toda e qualquer necessidade humana e pela sua utilidade apresenta determinado valor de uso. A abordagem de Roberto nos remete à definição do valor de uso, segundo Marx (1996, p. 166):

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. [...] O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca.

A relação entre a sociedade e a natureza resulta na produção de bens que têm valores de uso para a satisfação das necessidades humanas, ou seja, somos socialmente dependentes do resultado do trabalho, da produção de valores de uso. Agora, nem tudo que tem valor de uso resultante do trabalho é mercadoria.

A mercadoria se constitui de valores de uso que podem ser reproduzidos, assim se produz para a troca, para a venda, como lembrou nosso participante Roberto; o móvel que você produz para uso pessoal constitui valor de uso, agora o móvel produzido para outra pessoa com objetivo de venda, torna-se mercadoria sintetizando o valor de uso e valor de troca. Para Marx, (1996, p. 166):

O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece,

portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria [...].

O que isso demonstra é que a produção de mercadorias depende de um sistema sustentado pela divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, eixos estruturais do Capitalismo. Com a desintegração das sociedades primitivas, a produção mercantil foi se desenvolvendo começando pelo regime escravista; já no feudalismo, como produção mercantil simples baseada no trabalho pessoal e os proprietários dos meios de produção que eram os artesãos e camponeses que empregavam e produziam para o mercado local sem as implicações de relações de exploração.

O marco histórico deste período é o século XIII, que assiste ao desenvolvimento do comércio, com o crescimento de comerciantes, novas rotas comerciais desaquecendo o mercado local, descaracterizando a produção mercantil simples.

Anteriormente, o produtor levava sua mercadoria até o mercado com objetivo de venda para obtenção de outras mercadorias para o seu próprio consumo ou de insumos e implementos necessário para o desenvolvimento do seu trabalho. O processo de circulação da produção mercantil simples foi simbolizado por Marx pela expressão:

$M \rightarrow D \rightarrow M$ (Mercadoria $\rightarrow$ Dinheiro $\rightarrow$ Outra Mercadoria) (MARX, 1996, p. 229).

Como observamos a circulação da mercadoria era restrita era realizada do produtor direto ao consumidor, com o aumento da procura por mercadorias e da circulação de dinheiro, que antes era somente usado como meio de troca. A participação cada vez maior dos comerciantes no intermédio da relação entre produtor e consumidor, alterou as características gerais da produção mercantil simples.

Assim, as condições gerais da circulação mercantil mudam completamente com a inserção do comerciante:

De fato, portanto, $D \rightarrow M \rightarrow D$ (*Dinheiro $\rightarrow$ Mercadoria $\rightarrow$ Dinheiro acrescido*) é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação (MARX, 1996, p. 275, grifo nosso).

O comerciante não participava das atividades produtivas de nenhuma maneira, só servia de intermediário entre a compra e a venda de mercadorias e se apropriava do “dinheiro acrescido”, que era a diferença positiva da transação realizada. Esses comerciantes formaram grupos mercantis que nos séculos seguintes acumularam fortunas e foram sofisticando a circulação das mercadorias através da produção mercantil capitalista que criou outras bases para produção.

[...] o que importa sublinhar é a produção mercantil capitalista, a diferença da produção mercantil simples, assentada na exploração da força de trabalho, que o capitalista compra mediante salário. Os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provêm da circulação: sua origem está na exploração do trabalho – reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelos capitalistas (NETTO, 2012, p. 96).

Portanto, apesar de o comerciante e o capitalista terem como objetivos o lucro, é o capitalista dono dos meios de produção que tem o controle das relações produtivas. Assim, o final do processo de circulação de mercadorias capitalistas tem uma diferença do D^+ que representava dinheiro + lucro obtido pelo comerciante resultado da transação de compra e venda, e na produção o lucro do capitalista vem da mais-valia, que é o valor acrescido obtido da exploração da força de trabalho, D' .

$D \rightarrow M \rightarrow D^+$ (Dinheiro $\rightarrow$ Mercadoria $\rightarrow$ Dinheiro acrescido)
 $D \rightarrow M \rightarrow D'$ (Dinheiro $\rightarrow$ Mercadoria $\rightarrow$ Dinheiro excedente) (NETTO, 2012, p. 95-96).

Assim, o que caracteriza a produção mercantil capitalista, ou seja, o modo de produção capitalista é a venda da força de trabalho, remunerada através do trabalho assalariado. O salário se torna fundamental no processo de trabalho no mundo capitalista. Algo que podemos perceber na fala de jovens participantes da pesquisa, como:

Uma atividade remunerada, onde eu trabalhe e ganhe por isso (Helena).

Assim, ajuda em casa com o salário que você vai ganhar (Roberto).

Ahhh, trabalho é uma coisa muito importante, né? Tipo, se precisar de alguma coisa, e é o que ganha dinheiro para você comprar suas coisas. É isso, trabalho é tudo numa família (Ana).

Encontramos nas falas acima as características que dão base ao capitalismo; a costura entre os fatos históricos e as reflexões apresentadas nas entrevistas nos mostra a construção e lastro profundo que o modo de produção vigente tem sobre as relações econômicas e sociais, já que há uma universalização mercantil.

Helena, Ana e Roberto verbalizam sobre a venda da força de trabalho, e acreditam que é através dessa troca que “eles obterão o esperado ganho que oportunizará a satisfação de suas necessidades e desejos humanos”, como observam na experiência adquirida por membros da família atribuída ao trabalho.

Laís e Ana relacionam as mudanças à aquisição de bens e produtos:

Sim, por causa que ele ia conquistando as coisas pouco a pouco, tinha uma moto depois conseguiu um carro e foi aumentando as coisas do serviço dele. Vai bem administrando as coisas do serviço dele. Pra mim é bom, né? Eu vejo com ele que eu posso, também (Laís).

As mudanças que teve lá em casa, ela conseguiu casa, carro, tudo através do trabalho dela. Se não tivesse esse trabalho, ela tava de aluguel, casa de aluguel, essas coisas (Ana).

Ressaltamos a construção que as adolescentes fazem quanto a ter dinheiro para pagar suas despesas e da família, representando o trabalho como liberdade econômica e acesso ao mercado de consumo.

Nesse sentido, inferimos que a preocupação com a independência financeira é imperativo para parte dos adolescentes participantes, pois, além da experiência social que representa o trabalho, a geração de renda é prioridade para eles. Lídia e Brandon, mãe de Fernanda e o pai de Helena, respectivamente, consideram o trabalho fonte de independência, veja:

Ah, o trabalho é independência, né? Quando a gente está trabalhando, a gente é independente e tudo, né? Ah, a gente consegue as coisa, né? Sem o trabalho a gente não tinha nada, é só o trabalho mesmo (Lídia – mãe de Fernanda).

Trabalho é eu acho que é independência, aumenta a autoestima da gente, a gente se sente gratificado. A gente sempre tem o recurso, né, financeiro. Então, isso é muito importante, então se você tem um trabalho você tem recurso financeiro. Isso pra gente é gratificante, porque aí você não fica na dependência de alguém. Você tem seu próprio sustento, seu próprio trabalho (Brandon – pai de Helena).

Destacamos aqui a independência que a remuneração do trabalho traz para o trabalhador adquirir bens e serviços prioritariamente e, por consequência, essa relativa independência financeira possibilita sentimentos prazerosos citados por Brandon, o aumento da autoestima, satisfação pessoal de poder realizar seus sonhos e desejos. Em outro momento Brandon acrescenta:

Eu acho o seguinte, toda família precisa de dinheiro. Hoje sem dinheiro você não consegue fazer nada. Então, quando os membros da família estão trabalhando, tem sempre aquele equilíbrio dentro do lar. Se for fazer uma comparação com um lar que não tem trabalho, o nível até emocional, tá em total desequilíbrio, por que tá faltando coisa dentro de casa. Então, não tem como ficar sem, então, o trabalho, hoje em qualquer lugar se você não tiver trabalho o negócio não anda. Então, eu vejo o trabalho como uma necessidade, além de tudo é uma necessidade. Para você comprar aquilo que você quer, um sonho de consumo que você tem. O trabalho vai gerando várias oportunidades.

O pai de Helena enfatiza que a base material – dinheiro, resultado do trabalho é fundante para a manutenção da saúde das relações sociais, pois sem a geração de renda obtida através do trabalho as relações entre as pessoas sofrem instabilidade, afetando suas emoções, interrompendo sonhos de consumo e falta de oportunidades.

Há um fenômeno chamado por Marx de “fetichismo de mercadoria” que figura ser o poder que,

reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também, reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [...] Assim, uma determinada relação social entre os próprios homens [...] assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 1996, p. 71).

Segundo o autor, a mercadoria exerce poder sobre o seu produtor, dito de outro modo, as relações sociais aparentam ser baseadas ou valorizadas pelo que a pessoa tem e não pelo que ela é. A *reificação* (coisificação) é umas das formas de alienação impetradas nas sociedades capitalistas.

2.1.1 Gênero: um dos fios da trama

Destacamos as transformações no mundo do trabalho trazidas pelo modo de produção capitalista, com a Revolução Industrial e principalmente nos séculos XVIII e XIX, que influenciaram diretamente nas visões de espaço (público e privado), gênero e núcleos familiares. O capitalismo nutrido pelo domínio industrial, no início do século XX, intensificou a busca por mercado e força de trabalho, gerando uma mudança no modo de vida das famílias.

O conjunto de ideias e valores instituído pelas relações praticadas no modo capitalista de produção exerce um papel importante na sociedade, pois através desse compêndio de ideias são reproduzidos novos valores e normas que tomam forma nas condições de existência das pessoas, tais como: a alimentação, o vestuário, a saúde, a moradia, o lazer e a educação.

Essa demanda levou as mulheres para o espaço público, para o trabalho fora de casa, que antes era predominantemente masculino. Essas mudanças já nos indicam pontos de transformações nas relações com trabalho enquanto valor ético e moral na vida social. Com isso, a mulher pode encontrar posição no mercado, contudo continuou sendo a mantenedora do lar, bem como operária (provedora do lar), presente tanto no espaço público como o privado.

O trabalho feminino conquista mais espaço no mercado, embora as condições entre homens e mulheres ainda não sejam equivalentes, dado que os cargos e salários na maioria das vezes são inferiores para as mulheres.

No Brasil, as desigualdades profissionais ficam evidentes quando comparadas, por exemplo, o rendimento médio de trabalhadores e trabalhadoras, segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE:

Tabela 1 – Rendimento médio no trabalho principal, por sexo, razão do rendimento das mulheres em relação aos homens e proporção de mulheres, segundo as áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade (BRASIL,2010)

Áreas gerais de formação da população de 25 anos ou mais de idade	Total	Rendimento médio no trabalho principal (R\$) __		Razão do rendimento das mulheres em relação ao dos homens*	Total de pessoas	Proporção de mulheres
		Sexo				
		Homens	Mulheres			
Educação	1810,5	2340,7	1687,4	72,10%	2 429 763	83,00%
Humanidades e Artes	2223,9	2629,9	2064,3	78,50%	894 700	74,20%
Ciências Sociais, negócios e direito	3912,1	4650,9	3081,4	66,30%	4 495 191	49,40%
Ciências, matemática e computação	3038,6	3578,2	2339,6	65,40%	839 887	47,00%
Engenharia, produção e construção	5565,1	5985,6	3976,1	66,40%	859 659	21,90%
Agricultura e veterinária	4310,6	4756,2	2972	62,50%	202 332	27,40%
Saúde e bem-estar social	3774,3	5341,7	2972,2	55,60%	1 441 648	68,10%
Serviços	3067	4078	2171,2	53,20%	217 755	54,80%

Fonte: (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 41).

Como podemos observar, em qualquer que seja a área de atuação as mulheres tendem a receber salários inferiores aos dos homens. Verificamos que na área de Educação 83% são mulheres e a remuneração média é de 72% do que é pago ao profissional do sexo masculino. Na área das Engenharias, as profissionais do sexo feminino estão em menor número, 21,9%, e sua remuneração média representa 66,40% do que é pago aos homens. Destacamos a área de Serviços onde as mulheres são mais da metade do contingente de trabalhadores, representando 54,8%, e a diferença salarial chega a 53,20% da remuneração aos trabalhadores.

As mudanças pertinentes às relações de trabalho ao longo dos anos incidiram diretamente na questão de gênero, na forma de constituir os núcleos familiares, nas relações de classe e na organização social de maneira geral.

Segundo pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2012, 90% das mulheres que trabalham fora de casa também realizam o trabalho doméstico, enquanto entre os homens o número é de 50%. As jornadas duplas ou triplas das mulheres estão relacionadas à construção dos espaços público e privado e sobre como as mulheres teriam que atender as expectativas de gênero associadas ao feminino como o cuidado com a família e a casa.

A influência do mundo do trabalho nas famílias teve papel preponderante e é importante para compreendermos de que forma a precarização do trabalho atingiu homens e mulheres nos últimos tempos.

Observamos que em quase todas as famílias participantes as mulheres são as chefes da família e as responsáveis pelo trabalho doméstico, não citando contribuição de outros membros da família para a realização dessas tarefas.

O perfil da mulher mantenedora do lar e responsável pela educação dos filhos é perpetuado até os dias atuais.

Nilza, avó de Lúcio que é professora, destaca:

Eu acho que muito é a educação das crianças, o ensinar pra eles, não o ensinar o saber ler e escrever, mas sim um futuro pra que eles tenham o melhor, que a gente dá alguma experiência pra eles de vida, ali eu sou professora, mãe, psicóloga, amiga, então, é onde que eu te falo que me traz aquela vontade de trabalhar todos os dias de manhã. Eu saio e amo chegar na escola, meu maior prazer é quando chego na sala de aula, principalmente com as crianças. Eu sou severa com eles, sou mesmo, tudo certinho bonitinho, mas é uma coisa assim que eu quero pra eles, eu quero deixar alguma coisa para as crianças que passam nas minhas mãos, na minha vida, que eu possa ajudar cada um deles. É, eu trato como aluno, como filho, como neto, aquele que chamar atenção, ensinar...

A participante fala do prazer em lecionar para as crianças, acredita que o aprendizado em sala de aula vai além da aprendizagem formal acrescentando conhecimento para a vida. Além disso, descreve os outros papéis que desempenha com objetivo de formar seus alunos.

A fala de Nilza nos remete à reprodução social do papel feminino de mantenedora do espaço privado que educa os filhos e os alunos no espaço público, da responsabilidade feminina de formar pessoas para o trabalho, atendendo às necessidades do sistema econômico social em que vivemos.

Benedita, avó de João, relata sua experiência com o trabalho:

No tempo que eu tinha meu marido, que ele era vivo nós tinha açougue, depois que ele faleceu acabou com o açougue, foi preciso de vender o açougue. Nessa época eu aposentei e sou dona de casa.

O trabalho da participante era no açougue da família, onde dividia as tarefas com o marido até seu falecimento, que culminou na venda do estabelecimento e assim, se aposentou e atualmente se dedica ao trabalho doméstico. Aqui se reproduz

outra característica atribuída a mulher responsável pela criação dos filhos, cuidados com a família e o marido. Para Angela Davis (2016, p. 228):

Nas sociedades capitalistas avançadas, por outro lado, o trabalho doméstico, orientado pela ideia de servir e realizado pelas donas de casa, que raramente produzem algo tangível com seu trabalho, diminui o prestígio social das mulheres em geral. No fim das contas, a dona de casa, de acordo com a ideologia burguesa, é simplesmente a serva de seu marido para a vida toda.

As mulheres têm ganhado cada vez mais espaços, conseguindo ocupar lugares de prestígio. O movimento de luta pelos direitos das mulheres há anos trabalha por efetivação de direitos políticos e sociais, pela defesa das garantias do cumprimento de leis que assegurem integridade e independência da mulher, enquanto sujeito de direitos. São muitas as vitórias femininas em busca de romper com esse ideário de serviço feminino disponível e gratuito, apesar disso ainda trazer alguma culpa às várias mulheres que precisam deixar os filhos nas creches para trabalhar ou algum outro motivo culturalmente imposto à conduta feminina.

Ainda sobre os papéis atribuídos às mulheres enquanto responsáveis pelo trabalho doméstico, Maria, tia-avó de João, assim nos conta:

Eu morava no sítio, morei lá 53 anos, lá mamãe faleceu depois meu pai ficou doente, sofreu AVC. Eu só não conseguia cuidar dele lá na roça, então, vim pra cá na casa da minha irmã, aqui ele viveu 7 anos e 10 meses de cama. Foi um trabalho assim que eu trabalhei, lá eu também costurava para fora e depois que mamãe faleceu já não costurei mais, fiquei sendo dona de casa. E cuidando dele e fui trabalhar na escola Dante Guedini. Hoje eu trabalho na igreja, eu tenho minhas funções lá, sou ministra da eucaristia, um serviço muito leve muito bom, eu gosto, e com isso vou até o fim.

Assumindo jornadas duplas, triplas, no cuidado com os membros da família, as mulheres são ainda as que mais abrem mão de seus projetos pessoais e fazem concessões para cuidar dos membros da família. Os cuidados privados são prioritários enquanto o desenvolvimento de alguma atividade laboral fica como um complemento de renda, como no caso de Maria. O que podemos observar, mais uma vez, é a capacidade que foi atribuída às mulheres de assumirem mais tarefas e responsabilidades para a manutenção dos seus núcleos familiares, enquanto as

políticas de educação, saúde, entre outras, são insuficientes para garantir os direitos delas.

As desigualdades históricas entre homens e mulheres foram atribuindo espaços sociais diferentes, qualidades e traços comportamentais usados para delimitar a atuação feminina com o intuito de naturalizar a desigualdade e justificar a discriminação.

Quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres são vistas como resultados das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outras, essas desigualdades também são “naturalizadas”. O termo *gênero*, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultados dessas diferenças (ALMEIDA; SZWAKO, 2009, p. 118, grifo do autor).

As questões de gênero se referem às construções socioculturais relacionadas às diferenças entre homens e mulheres, masculinidade e feminilidade.

Considerando as diferenças entre gêneros que transitam desde a carga horária de trabalho maior, ao salário menor, até ao quadro de violência contra mulher no Brasil, é evidente que essas diferenças e desiguais não são de maneira alguma naturais.

Em 2001, a Fundação Perseu Abramo realizou a pesquisa “A Mulher Brasileira nos Espaço Público e Privado”, com 2.505 entrevistas em todo o Brasil. [...] Entre as entrevistadas que participaram da pesquisa [...], pouco mais da metade afirmou nunca ter sofrido qualquer tipo de violência por parte de um homem. Mas o restante, 43% das entrevistadas mulheres, tinha sido vítima de algum tipo de violência cometida por um homem (ALMEIDA; SZWAKO, 2009, p. 121).

No mesmo ano da referida pesquisa, em 2001, o Brasil foi condenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) por negligência e omissão no combate a violência doméstica e a punição foi a recomendação da criação de legislação que criminalizasse e tipificasse formas de violência doméstica e familiar. Esse processo foi resultado da luta por justiça de uma mulher vítima de violência.

[...] em 1983, Maria da Penha Fernandes sofreu duas tentativas de homicídio por parte de seu ex-marido em sua própria casa, em Fortaleza, Ceará; na época, a justiça brasileira não puniu o agressor. Foi somente nos anos 1990, com a ajuda de ONGS e militantes feministas, que Maria da Penha conseguiu enviar seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA. Essa foi a primeira vez que a OEA aceitou uma denúncia de violência doméstica (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 44).

Em 2006, foi aprovada a Lei Federal n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, criada para prevenir e punir a violência doméstica e familiar. A lei define como violência de gênero:

qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” cujo agressor (ou agressora) seja alguém com quem a vítima possua relação familiar, conjugal ou intimidade afetiva e sexual (BRASIL, 2006).

Atualmente assistimos casos de violência doméstica e feminicídio crescerem exponencialmente. Em Franca, dados recentes mostram que: “Entre janeiro a abril de 2020, crimes relacionados à violência doméstica aumentaram 12,5%, segundo o Ministério Público. Ao todo, 197 mulheres prestaram queixa na Polícia Civil” (ONG..., 2020).

O município dispõe da Lei nº 8.750/2018, nomeada “Patrulha Maria da Penha”, que atribui a uma equipe especial da Guarda Civil Municipal “a execução e garantia das medidas judiciais protetivas deferidas em favor da vítima em situação de violência doméstica e familiar, notadamente aquelas previstas na Lei nº 11.340/2006, e demais medidas assecuratórias deferidas judicialmente [...]” (FRANCA, 2018).

A busca por igualdade de gênero ainda enfrenta muitos desafios, como o próprio direito à vida. As mulheres têm lutado pela efetivação de legislações que defendam os seus direitos, têm criado espaços para o fortalecimento, cuidado e acolhimento construindo novas maneiras de enfrentamento ao machismo e sexismo que discriminam, ameaçam e matam mulheres por todo o país e mundo.

O direito ao trabalho também se constitui espaço de luta para as mulheres:

[...] quando eu não consegui arrumar um emprego, eu achava que eu era incapaz, uma inútil, então, assim é bem natural, mas independente do serviço ser cansativo, porque é cansativo por ser em casa e você tem todos os serviços de casa e mais o seu serviço normal, mas ele

me deixa bem feliz de ser independente de mim mesma (Jéssica – mãe de Roberto).

A mulher precisa se reinventar para lidar com as frustrações com o mercado de trabalho pelo simples fato de ser mulher, por outro lado, observamos também a adaptação do mundo do trabalho oportunizando trabalho informal e mal remunerado. No entanto, as mulheres podem trabalhar em casa, como no caso de Jéssica que trabalhava com costura manual de calçados e começou a repassar para outras mulheres, se tornando também revendedora de produtos cosméticos; ela se orgulha de sua história e a relata com o que chamamos de sentimento de superação.

Antunes (2019, p. 156) discorre sobre a flexibilização do trabalho e a múltipla jornada de trabalho das mulheres:

Essa relação que organizavam entre a flexibilidade e a ideia socialmente construída de feminino se relaciona diretamente com a divisão sexual do trabalho tal qual organizada na sociedade capitalista: o da hierarquização e separação das tarefas produtivas das reprodutivas entre homens e mulheres (Hirata e Kergoat, 2007). Porque as mulheres são as responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos e da família, isto é, pelo trabalho que ficou conhecido como reprodutivo, e porque o conciliam com o trabalho de tipo produtivo é que elas seriam naturalmente flexíveis.

A polivalência das mulheres ao conciliar o dito trabalho produtivo com o reprodutivo, gera valor às novas formas de produção e exigências do mercado, embora, o trabalho dito reprodutivo tenha impacto relevante na mobilidade e manutenção das mulheres no mundo de trabalho.

Mesmo com todos os desafios que enfrenta o trabalho feminino, este é provedor de acesso, conforme nos relata Nilza, avó de Lúcio:

Meu trabalho nunca me atrapalhou ou a minha família, se eu não tivesse trabalhado dando aula, como eu ia formar meus filhos? Eu falei: “Tenho dois filhos, mas são três, um é sobrinho que eu criei, todos os três se formaram, se eu não tivesse esse meu trabalho, eles poderiam?” poderiam, mas com mais dificuldade.

O trabalho de Nilza, conciliando as atividades remunerada e não remunerada, foi a base estrutural para a formação profissional dos filhos. Por isso, para muitas mulheres, a garantia de subsistência dela e dos filhos vem pelo seu trabalho, como é o caso de Keila, mãe de Ana, mulher chefe de família em um núcleo monoparental:

Mudança, é que eu tive minha casa própria, né... Eu criei meus filhos com o meu trabalho, essa é a importância do meu trabalho.

Keila representa porcentagem significativa de mulheres chefes de família que provem e educam seus filhos sem o auxílio do genitor ou companheiro, se desdobram em jornadas de trabalho doméstico, formal ou informal para garantirem o sustento dos filhos. Segundo dados do IBGE, no Censo de 2010, em Franca – SP, das composições familiares apresentadas na pesquisa, as famílias monoparentais femininas (3.658) são o maior número se comparado às outras composições: casal com filhos (1.439) e casal sem filhos (1.316), conforme as informações desta pesquisa, as famílias chefiadas por mulheres representam um pouco mais de 57% do total de famílias da amostra (IBGE, 2010).

Não obstante as narrativas das mulheres participantes da pesquisa ainda estejam carregadas de imposições sociais, elas constroem relações positivas com o trabalho. Contudo, demonstram uma confusão entre independência e ascensão econômica, em nossa visão. Elas trabalham em atividades externas, em casa, ainda são as responsáveis por cuidar dos filhos e das tarefas domésticas, vendo isto com naturalidade. Nesse sentido, é possível inferir que a mentalidade não mudou e houve sim uma atualização ou sofisticação das formas de opressão da mulher pelo imaginário social machista.

[...] a despeito de o gênero revelar a condição de exploração sofrida por essas mulheres, revelando-as duplamente como mulheres (que sofrem com as diferenças com as quais são marcados seus corpos) e trabalhadoras (as diferenças com as quais são marcadas são utilizadas como mecanismos de extração de mais-valor), não se encontram, no campo realizado, formas de enfrentamento coletivo. [...] revelar gênero e revelar classe não se traduziram em propostas coletivas de mudança. (ANTUNES, 2019, p. 162)

A condição de desigualdade das mulheres no mundo do trabalho é sistematicamente demonstrada e, também, vivida por participantes da nossa pesquisa, entretanto, as relações de opressão, exploração e dominação se colocam de forma que fragilizam as ações ou a própria compreensão da possível superação dessas condições de maneira coletiva e não individualizada.

Todas essas relações múltiplas e cheias de significado configuram o processo de produção da vida num complexo social, onde essas relações são determinadas

pelas diversas expressões desta ordem societária, conhecidas por manifestações da questão social¹¹:

[...] Na tradição marxista o termo é empregado como expressão dos fundamentos da sociedade capitalista, como a contradição entre o capital e trabalho, desdobrando-se e manifestando-se de diversas formas (desemprego, violência, pobreza etc.) e representando conflitos e lutas em torno do antagonismo de interesses. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 364).

O ser humano (ser social), no processo de reprodução, se desdobra em dimensões como, por exemplo, biológica (alimentação, saúde, abrigo) e social (família, educação e meio de comunicação). Netto (2012, p. 54) qualifica:

O ser social dispõe da capacidade de sociabilização, isto é, ele é passível de apropriação e desenvolvimento por parte dos membros da sociedade no interior da própria sociedade, através, fundamentalmente, dos processos de interação social, especialmente os educativos (formais e informais).

2.1.2 Famílias: um dos bastidores que sustentam o entrelaçamento dos fios

O modo de ser do homem em sociedade se configura e reconfigura de forma impermanente, conforme as atividades humanas que constroem a trajetória histórica do ser social.

Na sociedade atual, o trabalho e a família são constitutivos do ser social, além de outras objetivações.

As famílias

historicamente têm sido definidas a partir das funções (políticas, econômicas, de proteção social, reprodução biológica ou cultural) e que o Estado de uma ou de outra forma tem regulado essas funções, seja por ação ou omissão, via legislação, políticas públicas ou currículos escolares (MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015, p. 130).

Essa instituição social vista como intermediadora do movimento de produção e reprodução da vida em sociedade, uma vez que o núcleo familiar se mostra um espaço

¹¹ A questão social é uma categoria de análise que abordaremos mais adiante desenvolvendo mais elementos com base na vivência dos participantes da pesquisa.

privilegiado para tal, estimula a construção da consciência do indivíduo. Dessa forma, entendemos este espaço como um lugar importante, por meio do qual observamos os indícios e apontamentos em relação à significação do trabalho enquanto prática e valor na realidade capitalista, pois é geralmente nas relações estabelecidas em família, considerando este um dos possíveis espaços onde serão constituídos relacionamentos iniciais, que são construídos os valores e conceitos referentes à vida social.

Há outras referências estabelecidas pelo indivíduo, como escola, trabalho, meios de comunicação de massa, redes sociais digitais, relacionamentos interpessoais, entre outras, que podem reforçar a influência familiar, bem como acrescentar ou reverter características constituídas. Todavia, o mais comum é a naturalização dos valores trazidos pela família, mesmo o indivíduo tornando-se cada vez menos dependente deste núcleo social:

[...] O homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. [...] Essa assimilação, esse “amadurecimento” para a cotidianidade, começa sempre “por grupos” (em nossos dias de modo geral, na família, na escola em pequenas comunidades). E esses grupos *face-to-face* estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores (HELLER, 2008, p. 33-34, grifo do autor).

O caminho pelo qual o indivíduo busca construir sua própria maneira de ver o mundo, avaliando suas conquistas pessoais não mais a partir dos moldes familiares, está permeado intrinsecamente por forças ideológicas, conteúdos que formam o ser social nesse período histórico e que expressam conflitos, contradições, a produção de novos conhecimentos, que vão corroborar para a apreensão pelo homem da realidade concreta.

Como podemos observar, a família é uma das instituições que sofre as mudanças ocorridas na sociedade e, principalmente, aquelas dos meandros do mundo do trabalho. É responsabilizada socialmente pela socialização do indivíduo e, por esse motivo, está envolvida em todas as manifestações sociais que incidem em sua realidade concreta. Dessa maneira, destacamos a relação entre a família, como produtora e reprodutora da ideologia estabelecida, e o processo de formação de

consciência do sujeito. Logo, a significação do trabalho incide nessa capacidade de compreensão e consciência do sujeito, de forma a apreender as contradições postas nas relações de trabalho e, apesar disso, buscar a reflexão para além dos significados dados ou em alguma medida convencionados socialmente.

Essas reflexões nos auxiliam na compreensão da organização interna das configurações familiares contemporâneas. Destacamos que a família é uma instituição socialmente construída, dinâmica e dialética.

Conforme Miotto, Campos e Carloto (2015), nos estudos brasileiros sobre famílias é possível encontrar duas vertentes de pensamento. Os estudos A são caracterizados por investigar as funções e a estrutura das famílias a partir da formação histórico social brasileira; para a autora, as reflexões produzidas por estes estudos impactam na legislação e questões civis relacionadas às famílias.

A base dos referidos estudos é a família patriarcal e como ela influenciaria na organização da vida social, bem como na construção de marcos jurídico e legislativo, como por exemplo, a lei sobre casamentos de 1890. Ainda no mesmo sentido, podemos acompanhar mudanças conceptivas sobre famílias ao longo do tempo promovendo novos elementos legislativos a partir dos estudos da contínua formação social brasileira que, em 1916, ampara a família nuclear por meio destes novos parâmetros jurídicos.

Assim, o novo Código Civil de 1916 legitima e ampara o modelo familiar do homem provedor e da mulher do lar; as autoras Lins, Machado e Escoura (2016, p. 82, grifo do autor) apresentam o pressuposto da época:

[...] o casamento seria o único meio de se constituir uma família – tomando-se a família nuclear como regra: pai, mãe e filhos. Nessa lei, o artigo 233 define, por exemplo, que “o marido é chefe da sociedade conjugal”, sendo responsável pela administração dos bens, a manutenção material da família, o direito de fixar residência e de autorizar ou não a profissão da mulher. No artigo 240, constam as obrigações da mulher: a ela ficava indicada a função de ser a “companheira, consorte e colaboradora” do chefe da família, “cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta”.

Esse modelo rígido e restrito reproduzido na lei, em alguma medida, resiste no imaginário social, que tem sido mantido e absorvido nas várias configurações familiares.

A inserção das mulheres no mundo do trabalho, as mudanças nas formas de acumulação do capital (industrialização, globalização dos mercados), os avanços tecnológicos, o controle de natalidade e as lutas das mulheres por direitos e igualdade foram abrindo espaços para que outras formas de organização familiar fossem vistas também como núcleos a serem protegidos pelas garantias sociais.

A segunda vertente de estudos B, mencionada por Mito, Campos e Carloto (2015), centra-se em “questões como provisão das famílias, sua constituição, de forma ampliada ou em rede, desempenho de papéis sociais, divisão de tarefas domésticas ou questões geracionais (Guedes e Lima, 2006; Scott, 2006; Sarti, 2005, 2007; Serapione, 2005 apud MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015, p.128).

Nessa linha, as famílias são compreendidas como redes de relações, as quais são atribuídas as garantias de sobrevivência e a organização das vidas das pessoas ou sua sociabilidade.

Dentro dessa rede, os laços familiares e os papéis atribuídos a seus integrantes diferem de determinado padrão hegemônico de família. Mais, especificamente, as características das famílias (incluindo aí a sua condição socioeconômica e as redes sociais que possuem) definirão as funções que as mesmas desempenham (MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015, p.130).

Por esse olhar, as configurações familiares são observadas pelo que está dado na realidade, pelo movimento da rede familiar em busca da garantia de sobrevivência e organização das vidas dos seus membros com base em parentesco, localidade, em diferentes lares. Os estudos A e B mostram as construções acerca do conceito de família para a literatura pesquisada, que corroborando as mudanças nas famílias captadas pelo relatório do Censo Demográfico 2010, marcou o retrato da família brasileira contemporânea.

No geral, as famílias são menores, as pessoas alcançam idades mais avançadas, a proporção de mulheres sozinhas cuidando dos filhos não é mais fato isolado, da mesma forma que aumenta o número de pessoas que simplesmente optam por morar sozinhas e nem sempre são provenientes de segmentos com elevados níveis de renda (MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015, p.130).

As mudanças indicadas pelo Censo, como o aumento da expectativa de vida, sinalizam uma melhora na qualidade de vida. O dado referente às pessoas que moram

sozinhas pode ser interpretado como fruto de conquistas pessoais, ou por condições objetivas sem considerar desejos e anseios das pessoas no caso das mulheres chefes de família. E certamente há muitas mudanças impostas às famílias para que consigam enfrentar as adversidades colocadas pela conjuntura social na qual estão inseridas.

As famílias representadas pelos membros participantes de nossa pesquisa demonstram preocupação com a garantia de sobrevivência e organização da vida dos seus, como por exemplo, ao qualificar trabalho e família, Marcelo, pai do Bruno, fala:

Hoje, eu sempre bato nessa tecla, hoje, a família é tudo, tudo, tudo, você pode passar o que for, mas você tendo uma família, mesmo, ela é a base de tudo. Hoje eu descrevo trabalho da mesma forma, hoje o trabalho é tudo, você pode até ter o estudo, mas o trabalho é tudo.

Apesar de convivermos com o ideal de modelo familiar, o que define a importância da família é a união para as garantias de sobrevivência e sociabilidade. Quando o pai de Bruno, diz “família é tudo” e “trabalho é tudo”, mesmo com acesso à educação, o que dá sustentação, base para a vida das pessoas são a família e o trabalho na mesma equivalência.

Rita, mãe de Helena, relata:

Nós procuramos infiltrar na mente de nossos filhos a importância do trabalho. Porque o trabalho traz responsabilidade, eu acho que forma o caráter da pessoa. Então, quando a gente fornece para os filhos a importância de ter um trabalho, de honestidade, de responsabilidade, isso também influencia no caráter deles, é o exemplo, né? Porque é o nosso exemplo que vai fazer com que eles também gostem e procurem se fortalecer nisso, e procure uma profissão, né? Do que eles acham que vai ser bom pra eles, né? Aquilo que é bom pra mim, pode não ser bom pra eles, mas a gente sempre orienta a buscar uma coisa que satisfaça, quando a gente trabalha naquilo que a gente gosta vai fazer bem feito. Tem que ser bem feito, tem que fazer com amor, então é isso que a gente costuma passar para eles.

Rita atribui ao trabalho a importância de construção do caráter dos indivíduos. Ela explica que através da transmissão de valores éticos e morais, como honestidade, responsabilidade e a observação da prática destes, há uma efetiva contribuição para a formação do caráter do indivíduo. O caráter definido pela participante é o compreendido socialmente como pessoas de bom ou mau caráter, ou seja, conforme a conduta moral demonstrada qualifica-se o indivíduo determinando sua personalidade.

Sabemos que as pessoas são formadas por diversas experiências e estímulos que podem estar alinhados ou fugirem de padrões morais e sociais estabelecidos; o ser humano é um complexo de objetividades e subjetividades que vai além, por isso atribuir a formação da personalidade somente à relação do indivíduo com o trabalho, pode limitar a apreensão desse complexo de elementos e do trabalho alienado que vivenciamos na ordem social vigente.

2.2 Questão Social: as expressões fundantes da trama

O fio condutor para a análise que propomos tem como base o descrito por Marx (1982) no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, considerando a base material e a superestrutura que condicionam o processo da vida social.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1982, p.47).

O significado do trabalho na contemporaneidade se configura no processo de produção e reprodução da vida, desenvolvido nas relações de trabalho que influenciam as relações familiares e estas determinam a relação com o trabalho enquanto valor para o ser social. Como continua Marx (1982, p. 47) no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social.

As forças produtivas são elementos que compõem o processo de trabalho. Neste, os meios de trabalho representam os instrumentos, as ferramentas de uso do homem para o dispêndio da sua força de trabalho, que, por sua vez, é a energia humana empregada para a realização do trabalho, se configurando na transformação dos objetos do trabalho que são os materiais modificados pela ação do trabalho humano.

Assim, as forças produtivas atuam em meio às relações de produção de ordem técnica, as quais vão se realizar no controle, aperfeiçoamento e inovação do processo de trabalho, e as relações de produção de caráter social, ou seja, determinadas pela relação de propriedade coletiva ou privada. Se coletiva, os resultados obtidos pelo desempenho das forças produtivas são compartilhados com todos de maneira que os produtos do trabalho são coletivos. Se privada, como é o caso da relação social de produção vivenciada na realidade capitalista, o proprietário dos meios de produção (instrumentos, terra e capital) se apropria do resultado do trabalho alheio, gerando o antagonismo entre a energia produtiva (a força de trabalho) e os detentores dos meios de produção, constituindo aí a ascendência da sociedade de classes enraizada na propriedade privada.

É importante conhecer a construção do antagonismo das relações sociais de produção e os elementos componentes das forças produtivas, pois a atualização desses conjuntos (forças produtivas e relações sociais de produção) relacionados aos processos de trabalho são constituintes da contradição capital x trabalho, origem das expressões da questão social. Esta categoria atravessa a vida dos participantes com diferentes manifestações.

Mudanças significativas ocorreram nas relações de trabalho, principalmente a partir do capitalismo tardio ou maduro:

Caracteriza-se por um intenso processo de monopolização de o capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas), e expande-se após a crise de 1929-1932 e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.82-83).

O cenário mundial pós-guerra é marcado pela imagem e a propagação da cultura nos países desenvolvidos do Estado de bem-estar social conhecido com o período de *Welfare State*, quando a Europa e os Estados Unidos da América (EUA)

promoveram uma política de ampliação e garantias de direitos sociais como saúde, educação, assistência e intervenções no campo econômico, como a regulação do mercado com o intuito de aumentar o número de empregos mantendo as condições de vida a população.

Para Behring e Boschetti (2011, p. 150):

[...] o Welfare State foi claramente uma reforma - uma tentativa temporal e geopoliticamente situada de combinar acumulação e diminuição dos níveis de desigualdade, com alguma redistribuição de renda.

A exaustão do modelo interventor e regulador da economia gerou críticas em relação à capacidade do Estado de exercer suas funções; restrição do mercado em absorver as novas gerações – tecnologia poupadoras de mão-de-obra; crescentes dívidas públicas e privadas; poder excessivo dos sindicatos até a grande recessão 1973, desencadeada pela crise do petróleo.

Esta crise no início dos anos 1970 levou a uma forte queda da taxa de lucro. Para o enfrentamento daquele contexto, os detentores dos meios de produção criam estratégias para a ampliação da exploração da força de trabalho, alargando as formas de obtenção de mais-valia ou lucro, bem como o investimento de capital em outras nacionalidades com oferta e o reinvestimento na atividade financeira.

Assim inicia-se uma grande expansão financeira estimulando os países a abrirem-se ao capital especulativo atraído pelo acúmulo mundial, deixando o protecionismo vivenciado anteriormente, causando reduções de gastos sociais e encargos em busca da geração de superávit primário, com a estratégia de capturar recursos para remunerar o capital financeiro, consequentemente com o aumento dos juros (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 185).

Aquele regime (“fordista-keynesiano”) deve ser substituído por uma nova estratégia hegemônica. Uma estratégia que anule as conquistas trabalhistas e que permita a superexploração do trabalho como um todo; uma estratégia que altere as condições do contexto anterior criando, no pós-1970, um novo “regime de acumulação” que Harvey denomina de flexível: a ofensiva neoliberal. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 192, grifo do autor).

O avanço da perspectiva neoliberal tem como pilares articulados para o enfrentamento da crise e provocar uma reestruturação geral do capital: a precarização do trabalho e o desmantelamento das formas de organização e luta dos trabalhadores, a reestruturação produtiva e a (contra) reforma do Estado.

A ofensiva contra o trabalho se dá claramente no enfraquecimento das organizações sindicais e trabalhistas, com a união do capital e Estado por governos neoliberais, que negam e reprimem qualquer negociação quanto à luta dos trabalhadores, esvaziando discussões e prestígios das organizações de trabalhadores por meio dos meios de comunicação. A precarização do emprego e desregulamentação do mercado de trabalho formal aumentam o desemprego, a perda do poder econômico e político, assim como de direitos trabalhistas e estimula a atitudes individuais do trabalhador, afastando-o das lutas coletivas.

A jovem Fernanda verbaliza:

Eu percebi que assim, as pessoas não tão trabalhando no que elas gostam mais igual antigamente. Antigamente tinha muito isso das pessoas só trabalhavam naquilo que gostavam e ultimamente, elas trabalham naquilo que têm oportunidade, porque não tá tendo mais jeito de trabalhar no que a pessoa gosta, porque tá acontecendo muito desemprego, esses negócio aí, então a pessoa trabalha naquilo que aparece.

Ela aborda de alguma forma as mudanças consequentes do trabalho ao longo do tempo. A partir das percepções da adolescente, no passado as pessoas exerciam atividades laborais as quais tinham alguma identificação e com isso as desempenhavam de forma prazerosa. Na atualidade, com o cenário de alta do desemprego, os trabalhadores se dispõem a trabalhar nas atividades que são oportunizadas, não necessariamente dedicam-se ao que lhes traga prazer, mas sim, sobrevivência.

O ataque ao trabalho é preliminar para diminuir a resistência para os demais acometimentos no enfrentamento de reestruturação e recuperação da crise do lucro.

Os objetivos da reestruturação produtiva impetrada pelo capital baseavam-se na redução de custos para os empresários, flexibilização das relações de trabalho, minimização das regulações trabalhistas e a atuação das organizações defensoras dos trabalhadores. Pois, diminuindo o tempo e custo de produção, flexibilizando a atividade produtiva, retoma-se a exploração massiva da força de trabalho. Vale

lembrarmos que esse processo não ocorreu sem resistência, e podemos observar que tal movimento é cíclico, conforme as crises capitalistas.

A subcontratação, terceirização e externalização são mecanismos de redimensionamento das empresas, que externalizam a produção da empresa para pequenas e microempresas subcontratadas, terceirizando o trabalho e flexibilizando a atividade do trabalhador. Essas novas relações estabelecidas retiram o indivíduo do trabalho formal e de suas garantias, bem como a relação salarial, permitindo ao capital utilizar das forças de trabalho conforme suas necessidades de maneira mais profunda.

Os impactos das transformações do mercado sobre a força de trabalho devassaram as relações produtivas, causando o fenômeno conhecido por desemprego estrutural. As incorporações de novas tecnologias e novas estratégias de produção aumentaram ainda mais os trabalhadores já excedentes, no desemprego e trabalho precário.

No centro dessas diferenças encontra-se a flexibilidade estrutural do nosso mercado de trabalho que produz altos índices de rotatividade da mão de obra. As faculdades amplamente concedidas aos empregadores na definição de contratações e demissões marcam, assim, um determinado padrão de exploração da força de trabalho, e também de sua disponibilidade para o capital, muito distante do instituído nos países cêtricos, onde a flexibilidade vem sendo apontada como uma das tendências associadas a mecanismos de superação da crise capitalista recente (SANTOS, 2012, p. 194).

A “contrarreforma” do Estado se expressa nos arranjos monetário e neoliberal, nos planos econômicos, sociais e institucionais dos Estados, assim o país se insere na lógica e dinâmica do capitalismo contemporâneo. Após a adesão a este modelo, as funções econômicas do Estado passaram a ser garantia de condições atrativas para os investidores estrangeiros, tais condições perpassam: a segurança das instituições – garantindo a estabilidade política e a sustentação da desarticulação dos movimentos populares de defesa de direitos; a infraestrutura – incentivos e subsídios fiscais para o custeio da infraestrutura; as privatizações e a desnacionalização de empresas públicas – levando ao superfaturamento do capital externo e particular; a redução e restrição do gasto público-social – sugerindo a manutenção de um Estado mínimo, privatizando a seguridade social e diminuindo o gasto com políticas sociais; a desregulamentação das relações de trabalho – redução de salários e a precarização das relações trabalhistas e a desobrigação, desoneração e remuneração do capital

especulativo – a criação de incentivos fiscais, alta de juros e a desregulação do trânsito do capital financeiro no país (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 185).

A Constituição Brasileira de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, refletiu o processo de modernização conservadora que impactou nas condições objetivas de vida das pessoas e do trabalho, embora tenha promovido reformas superficiais controladas pela classe detentora do capital.

Os avanços constitucionais de 1988, de natureza reformista, foram possíveis numa conjunção bastante particular de elementos, numa conjuntura de radicalização democrática após uma ditadura de 20 anos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 151).

A contrarreforma¹² ocorrida no Brasil se deu a partir do conjunto de acontecimentos marcados nos finais das décadas de 1970 e 1980, com o esgotamento do “milagre econômico”; o fortalecimento do movimento da sociedade em direção à redemocratização, mobilizou a instalação da Assembleia Nacional Constituinte que resultou na Constituição Federal de 1988, por intermédio da qual foram legitimados os direitos sociais como dever do Estado, por meio das Políticas Públicas.

Há assim uma significativa contrarreforma do Estado no país, intermediada por elementos estruturais e conjunturais externos e internos, gerida em seus efeitos mais significativos pelo então chefe de Estado, o presidente Fernando Henrique Cardoso. A proposta geral, a partir de então, é a restrição e redução de direitos; sob a justificativa de crise fiscal, as políticas sociais tornam-se ações pontuais e compensatórias, prevalecendo os processos indicados pela política neoliberal, que se assenta nos processos de privatização, focalização e descentralização.

O processo de privatização ocorrido no Brasil demonstrou os objetivos e intencionalidades da “reforma” do Estado, quando este se retira da sua função produtiva. A ação foi justificada pelo intuito de atrair novos capitais, reduzir as dívidas interna e externa, obter preços mais justos aos consumidores, melhorar a qualidade do serviço e se livrar de empresas que estariam ineficientes aos cuidados do Estado.

¹² “[...] em tempos de estagnação, reação burguesa e neoliberalismo, adentramos num ambiente contra-reformista e, por que não dizer?, contra-revolucionário” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 148).

O verdadeiro efeito do processo de privatização, encontramos em uma análise de Behring e Boschetti (2011, p. 153):

[...] na questão da privatização brasileira, houve a entrega da parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não-obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial.

É importante marcar neste período de reforma estatal a implantação de agências executivas e organizações sociais, instituídas por um programa de publicização, que também regulamentou o terceiro setor enquanto executor de políticas públicas. Como esperado, a reforma do Estado brasileiro foi direcionada de maneira a não produzir resultados significativos no que tange à capacidade de realização e implementação das políticas públicas, ao contrário, provocou uma desresponsabilização pela política social, assim como o desleixo com as diretrizes constitucionais sobre a seguridade social.

Em destaque, os princípios que estruturam a seguridade social: universalidade, uniformidade e equivalência, seletividade e distributividade, irredutibilidade, diversidade das bases de financiamento e o caráter democrático e a descentralização.

A difícil coexistência entre universalidade e a hegemonia neoliberal provocou um grande paradoxo, ou seja, uma contradição, quanto ao entendimento de Estado mínimo defendido pelo neoliberalismo. O ideário neoliberal reconfigura os direitos assegurados constitucionalmente, indicando e transferindo para o mercado o acesso ao atendimento, via planos privados de saúde e previdência social. Transfere, ademais, responsabilidade de executor da política para a sociedade civil, na modalidade de voluntariado, ação solidária e cooperativa, para o Terceiro Setor que, assumindo e substituindo a política pública, culmina em um processo de refilantropização das políticas públicas do Estado.

O contexto do capitalismo em sua fase madura impõe um paradigma conservador ao modelo de Estado presente nas sociedades capitalistas, que se agrava nos países periféricos. Submetido à lógica neoliberal, o sistema de proteção social brasileiro tem sido incapaz de sustentar uma perspectiva mais ampla de acesso aos direitos sociais por parte da classe trabalhadora, ainda que estes estejam previstos na Carta Magna de 1988. As políticas sociais implementadas de forma

focalizada e seletiva não são capazes de interferir no complexo quadro de desigualdades sociais que se constrói sob as bases do sistema capitalista.

É inevitável reconhecer os avanços ocorridos a partir dos anos 2000 nos governos denominados de esquerda em nosso país. No entanto, também é imprescindível marcar que não houve profundas alterações a favor da classe trabalhadora no campo do fundo público e, conseqüentemente, na redistribuição da riqueza produzida nacionalmente.

O atual momento histórico conta com uma ofensiva deliberada pela refração dos direitos sociais com uma clara reestruturação das contas públicas em favor do setor privado e o aprofundamento da crise do emprego.

Sobre esse contexto podemos observar nas falas a seguir, a importância do trabalho:

A importância é que eu tenho que dar o melhor para os meus filhos, né? A parte de comida, roupa, essas coisas, estudo... (Keila – mãe de Ana).

Keila destaca a responsabilidade de prover a família em suas necessidades básicas através da renda obtida pelo trabalho. Marcelo, pai de Bruno, entende o trabalho como condição para viver e sobreviver:

Tudo, né, tudo... Já é difícil com trabalho, mas representa tudo, porque é do trabalho que a gente vive, sobrevive, a gente pode construir as coisas, que a gente pode ter as coisas, pra própria família da gente, mesmo. Hoje considero o trabalho como a família, a família é tudo na vida da gente, então.

A importância do trabalho descrita pelos participantes corrobora a conjuntura de formação do Estado neoliberal brasileiro, que permite a precarização do trabalho, o aviltamento do trabalhador de maneira venal e o agravamento das múltiplas expressões da questão social.

A premissa é de que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

A Questão Social é entendida como um conjunto de expressões resultantes do processo de exploração do trabalho e dos interesses do capital, ou seja, são as manifestações cotidianas da contradição entre o trabalhador e o empresário, a resistência da classe operária e a apropriação dos resultados pelos proprietários dos meios de produção.

Podemos observar que o processo de produção capitalista determinou historicamente as relações sociais de produção de maneira geral, sendo este produtor das condições objetivas materiais para a existência humana, assim como, também, produz e reproduz essas relações no âmbito socioeconômico, caracterizando a objetivação e subjetivação do modo capitalista de produção, expressando a totalidade dessa forma econômica determinada.

Portanto, esse modo de produção impõe uma regra de acumulação de capital que, segundo MARX (1996, p. 209):

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista.

A super exploração do capital impulsiona o aumento do contingente de trabalhadores desempregados, configurando a lei geral da acumulação capitalista que é mutante, seguindo as transformações promovidas pelo aperfeiçoamento dos meios de produção e conseqüentemente o crescimento da produtividade do trabalho social, deixando parcela da população produtiva à margem do processo de trabalho.

Encontramos exemplos disso na fala de Brandon, pai de Helena:

Na área de construção a mesma coisa, mudou bastante. Antigamente você assentava tijolo com barro, depois as tecnologias foram aumentando, aumentando. Pintura se fazia com cal, depois chegou as várias tintas cada vez mais avançadas. A cada dia vai aumentando a tecnologia, nós também profissional de cada área, tem que acompanhar esse tipo de tecnologia, também, aí entra a parte do

estudo, quanto mais estudo tem, você vai se sobressair melhor que outros que estão lá pra trás. Então, é uma coisa muito importante você está sempre acompanhando a evolução, de tipo de trabalho, de mão de obra. Tem que tá ligado nesse tipo de coisa, senão a gente vai ficando sempre pra trás. E é isso que traz o retorno pra gente, tanto parte financeira, como profissional, vai se sobressaindo. As coisas vão mudando e a gente tem que acompanhar as mudanças.

Ele fala das mudanças dos meios de produção com novos instrumentos de trabalho e o avanço tecnológico, que aumentam a produtividade e exigem mais conhecimento do trabalhador para que ele concorra com os demais trabalhadores em diferentes realidades sem oportunidades de se qualificarem e acompanharem as mudanças, como menciona Brandon. Ele não se dá conta, pois, que tudo isso faz parte do jogo capitalista. Os avanços tecnológicos citados por ele fazem parte do processo de acumulação do capital, estes permitem o aumento da riqueza social e excluem contingentes de trabalhadores que formam o “exército de reserva” dito por Marx, aprofundando a pobreza em todas as suas dimensões.

A equação da acumulação do capital gera a concentração da miséria e desigualdade expondo a essência da questão social produzida e reproduzida pela sociedade capitalista.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p.17).

De tal modo, a questão social se manifesta nas divergências econômicas, políticas e culturais das classes sociais em interface com as questões étnico-racial e de gênero. Expressa na luta de classes, em especial na luta dos trabalhadores que dispõem do único recurso que têm - sua força de trabalho, e busca por direitos, por cidadania.

E como a questão social reflete os anseios da acumulação capitalista, ela tem suas bases alteradas e estimuladas pela globalização do processo produtivo e pelos mercados, acompanhados pela política e cultura guiadas pela forma mais atual que o capital se apresenta, como capital financeiro.

Em meio às crises cíclicas do capitalismo, nesse caso, após a crise dos anos de 1970, houve mais uma metamorfose do capital.

As formas de produção e gestão do trabalho são modificadas diante de um mercado globalizado e cada vez mais concentrado em poucas mãos, controlando as relações com Estado e sociedade; essa internalização não é mais conduzida pelo capital industrial e sim pelo capital financeiro, que representa uma nova fase da acumulação capitalista.

Consequentemente, a natureza do processo de financeirização provoca a ampliação das desigualdades com a riqueza social concentrada por grandes corporações, aumentando ainda mais a distância do resultado do trabalho do trabalhador e criando maiores hiatos entre os trabalhadores qualificados e não qualificados.

O cenário de desmonte dos setores produtivos é provocado pela entrada de capital externo especulativo, ou seja, de recursos financeiros externos ao processo produtivo que têm interesse em geração de lucro rápido, numa operação de compra e venda, que leva a riqueza produzida socialmente e aumenta importações que substituem parte da produção nacional, enfraquecendo e destruindo a indústria nacional, promovendo o encerramento de empresas públicas, privatizações, entre outros. Esse investimento especulativo gera danos irrecuperáveis para a produção industrial, culminando no aumento do índice de desemprego, no aprofundamento da questão social e na insuficiência de políticas sociais públicas.

A esfera produtiva precisou se reinventar flexibilizando a forma de acumulação capitalista, modificando os processos de trabalho, gestão, mercado e consumo, atingindo as relações de trabalho, ameaçando a garantia de direitos sociais e trabalhistas, sob a regra máxima de redução de custos e aumento dos lucros.

A necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas com a terceirização e a decorrente redução do quadro de pessoal tanto na esfera privada quanto governamental. [...] a reestruturação produtiva afeta radicalmente a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, as condições e relação de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. (IAMAMOTO, 2001, p. 20)

Fernanda, quando se refere à sua maneira de apreender o trabalho, revela:

Eu acho que eu trago isso sim, pela visão que tenho hoje de todo mundo basicamente da minha família, dos meus amigos. A maioria trabalha com que não gosta, ultimamente. Eu tenho vontade de trabalhar no que eu gosto, só se eu tiver passando necessidade, só se for nesse caso, eu acho que não ficaria num emprego que eu não gosto, não tenho paciência.

A jovem disse querer buscar um trabalho que a realize, que se identifique e goste. Notamos que Fernanda avalia como frustrantes as experiências de trabalho de familiares e amigos, contudo, a não realização profissional ou “fazer o que não gosta”, reflete a figura do trabalhador polivalente, como revelada por Iamamoto (2001) que, em meio às crises e reinvenções do capital precisa se adaptar aos processos de trabalho determinados.

O sistema neoliberal imposto reserva papel importante ao Estado no que tange à manutenção dos ganhos capitalistas, a saber: a redução das despesas sociais, diminuição de acessos, restrição de recursos financeiros e materiais, minimizando cada vez mais as políticas e serviços sociais públicos.

As mudanças dos processos de produção do trabalho impactam intrinsecamente na subjetividade, nas formas de sociabilidade. Torna-se uma sociedade pragmática, marcada pela produtividade e competitividade para obtenção de eficácia e eficiência a fim de garantir a rentabilidade.

A caça aos direitos dos trabalhadores e suas representações contribui para o distanciamento e o não reconhecimento entre iguais, fortalecendo ainda mais o individualismo, provocando o sentimento de “cada um por si” no mercado de trabalho e condensando a competitividade.

O enfraquecimento das redes de sociabilidade e as respostas prontas e assentidas aos desmandos do capital mantêm o indivíduo sozinho, assumindo riscos e responsabilidades individualmente, o que deveria ser comprometimento e cuidado coletivos.

Jéssica descreve o seu processo de trabalho e como as mudanças advindas desta atividade impactaram a sua vida e de outras pessoas.

Quando eu comecei a trabalhar para uma pessoa, eu tinha um patrão. E hoje em dia eu posso considerar que eu sou minha própria patroa, mesmo tendo um patrão. As minhas experiências foram assim, como se diz, eu passei por muitas coisas, foi evoluindo o mundo e eu fui evoluindo junto. Hoje eu tenho muitas coisas, graças ao que eu aprendi lá atrás, por pouca experiência que eu tive como funcionária e

tudo mais, eu consegui pegar as coisas importantes do trabalho, de trabalhar junto com pessoas e conviver com aquelas pessoas, porque cada um é de um jeito. E aí, eu aprendi isso e fui levando isso para a minha vida e hoje eu tenho pessoas que dependem de mim, também. Porque como eu repasso serviço, então aparentemente tem 12 pessoas depois de mim. Então, eu tenho que lidar com 12 pessoas que precisam e vivem costurando seu sapato para pagar uma conta de água, pra fazer uma compra, pra comprar o presente pro filho. Então, é muito gratificante, você vê que você ainda consegue ajudar as pessoas com o trabalho. Mesmo que tenham os percalços da vida, então, tem vezes que as pessoas estão insatisfeitas porque elas querem ganhar e não querem trabalhar de uma certa maneira. Então, eu falo: “Gente, vocês têm que parar e pensar, é melhor pouco do que nada. Se uma hora eu parar eu tenho uma outra renda, eu ainda tenho o que fazer”. Muitas delas não têm marido, têm uma situação mais precária. Então, eu falo para elas: “Vocês param para pensar, se eu parar eu ainda consigo e vocês?” E ao mesmo tempo, eu me sinto responsável por essas pessoas. Se uma hora acontecer alguma coisa, eu fico pensando, algumas vezes eu paro para pensar, tô bem, graças a Deus, mas se acontece alguma coisa, como que vai ficar? Eu não penso só em mim. Então, eu acho que o trabalho agrega muita gente, você vai formando famílias, formando pessoas. Algumas pessoas falam pra mim: “Nossa, mais você já passou por tanta coisa, fez tanta coisa na vida, você não precisaria fazer hoje o que você tá fazendo, trabalhando como você tá, correndo atrás de serviço, de pessoas”. Eu falei: “Mais, então, hoje em dia a gente não pode pensar só na gente, né?” Com o meu trabalho eu consegui tirar carta, coisa que eu não tinha, então eu consegui, eu tenho a minha casa própria. Então, são coisas que fui fazendo com o meu serviço e hoje poder ajudar outras pessoas é muito importante (Jéssica – mãe do Roberto).

O relato de Jéssica nos mostra como a mentalidade individualista e utilitarista reforçada pelo capital invisibiliza questões como a de classe social. Por exemplo, a participante não consegue perceber sua condição de trabalhadora “*mesmo tendo um patrão*” (Jéssica – mãe do Roberto), como ela mesma diz, demonstra o distanciamento da própria realidade como se as atividades laborais as quais desenvolve permitissem a ela ter outro *status* social, que legitima seus apelos morais promovendo a solidariedade aos que lhe são subalternos ou inferiores. Essas são ideias disseminadas socialmente que aprofundam as distâncias entre iguais, que não se reconhecem mais.

Verificamos na narrativa da participante um discurso meritocrático resultante do cumprimento de competências exigidas pelo sistema capitalista, como eficiência e eficácia, produtividade e competitividade que, atendidas às expectativas, insinuam ilusoriamente uma mobilidade social que a retira do *status* de trabalhadora elevando-a à classe média.

Jéssica procura influir na vida das pessoas que trabalham com ela, pois em alguma medida percebe as diferenças sociais e a pobreza, contudo, não reconhece estas como consequências de uma estrutura social desigual. Há a naturalização da pobreza e das desigualdades como uma falta de propósito individual.

A mãe de Roberto disse realizar o trabalho como uma forma de ajudar outras pessoas, dirigindo-se apenas por valores morais pela ajuda ao próximo e compaixão. Sua compreensão do processo de trabalho é desassociada completamente de uma visão mais ampliada e coletiva quanto às mazelas sociais, sendo que Jéssica tende a culpabilizar as pessoas que trabalham com ela pela falta de esforço individual, *“quer ganhar, mas não quer trabalhar”* (Jéssica – mãe do Roberto).

A mentalidade imposta pelo capitalismo atual na sua versão neoliberal: privilegia os mínimos sociais; dissocia mercado e direitos, os aspectos econômico e social; distancia a acumulação da produção; desregula o público; destrói a perspectiva do coletivo; reafirmando as desigualdades e construindo uma narrativa fragmentada e despolitizada da questão social, tal como podemos observar nas falas acima de Jéssica.

No Brasil, uma das expressões da questão social, que é estrutural no complexo econômico e social, é o desemprego, aspecto básico da reprodução da lei geral de acumulação capitalista. O desemprego que compõe o regime de trabalho no país a partir dos padrões instituídos pela reinvenção de acumulação do capital, expõe continuamente grandes contingentes de trabalhadores a dificuldades para garantir a sobrevivência, embora na atualidade haja um número expressivo de desempregados nunca antes vivenciado. Somado a isso, devemos lembrar os índices de informalidade elevadíssimos demonstrando a precariedade e flexibilização do trabalho no Brasil.

As regressões nos direitos sociais, inclusive trabalhistas, visam à manutenção da reprodução ampliada do capital, que se intensifica com a destruição da natureza e da humanidade por meio do desemprego e da precarização do trabalho (ANTUNES, 2019, p. 487).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) na divulgação de seu relatório anual “Tendências do Emprego Global 2019” afirma que mais de 3,3 bilhões de trabalhadores no mundo, em 2018, viviam em ocupações precárias, que não garantiam condições adequadas para manutenção e segurança material, nem oportunidades de melhorias de vida. Ainda nesse período, 172 milhões de pessoas

estavam desempregadas e 61% da força de trabalho mundial, o equivalente a 2 bilhões de trabalhadores, formavam o setor informal.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, objetiva produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazos, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do País. (IBGE, 2019).

A crise do emprego no Brasil de 2014 a 2018 trouxe o número médio de trabalhadores desocupados quase duplicado, segundo dados do IBGE. Além do desemprego, houve diminuição de renda e aumento de precariedade nos postos de trabalho criados. Sem trabalho adequado, a “opção” de muitos brasileiros foi trabalhar por conta própria. Outros usaram as economias para, de forma muitas vezes improvisada, se tornarem pequenos empregadores, tentando garantir alguma renda.

Aumentou o número de trabalhadores informais, seja por conta própria, pequeno empregador ou empregado, e diminuiu o número de pessoas empregadas formalmente no setor privado. Podemos observar isso nas experiências dos participantes da pesquisa: Jéssica, Marcelo, Val e Brandon.

No ano de 2014, os sintomas de crise já estavam cada vez mais acentuados, devido ao agravamento do colapso econômico com baixos índices de crescimento em um ano eleitoral. Nesse cenário, as grandes empresas passaram a pressionar o governo vigente, e candidatos ao poder executivo, a uma agenda neoliberal ofensiva no Brasil, propondo o desmonte dos direitos trabalhistas, a redução de juros e o aumento das privatizações.

Conforme análise de Castro, Almeida e Cesar (2019), o ano de 2014 foi considerado o início da crise econômica marcada pela recessão no segundo trimestre, como demonstram os critérios do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da Fundação Getúlio Vargas. A princípio, o mercado de trabalho não sofreu um choque imediato, pois manteve uma relativa estabilidade e sinalizava uma das menores taxas de desemprego do ciclo. Segundo a análise dos especialistas, se ventilava discussões sobre a possível situação de pleno emprego, teoricamente vivida pelo país em um passado recente.

No ano de 2015, a crise econômica se instala com o agravante da intensificação da crise política. Os ajustes fiscais do reeleito governo Dilma encontravam obstáculos

no Congresso Nacional, afugentando os investimentos, diminuindo a produção e consequentemente as vagas emprego:

O número de pessoas desocupadas cresceu vertiginosamente, 40% ao longo do ano - eram quase 3 milhões de brasileiros a mais procurando trabalho. O número de pessoas ocupadas até diminuiu pouco ao longo do ano (0,67%), mas piorou a qualidade do emprego, com as pessoas saindo de posições que pagavam mais para trabalhos com remuneração inferior. Caiu o número de empregados no setor privado, aumentou o número de trabalhadores domésticos (CASTRO; ALMEIDA; CESAR, 2019).

Outra maneira de precarização do trabalho é a terceirização. A pressão colocada pelo empresariado brasileiro foi avançando em meio ao caos político, e a Câmara de Deputados aprovou a seguinte Lei:

Em abril de 2015, o projeto de lei que amplia as terceirizações no Brasil (PL 4.330/2004), permitindo que as atividades-fim também sejam terceirizadas, e enviou esse PL para a análise do Senado. A ampliação das possibilidades de terceirização desejada pelos capitalistas significará principalmente o crescimento da precarização das condições de trabalho, com o aumento da rotatividade no trabalho e de acidentes nos locais de trabalho (ANTUNES, 2019, p. 491).

A terceirização do trabalho no Brasil já era uma prática que foi ganhando espaço desde os anos 1990, com o objetivo de reduzir custos com a força de trabalho respondendo à crise econômica de baixo crescimento e competitividade em relação ao mercado exterior. Os trabalhadores terceirizados correm mais riscos de acidentes, trabalham mais e ganham menos. Segundo o dossiê “Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha”, publicado em 2014 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), 26,8% dos trabalhadores assalariados no país eram terceirizados.

Por outro lado, aumenta o contingente de trabalhadores que começa a trabalhar por conta própria em busca de renda para sustentar suas famílias, assim como outros membros do mesmo nuclear familiar que também se colocam nessa condição. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) mostrava em 2015 através de dados de atendimento o crescimento do chamado “empreendedorismo forçado”, quando a pessoa é obrigada a montar um negócio próprio para suprir a ausência de renda e trabalho.

Outra parcela da população classificada pelo IBGE como desocupados corresponde à pessoa que:

não trabalha nada, procura trabalho, está apto a assumir. O desocupado nem sempre é um demitido, não necessariamente estava empregado anteriormente. Durante a crise, em muitos casos, ele veio de fora da força de trabalho, passou a procurar porque a fonte de renda da família perdeu o emprego ou simplesmente estava com medo de perder. O número praticamente dobrou de 6 milhões para 12 milhões entre 2014 e 2018 (IBGE, 2020).

Em 2016, há o aprofundamento da crise política com a deposição da Presidenta Dilma Rousseff. No segundo semestre daquele ano, a recessão econômica que chegou ao limite, causando um impacto devastador no mercado de trabalho, aumentando exponencialmente o desemprego no Brasil. O desemprego é uma expressão estruturante da questão social no Brasil se particularizando em outras manifestações como: a flexibilização estrutural, precariedade das ocupações consequentemente a informalidade.

A insegurança de quem tinha emprego aumentava juntamente com a precarização do trabalho, ao passo que o percentual de desocupados atingiu seu pico em 36%. Os empregos formais foram minguando e este período ficou marcado por muitas demissões.

Os trabalhos chamados de subocupações, como bicos ou *freelancer*, segundo as estatísticas saiu de 4 milhões para 5,2 milhões de brasileiros, chegando em 2018 a representar 7 milhões de trabalhadores (CASTRO; ALMEIDA; CESAR, 2019)

O ano de 2017 iniciou com expectativa de volta do crescimento econômico. Entretanto, mesmo o governo Temer sendo apoiado por empresários e investidores, durante e após o golpe ao governo eleito de Dilma, o mercado de trabalho estagnou e as relações econômicas começaram a dar sinais de sobrevivência, não correspondendo ao desejo e perspectivas dos capitalistas. Neste ano, a taxa de desemprego flutuou, batendo o recorde histórico de 13,7%, cerca de 14 milhões de desempregados.

A informalidade cresceu 5% durante o ano de 2017 enquanto o número de brasileiros trabalhando formalmente recuou 1%. No fim de 2017, 37,4 milhões de brasileiros trabalhavam sem carteira assinada ou sem CNPJ para os próprios negócios - 2 milhões a mais que no ano anterior (CASTRO; ALMEIDA; CESAR, 2019).

O ano de 2018 foi marcado pela recuperação do mercado de trabalho a passos lentos, pelo trabalho ainda mais precarizado e desqualificado. Neste período, a desocupação pela primeira vez mostrou uma queda, voltando a números próximos aos de 2016.

Outro marco deste ano foi a vigência das novas regras trabalhistas, aprovadas pelo governo golpista de Michel Temer. A reforma trabalhista objetivava a flexibilização das relações de trabalho, simplificando os processos de contratação e demissão formal dos funcionários, a chamada desburocratização do emprego e, por consequência, os proponentes da reforma aguardavam a criação de mais postos de trabalho. Contudo, as mudanças aprovadas precarizaram ainda mais as relações, desarticularam os trabalhadores, provocaram o desmonte de sindicatos e órgãos de classe, flexibilizaram as relações entre patrão e empregado, prejudicando o trabalhador na correlação de forças para negociação de melhores condições de trabalho.

[...] para garantir a alta remuneração dos capitais, vale devastar toda a população trabalhadora. Começando pela destruição completa do que resta de seus direitos trabalhistas, da previdência, da saúde e da educação públicas. Nem uma palavra sobre redução dos juros, tributação dos bancos, dos capitais e das grandes fortunas. A contrarrevolução de Temer, portanto, avançou significativamente na demolição dos direitos do trabalho no Brasil ao aprovar uma *(contra)reforma trabalhista* que instituiu o preceito do negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, ao expandir intensamente o trabalho intermitente e ao implementar a *flexibilização* nas relações de trabalho, além de possibilitar a terceirização total (ANTUNES, 2020b, p. 292-293).

O governo Temer cumpriu com o objetivo de atender aos interesses das grandes empresas interferindo nas relações de trabalho por meio do profundo desmonte das leis trabalhistas, implantando a total precarização do trabalho no Brasil. Com este cenário, o trabalhador migrou para outros setores da economia, em especial, o de comércio e serviços que mais absorvem empregados, embora ofereça vagas com baixos salários e menor qualificação.

Em 2018, a taxa de desemprego caiu comparada à do ano anterior, fechando em 11,6%. Ainda é um número alto, com o agravante de que representa a

intensificação da precarização dos espaços de trabalho, ou seja, são empregos informais.

Conforme informações da IBGE, os desalentados¹³ cresceram menos, mas em contrapartida, os subocupados e os trabalhadores informais “empreendedores” são classificações que seguem crescendo substancialmente. Juntando os desocupados, os desalentados e os que trabalham horas insuficientes, faltava emprego adequado para 27 milhões de brasileiros. No fim de 2018,

quase metade da população ocupada no Brasil estava trabalhando nos setores de comércio e serviços. Mais do que isso, o setor foi onde o número de ocupados mais cresceu, mesmo durante a crise, saltou de 39,7 para 43 milhões. Esse dado é uma junção de quatro categorias oficiais do IBGE, leva em conta pessoas que trabalham com informação, serviços imobiliários e financeiros, hotelaria, restaurantes e transporte, por exemplo. Esse setor é importante na economia brasileira e passou a empregar mais gente durante a crise. Postos de trabalho mais próximos ao consumidor final exigem menos qualificação e pagam salários mais baixos (CASTRO; ALMEIDA; CESAR, 2019).

As informações apresentadas nos mostram um panorama geral no Brasil nos últimos anos, entretanto os dados não evidenciam de maneira particularizada os impactos e a séria desigualdade que diferencia os trabalhadores no país.

A situação do adolescente trabalhador e jovem neste momento de crise se acentua. A falta de experiência os deixam à margem da sociedade, com números que os caracterizam como o principal grupo afetado pelo desemprego no Brasil. A estatística marca o índice mais alto de desemprego entre os jovens de 14 e 17 anos, sendo que, no fim do ano de 2018, dos 12,7 milhões de jovens que o Brasil tinha nessa faixa etária, só 2,4 milhões estavam na força de trabalho (IBGE, 2016).

A situação mais alarmante é a dos jovens entre 18 e 24 anos. A busca pelo primeiro emprego nessa faixa etária é comum. Muitas vezes ela não tem sucesso, uma vez a falta de experiência é um dos principais argumento alegados pelos

¹³ Desalentado é o termo utilizado pelo IBGE para classificar as pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas a desistirem de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou não ter experiência profissional ou qualificação (IBGE, 2020).

empregadores para a não contratação. A taxa de desocupação entre esses jovens, com pouca ou nenhuma experiência, é de mais que o dobro da taxa geral.

Destacamos aqui as leis da aprendizagem e estágio, nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000) e nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008) respectivamente, que flexibilizam e beneficiam as empresas em certa medida, para efetivarem contratações de jovens e adolescentes. Há que se considerar que a ocupação destinada a essa população oferece garantias mínimas e, no caso do estágio, menos ainda.

Partindo para o recorte de cor/raça, sabemos que a população negra ocupa espaços desprivilegiados no mercado de trabalho, a quem são pagos salários mais baixos, sendo um potencial contingente ao desemprego.

No primeiro trimestre de 2017, a taxa de desocupação de pessoas autodeclaradas de cor preta atingiu 16,9%. No mesmo momento, a taxa geral era de 13,7% e a das pessoas autodeclaradas brancas era de 10,9%. Mais do que isso, a diferença aumentou no pior momento da crise. A distância média entre a taxa do grupo de cor branca e de cor preta em 2014 foi de 3,1 pontos percentuais. Entre 2016 e 2018 o intervalo médio foi de 5,24 pontos percentuais (CASTRO; ALMEIDA; CESAR, 2019).

Os dados confirmam os apontamentos trazidos no primeiro capítulo relacionados à população negra, e demonstram o quanto a desigualdade existente se massifica em momentos mais críticos, além dos números também servirem para denunciar o racismo perpetuado no Brasil.

Outro recorte importante refere-se ao gênero; a taxa de desemprego entre as mulheres é maior que a dos homens na crise, dado que as marcas entre as mulheres chegaram a 15,8%, enquanto as dos homens 12,1%, ambas no primeiro trimestre de 2017. A desigualdade entre homens e mulheres foi mantida, não aumentando as distâncias entre esses gêneros. Uma hipótese que explica essa questão é a entrada de mais mulheres no mercado de trabalho na tentativa de equilibrar a renda familiar, substituindo o homem que vem perdendo seu lugar no mercado de trabalho formal.

Destacamos que nas informações que obtivemos sobre a conjuntura da crise do mercado de trabalho, não encontramos dados relativos a outras representações de gênero, que também estão condicionadas a esse jogo perverso do capital.

Em 2019, nos deparamos perplexos com o projeto do governo recém-eleito, que objetiva instalar no país uma versão densa do neoliberalismo na tentativa de minar a presença do Estado na economia e extinguir as políticas públicas sociais.

Diuturnamente, o presente governo age para implementar a proposta neoliberal com o intuito de agradar o grande capital que no Brasil está representado por bancos privados e na base jurídico-ideológica que atua ferozmente defendendo diversos interesses do capital financeiro.

As reformas anunciadas pelo governo atendem aos interesses dos grandes capitalistas, além de serem celebradas pela imprensa e articuladas no congresso nacional para a aprovação. A reforma da previdência foi a primeira de outras que virão. Antunes (2020b, p. 298, grifo do autor) assim se refere a esta reforma, já aprovada:

O projeto de reforma da previdência de Bolsonaro, que propõe “acabar com os privilégios”, uma vez desconstruído o seu invólucro místico, revela seu real significado: os mais ricos terão previdência privada e “capitalizada”, em claro benefício para os bancos, enquanto os assalariados pobres serão excluídos da previdência pública, restando-lhes tão somente um assistencialismo acintoso para os sexagenários. E, como a iniciativa de devastação é ilimitada, só faltará aprovar a carteira de trabalho “verde e amarela” proposta por Bolsonaro durante a campanha eleitoral, conforme consta em seu programa de governo, na qual “o contrato individual prevalecerá sobre a CLT” para os jovens.

O que é alarmante diante de um cenário em que o governo empreita um projeto de desmonte de políticas públicas e até ameaça o Estado Democrático de Direito é a nossa contínua passividade. Assistimos ao aviltamento da sobrevivência dos mais pobres, redução de investimentos em saúde, educação - destacando a perseguição às universidades públicas, o assassinato de pobres, pretos, crianças e jovens, em sua maioria, nas periferias, a marginalização da cultura e criminalização de movimentos sociais, entre outras ações sutis de depreciação dos direitos garantidos que estão em curso, em um governo que está no poder desde janeiro de 2019.

Esse cenário político e econômico do Brasil – favorecido pela desmobilização da população; pela apatia generalizada, consequência da insegurança e desesperança injetada por *fake news*; pela desestruturação provocada pelo jogo ideológico do governo e concretamente pela falta de acesso ao trabalho – coloca todos à mercê desse projeto de destruição de conquistas históricas e fundantes da sociedade brasileira.

CAPÍTULO 3 O ALINHAVAR DE NOVOS PONTOS: PROPONDO MUDANÇAS NO ROTEIRO DA TRAMA

*Se o mundo atual nos oferece como
horizonte imediato o privilégio da
servidão, seu combate e seu impedimento
efetivos, então, só serão possíveis se a
humanidade conseguir recuperar o
desafio da emancipação.
(O Privilégio da Servidão,
Ricardo Antunes)*

3.1 Educação Técnica: roteiro atual da trama

Lembrando que não foi nosso objetivo na pesquisa avaliar ou analisar o Programa de Aprendizagem e sim saber dos participantes porque optaram em fazer a inserção no mercado de trabalho por este caminho, vale destacarmos que a educação é essencial e condicionante para o crescimento econômico, inclusão e mobilidade social, é a forma de dar acesso a países como o Brasil à economia globalizada dessa sociabilidade. Ou seja, mesmo para se inserir na dinâmica do neoliberalismo que dita as regras na maior parte do mundo atual é preciso de investimento em educação; mesmo que seja uma educação para atender às demandas do capital, é necessário haver alguma mobilidade social para que a perversidade do sistema continue funcionando.

Nessa direção, a política de educação também passou por reformas para estar alinhada ao discurso neoliberal:

As políticas e reformas educacionais implementadas na educação básica no Brasil privilegiam uma formação educacional voltada para atender as necessidades do mercado de trabalho (flexibilidade, adaptabilidade e empregabilidade) e **obstaculizam propostas de uma educação crítica, que possibilite a formação de um sujeito social conhecedor de si mesmo e das relações socioculturais que o cercam**. Vale dizer que educar não é mera transferência de conhecimentos, mas conscientização e testemunho de vida, e os processos educacionais e sociais de reprodução societal estão intimamente ligados (Mészáros, 2005 apud ANTUNES, 2019, p. 348, grifo nosso).

No Brasil nos últimos 20 anos, houve a implantação de várias políticas sociais educacionais com o objetivo de incluir camadas mais pobres da população, proporcionando o ingresso em propostas como: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC) e dentre outros projetos e programas.

Assim, as reformas educacionais desde a década de 1990 em diante trabalham no sentido de adequar os sistemas de ensino às demandas do mercado, da reestruturação produtiva, que exigem alguma formação para o trabalho. Uma educação que forme um trabalhador multifuncional, polivalente, flexível, que atenda às expectativas da empresa, sendo que os que não conseguirem se preparar ficarão

com as ocupações mais precárias, com baixa remuneração, piores condições e longe de qualquer escolha ou decisão relativa ao seu trabalho. Via de regra essa é a realidade para a qual parte importante dos jovens trabalhadores, que frequentam escolas públicas serão direcionados; por meio de cursos profissionalizantes, servirão de mão-de-obra “qualificada”. A política educacional mantém e aprofunda a estrutura social desigual do país.

No caso dos Programas de Aprendizagem destinados ao preparo de adolescentes para a inserção no mercado de trabalho, mesmo sem garantias de vagas para todos, o primeiro emprego é o grande incentivador da inscrição do adolescente no curso.

A aprendizagem objetiva fornecer habilidades profissionais aos jovens trabalhadores e auxiliá-los a completarem a transição da escola para o trabalho. O principal objetivo é alocar os participantes em empregos formais com treinamento especializado adequado que aumente a empregabilidade no início de suas carreiras no mercado de trabalho (BRASIL, 2000).

Os adolescentes avaliam o ingresso no Programa de Aprendizagem como uma oportunidade:

[...] para me preparar para o primeiro emprego. Pra ter noção do que falar na hora da entrevista. É isso, e acho que também é um passo muito importante, porque não estou procurando só emprego também estou procurando aprendizado. Com o curso você vai saber lidar com coisas não só relacionadas ao trabalho, mas também a vida. Eu acho que meus irmãos fez e meus primos também fizeram deu o avançar para eles começarem a trabalhar e com isso conseguirem suas próprias coisas. Eu acho importante a gente andar com nossos próprios pés (Barbara).

Foi por meio da minha tia que viu no jornal e pediu para eu fazer minha inscrição. Que me abriria porta para o trabalho e me ajudaria com novos conhecimentos e aprendizados (João).

Porque o mercado de trabalho cresce muito, e tem que ir aprendendo cada dia mais, pra poder ir renovando as coisas que ele aceita (Manuela).

Barbara, João e Manuela consideram importante a formação já que esta lhes trará “novos conhecimentos” e preparação para o mercado de trabalho, como disse Manuela: “renovando as coisas que ele aceita”, evidenciando a concorrência e descarte imposto pelo mercado aos candidatos a este.

Outro elemento que destacamos aqui de falas anteriores e a seguir, são os exemplos adotados, por Barbara, dos irmãos e primos que se inseriram no mercado através do mesmo Programa de Aprendizagem. E Fernanda disse que:

Porque eu sempre gostei da área administrativa. Meus amigos fizeram e falaram que é muito bom. Então, eu queria pra conhecer mesmo, sabe. E quem sabe arrumar um trabalho, mas eu queria fazer mesmo é pra conhecer, pra ter um conhecimento maior sobre a área administrativa, mesmo.

Tomando como referência os amigos que já vivenciaram o processo de aprendizagem, Fernanda acredita que este contribuirá para aumentar seu conhecimento sobre a área profissional que pensa em atuar e a partir daí colocar-se profissionalmente.

A busca por desenvolvimento pessoal, o exemplo e incentivo trazido pelos familiares, também permeiam as falas de Helena, Roberto e Ana.

Desenvolvimento pessoal, eu acho que eu agora não sei se estaria preparada para entrar, pra começar a trabalhar porque eu sou uma pessoa muito tímida, sabe. Eu não consigo falar em público, e tem umas coisas que aqui vai me ajudar a desenvolver esse meu lado, esse foi meu principal motivo pra eu ter entrado no programa (Helena).

Depois que eu vi meu irmão conquistando as coisas dele, eu quis seguir o caminho dele (Roberto).

Ahhh, é muito bom o curso. Aí, minha mãe me inscreveu lá e assim, cê tem que se dedicar no curso pra ter um trabalho depois. Aí, eu topei esse curso e tô gostando desse curso (Ana).

Roberto tinha seu irmão como um exemplo de sucesso, ele começou também na aprendizagem manteve o emprego e foi comprando bens e serviços para si, como também, ajuda nas despesas da família.

Ana seguia as orientações da mãe que incentivava e direcionava a adolescente a se preparar para ter oportunidades diferentes. Notamos que os adolescentes se valem das experiências de amigos e familiares para a construção de suas identidades de trabalho.

Verificamos, por meio da Portaria do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nº 723 de 23 de abril de 2012, que cria e regulamenta o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAF) e apresenta as diretrizes curriculares para os

programas de Aprendizagem Profissional, que é possível propor uma construção de reflexões e discussões a partir do conteúdo pedagógico do curso, subsidiando uma formação para o jovem aprendiz que perpassa as relações econômicas, sociais e culturais que o cercam.

O artigo 10, parágrafo 1º da Portaria MTE nº 723/2012 (BRASIL, 2012), considera:

§ 1º As dimensões teórica e prática da formação do aprendiz devem ser pedagogicamente articuladas entre si, sob a forma de itinerários formativos que possibilitem ao aprendiz o desenvolvimento da sua cidadania, a compreensão das características do mundo do trabalho, dos fundamentos técnico-científicos e das atividades técnico-tecnológicas específicas à ocupação.

As propostas de discussões trazidas pelas diretrizes curriculares observadas por um olhar crítico podem oportunizar aos jovens acesso a reflexões e discussões para uma formação humana, cidadã e crítica que possibilite uma leitura crítica da realidade onde estão inseridos. Ressalvamos que não avaliamos a prática pedagógica da instituição onde estão inseridos os participantes da pesquisa, por isso não podemos inferir sobre a abordagem educacional aplicada.

A fala de Bruno sinalizava alguns conceitos a serem desenvolvidos pelos jovens para melhor se prepararem para a vida adulta:

Porque é uma experiência nova, sabe assim, não é só pelo emprego ou pelo dinheiro, não. Mas, pra mim ter essa experiência, pra eu descobrir quem eu sou de verdade. Às vezes, eu quero fazer uma coisa, mas às vezes, eu me dou tão bem com a administração que eu não preciso fazer a fisioterapia. Mas às vezes, eu não me dou tão bem com a administração. A gente, quanto mais a gente tenta fazer alguma coisa, mais a gente descobre quem a gente quer fazer de verdade.

O que atraía Bruno era adquirir experiência através de novos conhecimentos, ele entendia que se propor a essa vivência contribuiria para seu processo de autoconhecimento e formação de identidade profissional.

Segundo o adolescente, a experiência de formação para o trabalho contribuiria para “descobrir quem eu sou de verdade” (Bruno); entendemos que para o jovem essa sua aproximação com informações relacionadas às áreas de atuação profissional ampliará o seu conhecimento sobre si mesmo, bem como lhe fornecerá elementos para construção de sua identidade.

Outra reflexão interessante é trazida pelo jovem Lúcio:

Porque eu senti falta disso, dessa experiência dessa vivência, de estar determinado a algo. Eu fiquei um ano inteiro fazendo isso, eu tinha pegado o costume, a gente fica com saudade disso. Aí minha mãe viu essa oportunidade e falou para eu me inscrever, eu fui lá me inscrevi e fiquei torcendo para selecionar, eu fui. Agora vou fazer tudo de novo, me determinar de novo, até conseguir isso. O trabalho virou parte de mim já, eu não vou largar isso tão cedo.

O jovem se sentia motivado a realizar a formação que tem o objetivo de prepará-lo para seu próximo desafio, propósito. Ele relatou sentimentos relacionados a experiências anteriores que foram a inserção no mercado de trabalho por outro programa de aprendizagem, que lhe despertou determinação para o trabalho.

Segundo a percepção apresentada pelo adolescente consideramos que para ele o trabalho vai além da experiência adquirida, transformando-o em uma pessoa responsável com objetivos e metas, diferentemente da sua condição anterior.

Ao analisarmos as diretrizes curriculares trazidas pela Portaria que regulamenta os Programas de Aprendizagem, podemos verificar que mesmo em meio a muitas contradições é possível apresentar e propor discussões que promovam uma educação política buscando oferecer aos jovens ingressantes no mundo do trabalho uma leitura mais ampliada da realidade.

Para Paulo Freire (1996, p. 13, grifo do autor):

quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto.

Nesse momento de formação e preparação do jovem para inserção no mercado, o conteúdo proposto privilegia o exercício do pensamento crítico, não obstante o objetivo programático seja educar jovens trabalhadores para se moldarem às necessidades das empresas sem muita reflexão para além da relação de venda da força de trabalho.

A determinação também aparece no relato da Laís:

Eu acho que é uma coisa que eu quero, então, eu sempre vou correr atrás das coisas que eu quero, eu sempre vou lutar. Porque é bom

sempre ter alguma coisa a mais. Pra ter um futuro a mais, uma coisa melhor.

Laís exibe sua determinação em busca de oportunidade, de crescimento, “de um futuro a mais”, talvez um futuro a mais que seus pais não possam oferecer ou a sociedade não oportuniza, assim ela toma para si as decisões de vida e vai em busca do que quer.

Quem sabe a reflexão sobre meritocracia, que trata das desigualdades dos pontos de partida para conquistas iguais, ainda a alcance para que ela entenda que são necessários esforços para conquistar objetivos e melhorar o futuro. Contudo, tanto nessa fala como nas de outros adolescentes e familiares notamos o anseio em progredir na vida, embora pouco reflitam sobre as condições que são acometidas para “correr” através das oportunidades que lhes aparecem. É bom lembrar que estas não são garantidas a todos os adolescentes e famílias de maneira igualitária, consequência da insuficiência das políticas públicas e acirramento do mercado de trabalho que provocam ainda mais o agravamento da questão social.

Os familiares também foram questionados sobre o motivo da busca da inserção do jovem em um Programa de Aprendizagem.

A família de João avaliou que

Ele tem vontade de trabalhar, ele precisa ter uma base para começar, começar a vida (Maria – tia-avó de João).

Porque é o primeiro emprego, né? E ele precisa de uma base para começar (Benedita – avó de João).

O Programa de Aprendizagem é uma oportunidade considerada pelos familiares a base para a iniciação do adolescente na vida laboral.

Em um cenário em que não é garantido às crianças e adolescentes o direito à infância e juventude com oportunidades de desenvolvimento, a partir da educação e experiências que antecedem o trabalho, há que se considerar ao menos o histórico de lutas pela garantia de direitos de adolescentes à proteção para o exercício laboral e à segurança dos direitos trabalhistas e como indivíduos em formação.

No Brasil, o trabalho infantil até os dias atuais é visto por muitos como algo necessário para afastar crianças e adolescentes da criminalidade e demais riscos de marginalização.

As garantias trazidas pela CF/1988 e pelo ECA vêm mudando essa situação, em busca de proporcionar a eles as condições necessárias para a formação do indivíduo em plenas condições de exercer sua cidadania.

A mãe de Fernanda, Lídia, contou:

Então, ela viu na escola que ia ter esse curso aí. Aí, ela disse que ia fazer e foi lá e fez a inscrição. Ela foi atrás, e ela até faltou da escola nesse dia para fazer pela internet, aí ela conseguiu fazer, depois teve a entrevista lá com a moça, aí ela conseguiu.

Lídia reconheceu o esforço e iniciativa da filha na busca por acesso à política pública destinada à juventude. Segundo Silva (2016, p. 63),

É fundamental que estas políticas reconstruam o pensamento social frente à classe trabalhadora, ressignificando os seus jovens como pessoas em desenvolvimento, com histórias de vida complexas, sujeitos de direitos compreendendo que a dimensão social desta juventude transcende os aspectos de sua dinâmica cotidiana e decisões aparentes para um plano mais complexo caracterizado pelas condições históricas, geracionais, psicossociais, econômicas, educacionais, políticas e culturais que estão diretamente associadas às transformações societárias impostas pelo sistema capitalista, instalando uma crise social nas relações humanas e descomprometendo o estado de suas funções enquanto organismo protetor e garantidor de direitos fundamentais, sociais e humanos.

Olharmos criticamente para as políticas públicas nas quais figuram os Programas de Aprendizagem é propor na prática educacional com os adolescentes a reflexão sobre as dinâmicas impostas pela ordem vigente e provocá-los a pensar em qual realidade social desejam estar e desejam construir.

Para as representantes da família de Lúcio, o Programa contribuiria:

[...] para melhorar o currículo dele, pra ele conseguir um emprego bom. Porque esses cursos só acumula conhecimento. Mesmo que ele não tenha interesse, de aplicar o que ele aprendeu no ESAC, mas vai ficar pro resto da vida dele. Aprendizado só acrescenta na vida da gente, a gente só ganha (Jane – mãe de Lúcio).

Nossa, eu acho que para a criança, o adolescente isso é muito bom, já vai orientando eles, quando tiver na idade certa uns 18 anos, tem estrutura já na vida (Nilza – avó de Lúcio).

É um consenso entre as gerações da família de Lúcio o reforço para a capacitação do jovem, aumentando seu repertório de conhecimento, conforme citado pela avó, esta dará suporte na “estrutura de vida” do adolescente.

A mãe do Roberto, Jéssica, relatou a experiência do filho mais velho que foi inserido no mercado de trabalho por meio do Programa de Aprendizagem e se mantém no emprego até hoje. Revelou ser entusiasta orientando outros jovens a procurar por essa oportunidade.

Então, o meu outro filho passou pelo ESAC também, e hoje ele tá onde ele tá, graças ao programa. Entrou no programa, foi indicado para entrevista e tá lá há 5 anos. Então, assim eu acho que além de tudo, pro jovem não tem coisa melhor que aprender. No caso desse meu filho agora, ele era uma criança, um adolescente um pouco mais fechado, então, eu achei que seria para ele muito importante, porque ele iria conviver com outras pessoas, escutar experiências e aí abrir a mente dele. Porque filho não é tudo igual, porém tem um mais fechado, um mais aberto, só que eu achei que o programa seria interessante para ele se qualificar, lógico. Pra arrumar uma qualificação que ele goste, mas também pra ele sair daquele mundo que ele vivia, porque eu acho que o projeto faz isso, transforma e prepara os adolescentes. Por exemplo, no primeiro dia eu fui com ele lá no curso, e ele já foi de calça a roupa que ele achou que tinha que ir, enquanto alguns outros estavam de bermudas, camiseta, tipo não tô nem aí, dois dias depois fui levar ele novamente e já estava todo mundo uniformizado, até mais responsável que na própria escola, porque na escola hoje em dia estuda quem quer, não é obrigatório. Agora o projeto não, o projeto coloca disciplina, coloca horário, então, eles ensina muita coisa. Então, eu acho que é muito importante. Eu sempre comento se tem um adolescente que está na idade de fazer a inscrição, eu falo vai faz, "a mais isso não vira nada, não virá sim gente", deveria ter até mais apoio, porque tem muito adolescente sem ter o que fazer. Porque pagar o curso não é barato. Então, eu acho que um projeto assim que não tem custo, é muito importante (Jéssica – mãe do Roberto).

Jéssica buscou a oportunidade para Roberto não só pela possibilidade do primeiro emprego, mas buscando o desenvolvimento pessoal do filho, com a expectativa de que o adolescente pudesse amadurecer e aprender convivendo em grupo, com as exigências e cobranças requeridas pelo curso. Além de incentivar outros adolescentes a buscar pela mesma oportunidade.

Segundo dados do Plano Decenal (2016-2026), o combate ao trabalho infantil em Franca estabelece uma rede de apoio e serviços para que o adolescente de baixa renda principalmente tenha acesso a aprendizagem profissional através da parceria com o atuação da Gerência Regional do Trabalho na identificação das vagas e

sensibilização das empresas e na orientação do processo de efetivação do contrato de trabalho, no trabalho conjunto realizado pelos equipamentos de atendimento da Política de Assistência Social, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (FRANCA, 2016).

A criação dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (JEIAs) em 2014 se deu em virtude do compromisso do governo brasileiro com a comunidade internacional, de extinguir as piores formas de trabalho infantil até 2015, e quaisquer outras formas até 2020:

O Juizado Especial da Infância e Adolescência do município tem como atuação predominante a análise de pedidos de autorização para trabalho, ou seja, pedidos de crianças e adolescentes que não se encontram em idade para o labor, mas que ainda sim desejam ingressar no mercado de trabalho. Nesse âmbito de atuação são realizadas audiências coletivas mensais ou bimestrais, a depender da demanda de solicitações para trabalho, com os responsáveis pelos adolescentes na sede da Justiça do Trabalho do município. Nessas audiências são explicados os riscos a que as pessoas em desenvolvimento estão expostas no ambiente laboral e as consequências que o acesso prematuro ao mercado de trabalho pode acarretar (AQUINO; LOURENÇO; NOGUEIRA; 2017, p. 259).

O Juizado Especializado da Infância e Juventude de Franca (JEIA) atua em conformidade com os objetivos gerais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil; no âmbito da Justiça do Trabalho desempenha esforços efetivos para a erradicação do trabalho infantil no município.

O Programa de Combate ao Trabalho Infantil no âmbito da Justiça do Trabalho foi lançado no final de 2013 pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e mobiliza os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) do País, prevendo ações, projetos e medidas para banir o trabalho infantil e assegurar adequada profissionalização do adolescente, como instrumento de alcance de trabalho e vida dignos (FRANCA, 2016, p 151).

Embora exista o empenho pela erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador, ainda é percebido nas falas e expressões dos familiares participantes bem como em parte significativa da sociedade, a falta de consenso quanto a autorização do exercício laboral a partir dos 16 anos, com restrições a atividades que prejudiquem de alguma forma o adolescente.

Vamos agora trazer o que pensam os pais de Bruno, Marcelo e Val:

Porque hoje se o menino, um jovem de 16 ou 17 anos bater na porta de uma empresa, pra pedir uma oportunidade porque quer trabalhar, a empresa não dá. Sem ter entre aspas um currículo na mão, porque hoje o que a gente vê de empresa pedindo experiência! Como é que você pede experiência para uma pessoa de 16, 17 anos, sem ter a pessoa nunca trabalhado? Então, através do estudo, através desses cursos pro jovem aprendiz, nesse caso aí, é que fica muito mais fácil. Já saí direto para uma entrevista de emprego, né? Ou seja, o curso é o padrinho. O curso ele é necessário, o projeto, tem vários projetos aqui em Franca, são necessários. Agora, tudo é questão de conhecimento, então às vezes, você faz um curso aqui e chegando numa determinada empresa você não é aproveitado, o que aquele aluno tem na grade de curso dele, mas serve para o seu próprio aprendizado lá na frente, até mesmo pra prestar um concurso, até mesmo pra fazer uma coisa pra entrar numa faculdade, então nada é em vão. E o fato também, da nossa questão não ser só a questão do mercado de trabalho, obvio que sim, mas também em quanto o aluno tá fazendo o curso, meus filhos, por exemplo, não tão na rua, não tão fazendo coisa errada. Então, o curso em si é aproveitável em tudo, pra nós, pra eles, pra todo mundo (Marcelo – pai do Bruno).

É uma porta, né? Que começa abrir pro menor que tem seus 16 anos. Então, chega alguém com experiência quem que eles vão pegar (Val – mãe do Bruno).

Marcelo traz alguns destaques em sua fala como: a exigência de experiência, o apadrinhamento ou indicação, o conteúdo do curso como conhecimento multidisciplinar e o fato de manter o jovem ocupado longe de “coisa errada”.

E Val reitera a fala do marido, evidenciando especialmente a dificuldade enfrentada pelo jovem da exigência de experiência do mercado de trabalho.

Os pais de Helena, Rita e Brandon, se referem à oportunidade de preparação do jovem e inserção no mercado de trabalho:

Então, lá atrás quando a gente começou não tinha tanta exigência, né. Você chegava conversava com o dono da empresa, começava a trabalhar e pronto. Hoje não, hoje eles avaliam muito o currículo e pede quanto mais bagagem você tiver, melhor. Então, a gente procurou passar isso para a Helena, vê se a gente consegue dar essa oportunidade para ela. Tem muito curso, o ESAC é uma forma de aprendizado muito boa, insere já no mercado. O que a gente pode oferecer para ela se preparar, né, a gente vai oferecendo. Depois é com ela, ela que vê (Rita – mãe da Helena).

Porque é uma chance maior de ser inserido no mercado. Porque hoje se não for dessa forma, dificilmente, se não for através desse tipo de programa dificilmente, o jovem é aceito no mercado. Infelizmente, o

jovem hoje tem esse tipo de barreira para chegar no primeiro emprego. Então, a gente viu no ESAC uma chance maior de ser inserido no mercado. A gente conhece pessoas que já fizeram e tão trabalhando, tá permanente no serviço. Então, uma chance maior de ser inserido no mercado. Então, isso é muito importante (Brandon – pai da Helena).

O casal chama a atenção para a exigência da experiência frequente nos processos de contratação e entende que o Programa é uma oportunidade para a filha se preparar. Brandon cita conhecer exemplos de pessoas que participaram do Programa, foram inseridos e se mantiveram no emprego, por isso julga ser importante a participação de Helena nesta formação.

Reforçamos mais uma vez que nossa intenção não é avaliar o Programa de Aprendizagem no qual realizamos a pesquisa, mas sim verificar o significado do trabalho para adolescentes e familiares; e se há possíveis relações de transferência ou influência na construção de valores entre os membros das famílias.

De maneira geral, entendemos que os programas de aprendizagem têm por essência o objetivo de servir como roteiros para produção de mão-de-obra ou força de trabalho moldadas pela necessidade do processo produtivo capitalista, aos quais os jovens e famílias estão inseridos ou em busca de inserção.

O que podemos observar acompanhando as reflexões feitas por nossos participantes é que muitos jovens consideram relevantes os valores e exemplos trazidos por familiares, embora busquem também absorver impressões e visões sobre o trabalho através de outras relações e a partir de suas próprias experiências.

Ponderamos também que as referências, opiniões e influências pelos quais todos sofrem algum tipo de impacto, não oportunizaram a possibilidade de uma ampliação de olhares para questões estruturantes (relações trabalhistas objetivas e subjetivas) do mundo do trabalho no qual todos pretendem ser inseridos.

Não obstante durante o período de educação formal, no qual todos estão em processo, surjam discussões sobre a formação econômica, política e social da sociedade, a apreensão dessas informações pelos jovens se torna superficial ou nula em certa medida, por falta de estímulos e lacunas do processo educacional público.

Talvez o inédito do nosso trabalho seja ousar propor que o jovem seja municiado de informações, como faremos neste capítulo, para que possa superar os conceitos apreendidos em família e referências primárias que no geral perpassam pelo processo de alienação e naturalização da exploração do trabalho.

Defendemos problematizar junto aos jovens a construção do sistema socioeconômico que vivemos e sob quais bases este modo de produção sobrevive e se reinventa a cada ciclo, perpetuando relações de dependência e exclusão social. Além disso, propomos reflexões que os provoquem a pensar e a verificar na realidade do exercício profissional, qual projeto de vida estão dispostos a construir e se a partir das relações vivenciadas com os estudos teóricos e a prática oferecidas pela Aprendizagem, qual perspectiva de sociedade eles vislumbram.

No artigo 10º, da Portaria nº 723/2012, as diretrizes gerais e curriculares para os programas são definidas:

II - diretrizes curriculares:

a) desenvolvimento pessoal, social e profissional do adolescente e do jovem, na qualidade de trabalhador e cidadão;

b) perfil profissional, conhecimentos e habilidades requeridas para o desempenho da ocupação objeto de aprendizagem e descritos na CBO;

c) Referências Curriculares Nacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, quando pertinentes;

d) potencialidades do mercado local e regional de trabalho e as necessidades dos empregadores dos ramos econômicos para os quais se destina a formação profissional;

e) ingresso de pessoas com deficiência e de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social nos programas de aprendizagem, condicionado à sua capacidade de aproveitamento e não ao seu nível de escolaridade; e

f) outras demandas do mundo do trabalho, vinculadas ao empreendedorismo e à economia solidária;

III - conteúdos de formação humana e científica devidamente contextualizada:

a) comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos e inclusão digital;

b) raciocínio lógico-matemático, noções de interpretação e análise de dados estatísticos;

c) diversidade cultural brasileira;

d) organização, planejamento e controle do processo de trabalho e trabalho em equipe;

e) noções de direitos trabalhistas e previdenciários, de saúde e segurança no trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

f) direitos humanos, com enfoque no respeito à orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política;

g) educação fiscal para o exercício da cidadania;

h) formas alternativas de geração de trabalho e renda com enfoque na juventude;

i) educação financeira e para o consumo e informações sobre o mercado e o mundo do trabalho;

j) prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas;

k) educação para a saúde sexual reprodutiva, com enfoque nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos e relações de gênero;

l) políticas de segurança pública voltadas para adolescentes e jovens; e

m) incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, com enfoque na defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania. (BRASIL, 2012, grifo nosso).

As diretrizes são federalizadas e buscam um padrão de formação técnica para o trabalho, embora possam ser abordadas de diferentes maneiras a partir da análise conjuntural da região, instituição promotora e agente de formação.

Na Instituição onde realizamos a pesquisa, as diretrizes curriculares são divididas por módulos.

No módulo introdutório os conteúdos foram destinados a orientações iniciais para o trabalho prático com objetivo de promover a integração e despertar habilidades a serem desenvolvidas pelos aprendizes no meio corporativo. Compõem o referido módulo os seguintes temas:

- Relações Humanas; Comportamento; Conflitos; Postura Profissional; Planejamento e Projeto de Vida; Habilidades de Vida.
- Mercado; Planejamento e Consumo; Empreendedorismo; Solidariedade; Discurso em Público.
- História do Trabalho; Como se preparar para o trabalho; O uso da Informação; Situações problema; A Arte e o dia a dia.
- Conceitos básicos de administração; Atendimento ao cliente; Qualidade de vida no Trabalho; Trabalho em Equipe; Administração pessoal; Organização, Planejamento e Controle (ESAC FRANCA, 2018).

Acreditamos que o conteúdo citado como está apresentado não produza por si a reflexão crítica dos jovens. Todavia, se o conteúdo for trabalhado em uma perspectiva que favoreça a ampliação do olhar dos jovens sobre sua própria realidade é possível oferecer caminhos para o aprofundamento de conhecimento dos jovens aliado às suas vivências. Esse conteúdo é trabalhado em 80 horas desenvolvidas nos primeiros 15 dias de contrato, quando as atividades são exclusivamente teóricas.

Durante o Programa, as atividades teóricas foram divididas em obrigatórias conforme as diretrizes da Portaria MTE nº 723/2012 (BRASIL, 2012) e complementares, que fazem parte da proposta pedagógica construída pela equipe de

profissionais multidisciplinares envolvidos de forma direta com o programa de aprendizagem.

Segundo a coordenação do Programa, os conteúdos complementares foram construídos com base nas vivências e necessidades identificadas nas trocas de experiências com os adolescentes inseridos no Programa de Aprendizagem. A abordagem foi feita através de oficinas, palestras, minicursos e visitas técnicas ligadas aos temas constantes no plano pedagógico cadastrado no Programa Juventude Web, de forma que os jovens puderam visualizar de maneira prática os temas do conteúdo obrigatório (ESAC FRANCA, 2018).

3.2 Guia Anticapitalista para o Jovem Trabalhador

Assim, baseados nas diretrizes curriculares já existentes é possível pensar em uma maneira diferente de apresentar os conteúdos. Portanto, numa primeira aproximação a reflexão que fizemos nos levou a uma sugestão de intervenção na dinâmica pedagógica dos Programas de Aprendizagem, ousando propor um “Guia Anticapitalista para o Jovem Trabalhador”.

Os conteúdos indicados por esse guia reflexivo serão inseridos entre as atividades complementares do curso, organizados em um módulo disciplinar de 24 horas, por meio do qual o jovem terá acesso a reflexões básicas sobre conceitos que elucidam os processos de trabalho na realidade capitalista e a partir disso, reunindo outras experiências e referências, construir a sua trajetória de vida no mundo do trabalho. A proposta não é minimizar conceitos complexos, mas tentar torná-los mais atraentes e acessíveis a esta faixa etária.

Pretendemos fazer a proposta à entidade promotora do Programa como uma devolutiva da pesquisa, em caráter de experimentação, já que este conteúdo precisa ser apresentado e discutido coletivamente com os educadores sociais que ministram as disciplinas obrigatórias, da mesma maneira que será necessária a construção com os próprios jovens sendo este o público para o qual o módulo disciplinar necessita fazer sentido.

Nesse momento, nossa aproximação com a entidade se efetiva por meio de nosso trabalho profissional enquanto facilitadora de oficinas para os adolescentes com outro objetivo. Com as considerações e proposições construídas enquanto pesquisadora, objetivamos abrir espaço para o diálogo do presente conteúdo, que

avaliamos ser relevante para o aprofundamento das discussões propostas pelo Programa. A negociação para que o módulo disciplinar se efetive tem por base o que Paulo Freire (1996, p. 50) fala sobre:

O saber alicerçante da travessia na busca da diminuição da distância entre mim e a perversa realidade dos explorados é o saber fundado na ética de que nada legitima a exploração dos homens e das mulheres pelos homens mesmos ou pelas mulheres. Mas, este saber não basta. Em primeiro lugar, é preciso que ele seja permanentemente tocado e empurrado por uma calorosa paixão que o faz quase um saber arrebatado. É preciso também que a ele se somem saberes outros da realidade concreta, da força da ideologia; saberes técnicos, em diferentes áreas, como a da comunicação. Como desocultar verdades escondidas, como desmistificar a farsa ideológica, espécie de arapuca atraente em que facilmente caímos.

Como podemos perceber, o trabalho para os jovens já representa mais do que o acesso a bens e serviços, demonstrando abertura para novos aprendizados. Acreditamos que compreender as maneiras como o trabalho se estabelece na sociedade para eles que estão em processo de aprendizado é fundamental, oferecendo mais elementos para a construção de suas experiências.

Conforme as escolhas referenciais e análises apresentadas até o momento é sob essa visão crítica que sugerimos que seja feita a reflexão. O módulo propõe indicações reflexivas norteadas por três pilares: o olhar, o como fazer e os desafios. Para o “Olhar”, não se aplicaria ou seria possível a criação de uma cartilha anticapitalista que formasse os jovens para que combatessem a exploração do trabalho e as desigualdades sociais. Contudo, nos parece possível, olhar os tópicos sugeridos na própria formação para o trabalho apresentada pelo Programa, de maneira inédita ou com uma outra perspectiva de compreensão das bases do trabalho. Nos parece explicativo que as experiências trazidas nos diálogos com os aprendizes, ofereçam leituras de realidade que ampliem o olhar deles sobre o meio no qual estão se inserindo.

A construção de um “Guia Anticapitalista para o Jovem Trabalhador” se inspira, em alguma medida, no livro mais lido no Brasil atual, o da autora negra Djamilia Ribeiro (2020), chamado “Pequeno Manual Antirracista”, que objetivou apresentar caminhos para a reflexão e entendimento para os interessados em aprofundar seus conhecimentos em relação ao Racismo, sistema de opressão inerente e estruturante do capitalismo.

A autora fez apontamentos e indicações para enriquecer a reflexão dos leitores sobre o tema, destacando os principais pontos a serem estudados e compreendidos para os dispostos a assumirem a responsabilidade de travar a luta antirracistas, cientes das construções estruturais discriminatórias.

Nossa intenção com a proposição de um módulo com reflexões anticapitalistas é estimular a construção de bases, compreensões, visões de homem e mundo que favoreçam e contextualizem as escolhas dos caminhos que serão trilhados pelos jovens.

O “Como fazer” se dá na relação dialética da leitura da realidade, a começar por uma perspectiva crítica em interface com as experiências. Como define Paulo Freire (1996, p. 38):

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.

Desse modo, a efetiva prática da educação como forma de intervenção no mundo nos aponta para os “Desafios”, o exercício de pensar em alternativas de organização nessa sociedade, que passa pela livre atividade de sonhar novas maneiras de viver socialmente sem opressão, exploração e violência. Provocar o diálogo criativo, consequente da necessidade e encontros que produzam o coletivo, proporcionará a esses jovens a possibilidade de superação de um único olhar sobre os modos de vida.

3.2.1 O olhar: a compreensão do contexto

Entendemos que há algumas categorias básicas a serem trabalhadas nesse guia e apresentadas sob o olhar ampliado da perspectiva social crítica, sendo elas: trabalho, classe social, alienação e emancipação.

Assim, o trabalho em suas dimensões ontológica e histórica segundo Marx pode ser interpretado por meio das seguintes definições:

[...] diferentemente da natureza, para a sua reprodução, o ser social passou a desenvolver uma atividade orientada por finalidades racionalmente (e não naturalmente) estabelecidas. Essa atividade criadora teleologicamente orientada (quer dizer, pré-idealizada na consciência) é o que Lukács chama de trabalho (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 79).

O trabalho em sua dimensão ontológica é a atividade realizada pelo ser social de transformação da natureza, quando ele projeta mentalmente o resultado da ação antes dela ser concretizada. Por esse olhar, o trabalho não é determinado pela sua utilidade ou necessidade e sim pelas escolhas do agente do trabalho, definindo os caminhos e finalidade do seu trabalho.

Desse modo, o ser social através do trabalho produz o inédito, se fazendo e refazendo pelo trabalho, promovendo a sua transformação e da natureza.

O fato é que historicamente o trabalho se configura de forma diferente do conceito ontológico. O trabalho na atualidade sob os ditames do modo de produção capitalista é uma atividade criadora de valor para os detentores do capital (meios de produção) executada pelo trabalhador que vende sua força de trabalho, estabelecendo uma relação comercial, onde o trabalhador não determina os caminhos ou a finalidade do trabalho.

A relação de trabalho na sociedade capitalista deixa o trabalhador alienado do produto do seu trabalho e explora a energia investida por ele.

O processo de trabalho no qual nossos participantes adolescentes buscam ser inseridos com o incentivo de seus familiares, apresenta resultados como algumas das expressões da questão social já abordadas aqui, como o desemprego. Esse processo é responsável pela acumulação de capital e o aprofundamento da desigualdade.

Assim, o jovem inserido em uma empresa como aprendiz receberá treinamento, informação e orientação para se adequar às necessidades e processos produtivos da instituição. Ao desempenhar a função destinada a ele proporcionará resultados para empresa com a qual estabeleceu a relação salarial, que irá remunerá-lo a partir do que lhe aprovar, independente do resultado do seu trabalho.

Toda a discussão sobre trabalho que trazemos nessa tese até o momento tem o objetivo de auxiliar na proposição da reflexão dos adolescentes, familiares, executores dos Programas, para que a ampliação do diálogo permita que os jovens se interessem pela formação socioeconômica da nossa realidade e que construam um olhar crítico sobre os caminhos que trilharem.

As formas de controle do modo de produção capitalista são cada vez mais sofisticadas e perversas, pois atuam para a que os trabalhadores não se identifiquem enquanto classe, perdendo o poder de mobilização e transformação da realidade.

Na sociabilidade capitalista existem três tipos de propriedades que formam as classes: a propriedade da força de trabalho, a propriedade dos meios de produção e a propriedade da terra, sendo que estas últimas se fundem, pois são transformadas em capital. Ilustramos estas ideias através de Montaño e Duriguetto (2011, p. 87):

Assim, não é a renda que determina a classe, mas o tipo de propriedade no e para o processo produtivo é que determina o tipo e o volume da renda dos indivíduos e das classes. É esta propriedade (da força de trabalho, do capital ou da terra) que vai determinar o lugar que ocupam, o papel que desempenham e as relações que os sujeitos tendem a desenvolver no processo de produção de riqueza.

Esse é o fundamento de classe que corresponde à formação do modo capitalista que caracterizava duas classes: a burguesa e o proletariado. Os proprietários dos meios de produção e empregadores dos proletários, que eram os trabalhadores assalariados que vendiam sua força de trabalho.

Podemos inferir que a classe social se baseia nos tipos de propriedade, meios de produção e força de trabalho. Contudo, na atualidade o discurso relacionado à classe se estrutura por meio da renda, com intuito de sustentar os valores do capitalismo contemporâneo de liberdade e autonomia, como se a mobilidade entre as classes por renda excluísse o verdadeiro sentido de classe, que é qualificada pela propriedade.

A classe social é, antes de tudo, reprodução de privilégios, sejam eles positivos ou negativos. O problema é que muitos privilégios positivos, como a posse de conhecimento valorizado – precisamente o tipo de capital monopolizado pela classe média real – são literalmente invisíveis (SOUZA, 2018, p. 16).

Entre as classes que vivem do trabalho existem os trabalhadores em funções com exigência de maior qualificação, por isso têm uma remuneração maior; entre eles também estão os pequenos empreendedores e os trabalhadores que compõem a grande massa de trabalho preenchendo espaços ocupacionais com remuneração baixa. Todos são trabalhadores que compõem o sistema de exploração de força de trabalho por capitalistas proprietários do capital (meios de produção, terra e dinheiro).

Embora seja fato que todos façam parte da classe trabalhadora, os trabalhadores com maior remuneração reproduzem privilégios auferidos por essa renda, constituindo uma classe média que se distancia da outra parte da classe trabalhadora que se configura como “popular”.

A reprodução de privilégios se legitima aprofundando a desigualdade. Ao negar a sua origem popular, parte da classe advinda do trabalho precarizado reproduz com veemência o discurso de opressão calcado na pretensa ascensão social.

Nossos adolescentes podem observar que existem jovens semelhantes a eles, de mesma idade que se dedicam integralmente aos estudos, têm um aproveitamento maior na escola, se inserem com mais tranquilidade ou têm diferentes recursos para o ingresso na universidade e conseqüentemente no mundo do trabalho. Os jovens de nossa pesquisa buscam conciliar o estudo no Ensino Médio com o trabalho a partir dos 15 anos por força da lei, já que é de conhecimento público a existência ainda hoje de trabalho infantil.

Adolescentes filhos das classes médias desfrutam de diferentes estímulos desde muito cedo, podendo estar melhor preparados para a reprodução dos mesmos privilégios quando adultos. A desvantagem é real entre os adolescentes que muitas vezes concorrem às vagas em universidade, estágios e afins. É sobre esses “privilégios invisíveis” que estamos falando.

Os conceitos de “classe em si” e “classe para si” formulados por Marx (1996), nos ajudam a fazer esta discussão sobre as classes sociais no capitalismo. Quando se refere à “classe em si”, Marx descreve que independente de sua heterogeneidade a classe tem a mesma condição social, portanto interesses comuns. Já o conceito de “classe para si” é o estágio no qual a consciência e identificação dos interesses comuns se efetiva, provocando a organização da classe em defesa de seus interesses contra seus inimigos.

Montaño e Duriguetto (2011, p. 98) assim discorrem sobre estes fundamentos:

A consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação. A objetividade (da realidade existente) e a subjetividade (dos sujeitos que dela fazem parte) unem-se num único processo. A mera vivência das pessoas sobre a(s) realidade(s) sociais determina um tipo de consciência, mas esta última pode se desenvolver de diversas formas e níveis, em função do tipo de inserção e apreensão na/ da realidade, individual, grupal ou humano-genérica.

Os autores explicam como se dá a formação da consciência na realidade capitalista, a união entre objetividade e subjetividade aliada a experiência contribuem para essa construção dada no cotidiano. Eles continuam dizendo que é:

Sob a ordem do capital, [que] a cotidianidade aparece como espaço de *alienação*: alienação que, primeiramente, desapropria o produtor dos seus produtos (*exploração*), em segundo lugar, afasta o trabalhador do controle e do conhecimento do processo de trabalho (*subsunção real*), assim como torna incompreensível aos indivíduos o conhecimento crítico da sua própria vida (*reificação*). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 100, grifo do autor).

Assim, a consciência do trabalhador não é apenas alienada do produto do trabalho, mas de relações sociais e subjetivas também.

A alienação no modo de produção capitalista é o fenômeno que separa o sujeito do objeto, provocando estranheza. Costumamos verificar mais explicitamente esse processo de estranhamento quando olhamos pelo viés da produção.

Um exemplo que poderia ser usado para apresentar a reflexão aos nossos jovens é o processo de alienação verificado na produção calçadista que representa significativa parcela do setor industrial do município de Franca e que já empregou parcela importante da população. O trabalhador vende sua força de trabalho para a produção de calçados em uma indústria capitalista. Essa produção realizada pelo trabalhador é fragmentada, ele é responsável por partes do produto, não tem controle sobre a produção total da peça e também não tem informação sobre o custo de produção do produto, onde já está calculado o valor da força de trabalho vendida. Ao comercializar esse calçado, o industrial, dono dos meios de produção, atribui um valor excedente do valor do custo de produção, conhecido com lucro.

Esse excedente fica alheio ao trabalhador e é resultado da exploração da força de trabalho que é central para a produção do bem de consumo. O produto do trabalho muitas vezes representa porcentagem significativa da remuneração do trabalhador.

A alienação não acontece apenas relacionada à relação econômica de exploração da força de trabalho, mas também conduz todas as demais relações do trabalhador, seu modo de vida, cultura, linguagem, acessos, conhecimento: “Esses processos determinam uma *consciência alienada*, incapaz de compreender criticamente o mundo e de transformá-lo” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 103, grifo nosso).

O exemplo citado é uma tentativa de permitir a compreensão da categoria em suas bases, considerando que a alienação nos processos atuais foi se sofisticando na tentativa de diminuir a separação do trabalhador do produto do trabalho; novas formas de organização preconizadas por setores de Recursos Humanos de grandes empresas de tecnologia, como por exemplo Facebook, Google, entre outras, que organizam um “ambiente informal” de trabalho, com sala de descanso, jogos, espaço para refeições para que o trabalhador desfrute de um ambiente que a princípio se mostra como benéfico, mas que expropriam mais ainda a vida humana dessa força de trabalho.

A compreensão, portanto, desses novos mecanismos e dessas novas engenharias da sujeição nos leva a perceber formas e modalidades mais interiorizadas e complexificadas de alienação e de estranhamento, das quais as flexibilizações, os ganhos por produtividade e lucratividade (a participação nos lucros e resultados) e os envolvimento são elementos cada vez mais presentes (ANTUNES, 2020b, p. 114, grifo do autor).

A constante reinvenção de formas de exploração tem o intuito de manutenção da consciência alienada do trabalhador, para que este esteja sempre distante e não se aproprie do seu papel de agente de transformação social, pois é a classe de trabalhadores, a essência produtora da riqueza social que é expropriada pelo grande capital.

E para Marx e Engels (1998) a classe trabalhadora, ou seja, o proletariado é o protagonista da transformação social. Por ser a classe explorada, alienada da riqueza que produz, teria a *“missão histórica de transformar a ordem social capitalista”* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 128, grifo do autor).

Neste sentido, os trabalhadores deveriam enfrentar e minar o que é fundante no modo de produção capitalista: a acumulação de capital. Contudo, das observações e análises de Marx até atualidade, houve a complexificação das classes e formas de opressão, a instituição da concorrência entre os trabalhadores, a profissionalização dos setores: não obstante sempre tenha existido luta por parte da classe trabalhadora, os investimentos objetivos e subjetivos do capital são massivos para o distanciamento cada vez maior do reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe.

Embora haja esforços para a desarticulação e perda da centralidade do trabalho e da classe e seu potencial emancipador no complexo social, seguimos

acreditando na necessidade da união da pluralidade que representa a classe que vive do trabalho, em busca de fortalecimento na luta para a superação das formas cada vez mais perversas de opressão por meio do trabalho.

Estas reflexões nos remetem aos conceitos de emancipação política e emancipação humana que, para explicitá-los recorreremos mais uma vez a Marx, por meio de Montaño e Duriguetto (2011, p. 130, grifo do autor):

- a) A *emancipação política*, conforme Marx (s.d.) descreve, foi desenvolvida na passagem do feudalismo ao capitalismo e no interior desta ordem burguesa, a partir da conquista de *direitos* civis e políticos (direito de ir e vir, de organização, de representação etc.), direitos trabalhistas e sociais, e do desenvolvimento da *cidadania*, e da *democracia* (formais). Ela corresponde quase linearmente ao conceito de *cidadania*, tal como apresentado por Marshall (1967).

Conforme podemos observar, a emancipação política se configura na garantia de direitos civis e políticos, construída durante a transição do feudalismo ao modo capitalista, o que assegurou juridicamente isonomia e liberdade aos cidadãos, contribuindo para conquistas socialmente significativas, embora corrobore para a manutenção do modo de vida capitalista.

Assim, a emancipação política consiste na tomada de consciência de direitos e deveres que promove avanços para a emancipação geral do ser social, representando um passo fundante para a emancipação humana, ainda que não seja garantia de que esta aconteça.

Para o diálogo com os jovens, provocar a reflexão e discussão sobre os conceitos de emancipação tem o intuito de demonstrar a importância de os manterem informados e engajados nas relações dinâmicas da sociedade. Pode ser o incentivo para que eles busquem sempre a construção de uma consciência autônoma, apesar das contradições e manipulações que estamos todos expostos socioculturalmente.

O amadurecimento desse processo dialético de apropriação política do nosso papel social nos fortalece para compreendermos e porque não vislumbrarmos:

- b) A *emancipação humana* [...] “que” exige a eliminação de toda forma de *desigualdade, dominação e exploração*, reunindo novamente o produtor com os meios para produzir; ela ocorre, portanto, na *necessária superação da ordem do capital* para o comunismo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 131, grifo do autor).

Observamos, então, a distinção entre emancipação política e emancipação humana, sendo as lutas contra desigualdade, exploração, opressão fundamentais para a conquista da emancipação política, do mesmo modo que também são fundantes para se chegar à dita emancipação humana somada à convergência de um processo que suplante a base econômica (exploração do trabalho) do sistema vigente.

A luta anticapitalista não deve caminhar separada da luta contra o machismo e a desigualdade sexual, contra o racismo e a desigualdade e preconceito. Ela deve reunir todos estes campos de batalha, orientados no curto prazo contra a forma específica de desigualdade (para a emancipação política específica), e no prazo contra a ordem burguesa, a sociedade de classes (para a emancipação humana) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 132).

Para propormos um Guia Anticapitalista do Jovem Trabalhador é preciso oferecer elementos para que estes jovens exercitem a reflexão sobre alternativas diferentes e novas formas de viver em sociedade, pois através deste estímulo garantiremos a inquietude e o incômodo inerente aos que sonham e agem cotidianamente com a intenção de superar as desigualdades e celebrar as diferenças, libertar verdadeiramente as populações que além da exploração do trabalho, também sofrem por outros sistemas de opressão inerentes a esse modo de vida, como: mulheres, negros, índios, LGBTQIA+, entre outros. Acreditamos, assim, ser importante apresentarmos aos adolescentes outras possibilidades de liberdade e autonomia que não sejam as de consumo e que a força e o poder de transformação estão no encontro e na necessidade do fazer coletivo.

3.2.2 Como fazer? Criar um novo desenho para tecer

O nosso guia aponta caminhos, pois quando se trata de construir história o fazemos na dinâmica realidade concreta. Sugerimos, então, que sejam inseridas ao módulo indicado, atividades que estimulem os jovens à busca de conhecimento relacionada às condições de trabalho através de pesquisa, começando pela família, vizinhança, território, as formas de organização coletivas do trabalho.

Acreditamos que o exercício que propusemos nesta tese de doutorado, o de verificar os valores do trabalho de adolescentes e familiares, é o primeiro passo para a compreensão das relações dos jovens com o mundo do trabalho.

Por isso, propomos uma atividade prática para os jovens em formação, para que estes entrevistem seus familiares que residem em seu domicílio ou não, que representem referência em sua vida.

As questões norteadoras utilizadas na pesquisa de campo desse trabalho podem servir de sugestão para o início deste exercício:

- Conceito de trabalho
- Histórico de trabalhos anteriores
- Sentimentos relativos ao trabalho
- Importância do trabalho para a família
- Mudanças relativas ao trabalho na família ao longo do tempo
- Influência da família em sua concepção de trabalho

As reflexões suscitadas a partir das respostas trazidas pelos jovens podem ser conduzidas pelas análises das categorias trabalhadas aqui: Trabalho, Classe Social, Alienação e Emancipação.

Nossa proposta coloca o conteúdo da tese em constante prática no processo dialético de aprendizagem dos jovens em formação de suas construções e desafios.

A partir das discussões produzidas com o conteúdo apreendido da troca dos adolescentes com seus familiares, propomos também o início do trabalho da construção de um quadro individualizado que apresente ao jovem através das mudanças relativas aos significados do trabalho para a Família - o Jovem – os Filhos dos Jovens, como se fosse uma linha do tempo, também prospectiva.

Esperamos que o adolescente possa sistematizar suas experiências absorvidas até aqui, ou seja, sua visão sobre a significação do trabalho dada pelos familiares, do presente e um exercício de futuro, no sentido de imaginarem como será significado o trabalho para as gerações futuras.

Em uma prática de aprofundamento para a construção de valores e significados do trabalho ao longo das gerações, podemos praticar junto com os adolescentes a leitura histórica dos contextos nos quais cada geração viveu, vive e viverá o trabalho.

Os jovens buscam a inserção no mercado de trabalho, mas o que realmente isso significa? Em qual contexto territorial e quais as características desses ambientes eles buscam se inserir?

Mais uma vez, a pesquisa proposta norteará o conhecimento dos adolescentes; aqui a principal via de informação sugerida são os grupos de pesquisa e extensões universitárias do município, com atividades relacionadas à territorialização e ao desenvolvimento regional.

O acesso aos estudos e às pesquisas desenvolvidos pelas universidades abre um novo espaço para essa juventude, que está no Ensino Médio buscando inserção no mercado de trabalho e que muitas vezes desconhece as oportunidades oferecidas pelas instituições de Ensino Superior.

As pesquisas territoriais desenvolvidas por pesquisadores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação podem possibilitar a ampliação do olhar dos jovens para o mundo do trabalho que objetivam se inserir, bem como alargar a noção que têm sobre seu contexto.

O possível contato e troca com os agentes da pesquisa também representa mais um mundo novo a ser explorado por eles, a universidade. Em especial a universidade pública que ainda hoje é inalcançável para muitos.

Conhecer a dinâmica dos setores produtivos da cidade é um passo importante para quem está se preparando para compô-lo e fazer isso através de informações especializadas proporciona condições para que nossas categorias de análise: Trabalho, Classe Social, Alienação e Emancipação sejam mais uma vez discutidas e ponderadas a partir de dados da realidade.

3.2.3 Desafios: alinhando novos rumos

Uma importante contribuição para a reflexão dos adolescentes trata dos questionamentos quanto a diferenças entre: liberdade e autonomia do trabalho no neoliberalismo, realidade vivida na atualidade, e a liberdade e autonomia do trabalho a partir de Marx.

Na atualidade, a organização para o trabalho se dá através da superexploração da força de trabalho e mercantilização cultural, que propaga um discurso que enaltece a liberdade de consumo como sinônimo de felicidade e realização pessoal, assim como transmite a ideia de que podemos comprar nossa autonomia, como se nossas

decisões nessa sociabilidade não tivessem influência da apropriação cultural realizada pelo modo de produção capitalista.

Estimular os jovens a pensar em liberdade e autonomia para além das relações de exploração do trabalho é dar oportunidade de sonhar com um mundo do trabalho formado por trabalhadores que, conscientes das tramas e reviravoltas deste sistema, possam de dentro do mesmo identificar suas rachaduras e romper com ciclos perversos de aviltamento e dominação.

Pensar o trabalho na perspectiva marxiana é propor reflexões e ações que estimulem a emancipação política, ou seja, munir os jovens de conhecimento para que sejam autônomos em seu pensamento, para que o desejo de liberdade vá além da vontade de adquirir bens e se aproxime da liberdade atribuída à conquista da emancipação humana.

Contudo, nossos jovens precisam ser apresentados a alternativas de organização do trabalho que sobrevivem ainda dentro do modo de produção capitalista, como por exemplo os movimentos sociais, que assumem a responsabilidade pela luta de todos por novas formas de viver em sociedade.

Esses modos alternativos de sobrevivência na realidade atual se sustentam pelo coletivo, pela junção do encontro e da necessidade.

Nessa perspectiva, ressaltamos a importância dos sindicatos de classe que por várias vias sofrem ataques constantes e muitos estão em processo de desmonte. Estes tiveram usurpada sua capacidade de sustentar o pertencimento de classe e agregar os trabalhadores. Todavia, essas entidades representativas têm um papel relevante no mundo trabalho e só sobreviverão se assumirem o desafio de unir os trabalhadores pela solidariedade e pertencimento de classe, se comprometendo assim com o rompimento do que está posto e projetando cenários para uma nova forma de vida.

Luta por direitos, solidariedade e pertencimento de classe são as principais características dos Movimentos Sociais que, no Brasil, representam as maiores resistências ao modo de produção capitalista, por isso sofrem com a marginalização e a deturpação de seus objetivos e lutas.

Ampliar possibilidades também apresentando aos adolescentes formas de trabalho coletivo como desenvolvidos por movimentos sociais, principalmente os de lutas pela terra que em nosso país é responsável por parte da segurança alimentar da sociedade. É uma forma de desmistificar e tirar da marginalidade uma força social que

promove a resistência para todos nós trabalhadores, sustenta as possibilidades de desenharmos um novo modo de vida.

Os trabalhos desenvolvidos sob os moldes da economia solidária por meio de cooperativas, associações, coletivos que têm como forma de organização para o trabalho a autogestão, também podem ser pontos de partida para a superação da opressão do sistema capitalista. O conjunto de atividades econômicas administradas de forma autogestionária oportuniza o fortalecimento de grupos para a sobrevivência frente à concorrência do mercado capitalista, possuindo um potencial formativo e informativo, que contribui para a construção de uma emancipação política.

O importante é abrir espaço para a reflexão e discussão sobre novas formas de vida sem preconceitos, apresentando caminhos que já foram percorridos para que novos caminhos sejam abertos e viáveis.

Nesse estágio exercitaremos uma nova forma de vida com a superação das categorias alienação e classe social, e o desafio para os adolescentes é projetar o processo emancipatório e o trabalho nesse novo mundo.

Como dissemos no início desse guia, nosso intuito é propor desafios para a reflexão e apreensão de conhecimento dos adolescentes que serão os trabalhadores do presente e do futuro, para que possam ir além do conteúdo orientado pelo capital tecnicista, estimulando os jovens trabalhadores a abrir e ocupar espaços de luta por melhores condições de trabalho nessa sociabilidade. Instigando-os, a promover e compartilhar conhecimentos com outros jovens trabalhadores que também possam acreditar na força formada coletivamente e se sintam pertencentes a uma classe social heterogênea, que tem como raiz a exploração do trabalho que nos torna iguais, todos classe trabalhadora.

Na atualidade, o jovem das classes populares vê no trabalho a oportunidade de mobilidade social, de liberdade de consumo; a nossa proposta é que ele tenha outra versão da própria realidade, outra alternativa que seja a possibilidade de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...]

*Certas pessoas perderão seus cargos e empregos
O trabalho deixará de ser um meio de vida
As pessoas poderão fazer coisas de maior pertinência
Quando os trabalhadores perderem a paciência*

*O mundo não terá fronteiras
Nem estados, nem militares para proteger estados
Nem estados para proteger militares prepotências
Quando os trabalhadores perderem a paciência*

*A pele será carícia e o corpo delícia
E os namorados farão amor não mercantil
Enquanto é a fome que vai virar indecência
Quando os trabalhadores perderem a paciência*

*Quando os trabalhadores perderem a paciência
Não terá governo nem direito sem justiça
Nem juízes, nem doutores em sapiência
Nem padres, nem excelências*

*Uma fruta será fruta, sem valor e sem troca
Sem que o humano se oculte na aparência
A necessidade e o desejo serão o termo de equivalência
Quando os trabalhadores perderem a paciência*

[...]

*Quando os trabalhadores perderem a paciência
(Mauro Iasi)*

Iniciamos a tese apresentando a trajetória de construção metodológica, mas, sobretudo a nossa construção humana enquanto pesquisadora diante da vida, na pesquisa e seus desdobramentos.

Decidimos por esse caminho no intuito de demonstrar o ser humano que existe em todo processo de produção de conhecimento que, nessa altura em alguma medida, se tornou mais um processo produtivista, muitas vezes aviltante como qualquer outro na sociabilidade que vivemos.

Nossa tese desafia promover a construção de conhecimento dos adolescentes por meio das rachaduras do sistema, ou seja, usando das próprias diretrizes designadas pela Lei da Aprendizagem para formar o jovem trabalhador para o mundo do trabalho capitalista, que como vimos busca se reinventar para extrair cada vez mais o humano de nós.

Nessa travessia, a discussão central proposta se referia à influência das relações intrafamiliares (entre responsáveis e adolescentes) na reprodução dos valores e ou significados atribuídos ao trabalho.

Observamos ao longo do texto elaborado através da voz dos participantes que a influência da relação intrafamiliar na reprodução dos valores do trabalho se configura por meio de condições objetivas para pensar o trabalho. Dito de outro modo, as expressões da questão social reforçadas pela influência de valores religiosos configuram os significados do trabalho impactando na relação intrafamiliar, mas não influenciando de forma determinada a reprodução destes entre os membros da família.

Verificamos que há a mercantilização cultural, ou seja, a manipulação e manutenção do discurso promovido pelo sistema de produção capitalista, que funciona como inibidora da ampliação da visão do trabalhador sobre o processo do trabalho, independente das relações intrafamiliares.

Acreditamos que o nosso processo de construção de valores e significado do trabalho na vida e na tese perpassou por esse mesmo caminho, contudo persiste na construção de outro entendimento a partir do acesso ao conhecimento e contradições cotidianas vivenciadas por nós, como partícipes do mundo do trabalho vigente.

Defendemos que o adolescente em formação tenha oportunidade de fazer questionamentos e reflexões durante sua construção de valores e significados em relação ao Trabalho, observando que os processos de trabalho vão além do que está posto e do que pode ser vivenciado por seus familiares e amigos. Defendemos, ainda,

que a adolescência seja um momento de descobertas e amadurecimento, que promova a diversidade de possibilidades e experiências para que o adolescente integre essas vivências se constituindo de forma a ter mais consciência da sua potência enquanto ser humano e social.

No primeiro capítulo, nos atemos em apresentar o universo da pesquisa, os ambientes aos quais os participantes estão inseridos.

Os adolescentes, alunos do PPE gerido e ministrado pela ESAC, e seus familiares contribuíram com suas histórias de vida e trabalho para as reflexões desta tese, demonstrando de forma destacada categorias importantes a serem analisadas, começando pelo Trabalho, na sequência Família, Questão Social e a Educação Técnica oferecida aos jovens, filhos da classe trabalhadora.

Iniciamos as análises a partir da perspectiva moral trazida por alguns participantes ao se referirem ao seu conceito de trabalho.

Observamos por meio das referências teóricas buscadas para esta tese que o protestantismo, movimento de reforma do catolicismo, contribuiu para a construção histórica do trabalho como virtude promotora de *status* social, sendo que esta ideia é incorporada pelo discurso capitalista e se torna secular. E como verificamos, tal conceito é sustentado até os dias de hoje.

Na análise de conjuntura histórica percebemos como o modo de produção capitalista foi se corporificando na sociedade e estabelecendo sua forma de produzir, de gerar riqueza, se organizando por meio da divisão social do trabalho e fortalecendo a propriedade privada dos meios de produção, bases vitais para o seu crescimento.

Por meio da análise marxiana, compreendemos a atuação do modo de produção nas esferas objetivas e subjetivas da sociedade, distanciando o produtor do produto, expropriando a força de trabalho do produtor, identificando outro processo resultante das relações promovidas pelo capitalismo, a alienação.

As contribuições trazidas pelos participantes da pesquisa nos permitiram demonstrar no decorrer do texto, a renovação da expropriação do trabalho ao longo do tempo e as formas de acumulação do capital.

Destacamos, também, o gênero como componente que determina diferenças ou dificuldades relevantes de inserção e manutenção no mundo do trabalho. Observamos nas entrevistas realizadas a presença e referência majoritariamente feminina entre os adolescentes participantes da pesquisa. Nos relatos das representantes femininas verificamos que em sua maioria estas são mulheres chefes

de família, responsáveis pelo trabalho no espaço público e privado, gerando valor social em todas as esferas do trabalho.

Constatamos assim a condição desigual das mulheres no mundo do trabalho, embora estas sejam a principal referência que no espaço privado influencia na reprodução de valores e significados do trabalho para os jovens participantes desta pesquisa.

As famílias que protagonizaram nossa investigação evidenciaram que a busca pela inserção do jovem no mercado de trabalho, sobretudo se materializa na garantia de sobrevivência e perspectiva de futuro para seu descendente. Como partícipes da classe trabalhadora, vivenciamos que a formação e experiência de trabalho para o adolescente não objetiva tão-somente um processo de amadurecimento ou transição para a fase adulta e sim, a construção de bases para a geração de futuros trabalhadores. Compreendemos assim que o que emergiu e resultou majoritariamente dos diálogos da pesquisa foi o desejo de familiares e adolescentes por garantias objetivas de sobrevivência através das possíveis vagas para o primeiro emprego, demonstrando que o conceito construído por meio dos valores e significados perpassa pelas formas de garantias de vida, objetivamente, a sobrevivência.

Quando analisamos a categoria Questão Social averiguamos a conjuntura imposta pelas metamorfoses do capital, restringindo e reduzindo direitos em busca de diminuir o Estado ao mínimo de garantias e de proteção social, enquanto o capital usa do seu poder influenciador no Estado para atacar as organizações de classe e reconfigurar seu discurso para maior exploração do trabalhador.

Demonstramos as crises cíclicas do sistema capitalista no decorrer do texto dialogando com as vozes dos participantes e a história por meio das referências teóricas.

Observamos ainda os impactos e avanços sem precedentes no mercado de trabalho da precarização das relações, onde o trabalhador se expõe a condições aviltantes para manter-se nos espaços ocupacionais, se submetendo a jornadas de trabalho exaustivas, quando não se junta à massa de trabalhadores desempregados resultantes das políticas neoliberais que vêm se acirrando dia após dia.

É importante ressaltarmos como se torna indissociável a análise da interface trabalho e da questão social, já que as expressões desta última são consequências da relação de exploração estabelecida entre o capital e o trabalho. Essa relação

aprofunda a desigualdade e a miséria, ao favorecer a concentração da riqueza social para o grande capital.

A globalização do processo produtivo controla as relações entre Estado e sociedade através da financeirização, que atrai o capital especulativo para os mercados internos, desregulando e enfraquecendo o processo produtivo, provocando uma conta que não fecha, gerando riqueza concentrada e diminuição do parque produtivo com altos índices de desemprego.

As mudanças do modo de produção capitalista que incidem de forma devastadora na subjetividade do ser social, provocam e intensificam o distanciamento dos iguais, tornando irreconhecível o sentimento de pertencimento de classe.

Na análise das entrevistas pudemos perceber entre as falas dos adultos que há dificuldades para os participantes identificarem a relação de igualdade com outros trabalhadores; observamos que alguns dos adultos partiram para o trabalho autônomo e entendem que obtêm alguma vantagem positiva em relação ao trabalhador assalariado como, por exemplo, o entendimento que alguns verbalizam de serem patrões de si mesmo, sem reconhecer que ao fim todos são trabalhadores embaraçados no processo produtivo de riqueza social expropriada por forças produtivas, que não pertence a nenhum deles. Em algumas falas dos adolescentes verificamos também a reprodução dessa ideia.

Talvez esse seja um importante desafio contemporâneo às resistências existentes no mundo do trabalho, isto é, resgatar o sentimento de pertencimento de classe, garantindo sua pluralidade e fortalecendo-o a partir da organização coletiva, por condições que possibilitem a superação da exploração e dos trabalhadores. Haja vista os números impressionantes do desemprego no Brasil, fruto da eficiência do projeto neoliberal de regressão de direitos sociais e trabalhistas, da destruição de recursos naturais e do próprio homem por meio da degradação do trabalho, bem como das garantias quase que absolutas de ampliação da concentração de capital através da manutenção da reprodução capitalista.

A crise do emprego instalada nessa presente década, com seu agravamento a partir de 2014, reconfigurou mais uma vez o mundo do trabalho constituído por massas de trabalhadores empregados (precarizados), desempregados e informais, contando-se ainda com um grande número de pessoas desalentadas, conforme definição do IBGE.

Sob ataques constantes, como ampliação da terceirização e mais tarde, um novo regramento trabalhista flexibilizando ainda mais as relações de trabalho, a facilitação de contratação e demissão de funcionários por meio da desburocratização, as massas de trabalhadores procuram sobreviver, muitas vezes mudando de condição nesse ciclo degradante do mercado de trabalho.

Nesse cenário se encontra a juventude, em busca de colocação profissional, e nas Leis de Aprendizagem e de Estágio, nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000) e nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008), encontram possíveis caminhos para se empregarem.

As legislações acima citadas buscam oferecer benefícios ao empregador para inserção do jovem no mundo do trabalho; estes caminhos por vezes auxiliam na precarização e exploração do trabalho de adolescentes e jovens em formação, que precisam do trabalho para sobreviver, manter seus estudos, a si próprio e em muitas situações amparar suas famílias.

Como apuramos mediante algumas das reflexões de participantes desta pesquisa, o trabalho do adolescente acontece e aconteceria sob os ditames da lei ou não; o entendimento da classe trabalhadora é que os programas de aprendizagem “facilitam” a inserção de seus filhos já que a lei impõe idade mínima para o trabalho e na ausência da regulamentação e implantação dos programas de aprendizagem, o trabalho explorado do adolescente se efetivaria sem nenhuma proteção ou garantia. A classe que vive do trabalho enxerga formas de sobreviver por meio do trabalho e para suas gerações futuras não seria diferente.

Acreditamos que, em especial, a Lei da Aprendizagem e a posterior criação dos JEIA's são instrumentos de regulação do trabalho infanto-juvenil, consequência do fracasso do Estado em prover a crianças e adolescentes condições de viverem suas infâncias e juventudes em busca de explorar suas potencialidades, construir saberes a partir do acesso à educação e tantos outros estímulos que contribuem na formação do ser humano.

A formação oferecida para esses jovens inscritos em programas de aprendizagem são instruções de sobrevivência no sistema capitalista de produção, como se a estes fossem a principal via de manutenção de si e de suas famílias. Até onde podemos verificar, a formação recebida pelos adolescentes não oferece a possibilidade de resistência à exploração do trabalho, à ordem social estabelecida, ou à reflexão sobre formas de vida que superem a degradação do humano, impostas pelo capitalismo.

Por isso, nossas análises e construções teóricas contidas nessa tese nos levaram a refletir sobre a possibilidade de propor a apresentação de outra perspectiva aos jovens, na tentativa de abrir espaço para uma forma diferente de olhar para a realidade a partir dela.

O saldo propositivo da tese é também uma devolutiva aos adolescentes, familiares e entidade que aceitaram contribuir para que realizássemos essa construção.

Ao ousarmos trilhar caminhos que nos conduziram a considerações propositivas, imprimimos aqui nossa identidade enquanto trabalhadora do Serviço Social que tem em sua essência a intervenção na sociedade para promover garantias e efetivação de direitos. Ter oportunidade de reflexão sobre o mundo a partir de outra perspectiva diferente do que está dado é direito do adolescente. E a nossa sugestão é que esses jovens tenham acesso a visões de homem e mundo que não os limitem ao estreitamento da percepção do mundo do trabalho capitalista.

Por isso, como devolutiva da presente pesquisa que apresentaremos aos participantes e à entidade promotora do Programa de Aprendizagem, temos como sugestão a partir dos apontamentos trazidos até aqui, a construção de um módulo disciplinar dentro do planejamento pedagógico da entidade, o Guia Anticapitalista para o Jovem Trabalhador, que permita aos jovens através de pesquisa e observação da realidade refletir dialeticamente com as categorias descortinadas por nós, o que fizemos por meio da análise das entrevistas contidas nesse trabalho.

Entendemos que tal proposta exige um processo dialético a ser construído coletivamente entre os facilitadores do programa, jovens, famílias e sociedade em geral, por meio de encontros que discutam a relevância dos pontos sugeridos pelo Guia diante da realidade concreta dos adolescentes protagonistas desses espaços.

O módulo que sugerimos propõe uma leitura reflexiva sobre a orientação de três bases: o olhar, como fazer e desafios. A primeira delas o “olhar”, que provoca os participantes a abrirem espaço para olhar a realidade a partir de uma perspectiva diferente da colocada cotidianamente. Assim, refletir e discutir sobre trabalho, alienação, classe social e emancipação sob a ponto de vista do pensamento crítico.

Em seguida, partir para a realidade experimentando a teoria e a prática através da pesquisa e observação da família e território, ampliando suas percepções sobre o mundo do trabalho que estão inseridos ou buscam se inserir. Os elementos

apreendidos pela experimentação dialogarão com a análise do trabalho, classe social, alienação e emancipação colaborando no processo de redescobrir a realidade.

O módulo encerra propondo um recomeçar, através reflexões para o enfrentamento dos desafios de pensar novas formas de organização para o trabalho configurando o novo modo de vida.

O desafio é provocar os jovens a pensarem sobre qual liberdade e autonomia eles buscam no trabalho e quais possibilidades criarão para seguir construindo suas versões sobre a realidade e buscar na coletividade a força impulsionadora da transformação social possível a partir deles.

Na atualidade pandêmica que vivemos a nossa grande defesa é pela preservação da vida, garantida pela ciência. E se tornou inevitável ou vital a prospecção de um novo modo de viver, no qual a vida humana tenha sentido e valor essencialmente.

Algumas observações e reflexões provocadas pela crise sanitária que também, é crise do capital, nos levam a constatar que a diminuição da produção e do consumo possibilita a recuperação do meio ambiente, demonstra que não há trabalho sem trabalhador, não há produção de riqueza sem força de trabalho.

Dessa forma, verificamos quão perverso e destruidor é o sistema capitalista de produção que destrói a natureza e desumaniza a humanidade. Em meio a tanta dor e sofrimento, é urgente a união de esforços, através das lutas dos trabalhadores, de movimentos sociais de resistência e a própria juventude que tratamos nas páginas dessa tese, é momento de avançar na proposta de ampliação do olhar, que privilegie o pensamento crítico e coletivo para a superação dessas crises e forma de vida que já usurpou da humanidade energia de vida e sentido de suas atividades essenciais (ANTUNES, 2020c).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, R. O laboratório e a experimentação do trabalho na pandemia do capital. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, n. 155, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-laboratorio-e-a-experimentacao-do-trabalho-na-pandemia-do-capital/>. Acesso em: 04 jun. 2020a.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ANTUNES, R. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020c. *E-book*.

AQUINO, G. M. T.; LOURENÇO, E. A. S.; NOGUEIRA, E. S. A. O trabalho infantil no município de Franca e a atuação do sistema de justiça trabalhista. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 51, p. 251-268, 2017.

BARBOSA, C. O. **Família ou famílias?**: o conceito de família para as profissões das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010.

BARBOSA, C. O. **Família e Cooperativismo**: o *ethos* cooperativistas na região de Franca/SP. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 135, p. 13.563-13.577, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 244-E, p. 1-2, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 151, p. 1-4, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 187, p. 3-4, 26 set. 2008.

BRASIL. Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 723, de 23 de abril de 2012. Cria o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP, destinado ao cadastramento das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 79, p. 45-47, 24 abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 150, p. 1-4, 6 ago. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 85/2015 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. **III Plano nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador (2019-2022)**. Brasília: CONAETI/CONANDA, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy_of_PlanoNacionalversosite.pdf. Acesso em: 23 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus Covid-19**: Sobre a doença. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#transmissao>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CAMARANO, A. A. *et al.* Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Última década**, Santiago, Chile, v. 12, n. 21, p. 11-50, 2004.

CASTRO, J. R.; ALMEIDA, R.; CESAR, I. **A crise do emprego no Brasil**. Disponível em: nexojornal.com.br/especial/2019/03/17/Os-números-que-explicam-a-crise-do-emprego-no-Brasil. Acesso em: 18 mar. 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DISTANCIAMENTO social, vigilância e sistemas de saúde mais fortes são chaves para controlar pandemia de COVID-19, afirma diretora da OPAS. **OPAS**, 2 de junho de 2020. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6188:distanciamento-social-vigilancia-e-sistemas-de-saude-mais-fortes-sao-chaves-para-controlar-pandemia-de-covid-19-afirma-diretora-da-opas&Itemid=812. Acesso em: 20 jul. 2020.

DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (org). **Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

ESAC FRANCA. **Programa Primeira Etapa**. Disponível em: <https://www.esacfranca.com/ppe-jovem-aprendiz>. Acesso em: 27 jan. 2019.

FRANCA. **Plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes do município de Franca: 2016-2026**. Franca: Prefeitura Municipal de Franca, 2016. Disponível em:

https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=311:plano-decenal-2016-2026&Itemid=587. Acesso em: 27 jan. 2019.

FRANCA. Lei nº 8.750, de 29 de outubro de 2018. Institui no Município de Franca equipe especial da Guarda Civil Municipal e estabelece diretrizes para a sua operação, e dá outras providências. **Diário Oficial Município de Franca**: Franca, ano 4, nº 1.130, p. 1, 30 out. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRENZEL, H. S.; BARDAGI, M. P. Adolescentes Trabalhadores Brasileiros: um Breve Estudo Bibliométrico. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 14, n.1, p. 79-88, jan./mar. 2014.

FUNDAÇÃO CASA. **A Fundação CASA**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=a-funda%C3%A7%C3%A3o&d=10>. Acesso em: 14 ago. 2015.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 14. ed. Rio de Janeiro, Record, 2015.

GRANDELLE, R. Mulheres são maioria nas universidades, mas não coordenam estudos científicos. **O Globo**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-sao-maioria-nas-universidades-mas-nao-coordenam-estudos-cientificos-23440708>. Acesso em: 10 abr. 2019.

HARVEY, D. **Política anticapitalista em tempos de coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social e tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. *et al.* (org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2018.

IBGE. **Município de Franca: Censo: Famílias**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/pesquisa/23/24161?detalhes=true>. Acesso em: 28 jan. 2019.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores**. 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: terceiro trimestre de 2019: jul.-set. 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Desemprego**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 3 abr. 2020.

IPEA. **A aprendizagem e a inserção de jovens no mercado de trabalho: uma análise com base na Rais: Relatório de pesquisa**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

JOHNSON, A.G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JOSÉ FILHO, M. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: UNESP/FHDSS, 2002.

JOSÉ FILHO, M.; DALBERIO, O. (org.). **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: UNESP/FHDSS, 2007.

KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M.; TEIXEIRA, M. Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida. **Nexo Jornal**, 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-%C3%A0-vida>. Acesso em: 20 mar. 2020.

LEONE, E. T.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. (org.). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. Campinas: Unicamp; IE; Cesit, 2017.

LINS, B. A.; MACHADO, B. F.; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOPEZ, F. G.; SÁ E SILVA, F. **Valores e estrutura social no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2014. (Texto para discussão, n. 1946).

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARX, K. Para a crítica da economia política: prefácio. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Lisboa: Editorial Avante, 1982. t. 2. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 17 out. 2009.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. (tomo 1: o processo de produção do capital).

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MTE. **Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. 9. ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (org.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, R. C. T. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 699-720, out./dez. 2015.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OIT: desemprego cai no mundo, mas condições de trabalho não melhoram. **ONU**, 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-cai-no-mundo-mas-condicoes-de-trabalho-nao-melhoram/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ONG lança cartilha para orientar mulheres em casos de violência doméstica em Franca, SP. **G1 Ribeirão Preto e Franca**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/06/28/ong-lanca-cartilha-para-orientar-mulheres-em-casos-de-violencia-domestica-em-franca-sp.ghtml>. Acesso em: 01 jul. 2020.

PASTORINI, A. **A categoria "questão social" em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.

PIANA, M. C.; OLIVEIRA, N. H. D. (org.). **Voz e vez**: reflexões sobre a infância e a adolescência no Brasil. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2018.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

RIESEBRODT, M. A ética protestante no contexto contemporâneo. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 159-182, 2012.

RIZZO, C. B. S.; CHAMON, E. M. Q. O. O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 407-417, nov. 2010/fev. 2011.

ROTARY. **Quem somos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.rotary.org/pt/about-rotary>. Acesso em: 23 mar. 2019.

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SECRETARIA NACIONAL DE RELAÇÕES DE TRABALHO E DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS.

Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha: dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

SILVA, E. R. A. *et al.* **A informalidade do trabalho da juventude no Brasil**: o que pensam os integrantes do subcomitê da agenda nacional de trabalho decente para a juventude. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2016. (Texto para discussão, n. 2171).

SILVA, T. R. **Pratas, grifes, grana e novinhas**: adolescências, sociabilidades e ato infracional. Curitiba: CRV, 2016.

SOARES, A. C. N. **Mulheres chefes de família**: narrativa e percurso ideológico. Franca: Unesp, 2002.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, J. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

VALENTIM, E. C. R. B.; PERUZZO, J. F. A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital. **Temporalis**, Brasília, ano 17, n. 34, p. 101-126, jul./dez. 2017.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro para entrevista com os jovens do PPE

Caracterização		
Nome do Entrevistado:		
Nome fictício para ser usado na tese:		
Endereço (Rua, Av.):		
Bairro:	Cidade:	CEP:
Telefone:		
Data de realização do questionário: / /		
Informações Gerais		
1. Gênero: () Feminino () Masculino () Outro		
2. Idade:		
3. Nacionalidade:		
4. Cidade:		
5. Qual sua escolaridade?		
() Nenhuma		
() Fundamental I – até o 5º ano		
() Fundamental II – até o 9º ano		
() Ensino Médio - cursando (científico, técnico ou equivalente)		
() Ensino Médio - completo		
() Curso superior - cursando		
() Curso superior – completo		
6. Estado civil:		
() Solteiro (a)		
() Casado/morando junto		
() Viúvo (a)		
() Divorciado(a) / separado (a)		
() Outro		
7. Quantas pessoas vivem com você? _____		
Em caso de não ser sozinho, quem são:		
() Esposo(a) / companheiro(a)		
() Pais		
() Filhos		
() Irmãos/irmãs		
() Netos(as)		
() Outros parentes		
() Amigos(as)		
() Empregado(a)		
() Outros		
8. Você tem filhos? (em caso positivo, quantos?)		
() Sim () Não		

9. O que é trabalho para você? E para sua família?

10. O que é família para você?

11. Qual o significado do trabalho transmitido pela sua família?
12. Qual a importância do trabalho para você?
13. Você tem expectativas com relação ao trabalho? Se sim, quais? Se não, por quê?

Apêndice B – Roteiro para Entrevistas com membros da família

Caracterização
Nome do Entrevistado:
Nome fictício para ser usado na tese:
Endereço (Rua, Av.):
Bairro: Cidade: CEP:
Telefone:
Data de realização do questionário: / /
Informações Gerais
1. Gênero: () Feminino () Masculino () Outro
2. Idade:
3. Nacionalidade:
4. Cidade:
5. Qual sua escolaridade?
() Nenhuma
() Fundamental I – até o 5º ano
() Fundamental II – até o 9º ano
() Ensino Médio - cursando (científico, técnico ou equivalente)
() Ensino Médio - completo
() Curso superior - cursando
() Curso superior – completo
6. Estado civil:
() Solteiro (a)
() Casado/morando junto
() Viúvo (a)
() Divorciado(a) / separado (a)
() Outro
7. Quantas pessoas vivem com você? _____
Em caso de não ser sozinho, quem são:
() Esposo(a) / companheiro(a)
() Pais
() Filhos
() Irmãos/irmãs
() Netos(as)
() Outros parentes
() Amigos(as)
() Empregado(a)
() Outros
8. Você tem filhos? (em caso positivo, quantos?)
() Sim () Não

9. Você já trabalhou durante sua vida? Por quanto tempo? Em quê?

10. Como foi para você trabalhar?

11. Atualmente você trabalha? () sim () não

Em caso afirmativo, especifique: _____

12. O que é trabalho para você?

13. O que é família para você?

14. Qual a influência do trabalho nas suas relações familiares?

15. Você nota alguma mudança nas relações de trabalho e família ao longo de sua trajetória de vida até a atualidade? Se sim, quais?

16. Você transmite valores do trabalho para sua família? Como? Quais? E sua família transmite para você? Como? Quais?

17. Por que você procurou o Programa de Aprendizagem? Qual a importância desta formação para você e seu filho?

18. Como você se sente no cotidiano do trabalho?

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE



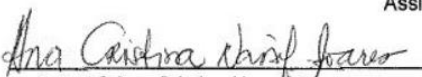
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

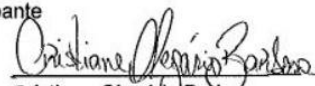
NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____, declaro para os devidos fins, ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Família e Trabalho**; o valor do trabalho para jovens e famílias ligados um Programa de Aprendizagem da cidade de Franca/SP. O projeto de pesquisa será conduzido por Cristiane Olegário Barbosa, doutoranda do Programa de pós-graduação em Serviço social, orientada pela Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: tese de doutorado observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O presente trabalho se propõe a investigar os significados atribuídos ao trabalho por jovens iniciados no processo de preparação e formação profissional por meio do Programa de Aprendizagem executado pela Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca-SP (ESAC). Assim, a pesquisa objetiva apreender o significado do valor do trabalho para jovens ingressantes do Programa Primeira Etapa (PPE) e suas famílias, e dos alunos e familiares do Programa Jovem Aprendiz. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante


 Prof.ª Dr.ª Ana Cristina Nassif Soares
 Endereço: Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900
 Tel: 16 37068700
 E-mail: anassif48@gmail.com


 Cristiane Olegário Barbosa
 Endereço: Rua Boa Vista, 3140 Franca/SP
 Tel: 16 991730814
 E-mail: cristiane_986@yahoo.com.br

Anexo 2 – Termo de Assentimento



Termo de Assentimento do Adolescente

O termo de assentimento não elimina a necessidade de fazer o termo de consentimento livre e esclarecido que deve ser assinado pelo responsável ou representante legal do menor.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **"Família e Trabalho: o valor do trabalho para jovens e famílias ligados um Programa de Aprendizagem da cidade de Franca/SP"**. Seus pais permitiram que você participe. Queremos saber os significados atribuídos ao trabalho por jovens iniciados no processo de preparação e formação profissional por meio do Programa de Aprendizagem executado pela Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca-SP (ESAC). Assim, a pesquisa objetiva apreender o significado do valor do trabalho para jovens ingressantes do Programa Primeira Etapa (PPE) e suas famílias, e dos alunos e familiares do Programa Jovem Aprendiz. Os adolescentes que irão participar dessa pesquisa têm de 15 a 18 anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir.

O projeto de pesquisa será conduzido por Cristiane Olegário Barbosa, doutoranda do Programa de pós-graduação em Serviço Social, orientada pela Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C. Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: tese de doutorado observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar os adolescentes que participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa faremos a divulgação dos resultados em oficinas e palestras para os participantes e familiares. Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar, sou a pesquisadora **Cristiane Olegário Barbosa**. Eu escrevi os telefones na parte de baixo desse texto.

Eu _____ aceito participar da pesquisa **"Família e Trabalho: o valor do trabalho para jovens e famílias ligados um Programa de Aprendizagem da cidade de Franca/SP"**, que tem o objetivo de saber os significados atribuídos ao trabalho por jovens iniciados no processo de preparação e formação profissional por meio do Programa de Aprendizagem executado pela Escola de Aprendizagem e Cidadania de Franca-SP (ESAC). Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer "sim" e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer "não" e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Franca, ____ de ____ de ____.

Assinatura do participante

Pesquisadores responsáveis pela pesquisa:

Cristiane Olegário Barbosa

Endereço: Rua Boa Vista, 3140 Franca/SP
Tel: 16 991730814

E-mail: cristiane_986@yahoo.com.br

Prof.ª Dr.ª Ana Cristina Nassif Soares

Endereço: Av. Eufrásia Monteiro Petráglio, 900
Tel: 16 37068700

E-mail: anassif48@gmail.com